

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Alissandra Calderaro Soares da Silva

**DESENVOLVIMENTO HUMANO:
a identidade do psicólogo que atua junto a famílias em
contexto de vulnerabilidade social**

Taubaté – SP
2012

Alissandra Calderaro Soares da Silva

**DESENVOLVIMENTO HUMANO:
a identidade do psicólogo que atua junto a famílias em
contexto de vulnerabilidade social**

Dissertação apresentada como parte do processo para obtenção do Título de Mestre pelo Curso de Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Desenvolvimento Humano, Políticas e Práticas Sociais.

Orientadora: Prof^a Dr^a Marilza Terezinha Soares de Souza

**Taubaté – SP
2012**

**Ficha Catalográfica elaborada pelo
SIBi – Sistema integrado de Bibliotecas – UNITAU**

S586d Silva, Alissandra Calderaro Soares da
Desenvolvimento humano: a identidade do psicólogo que atua
junto a famílias em contexto de vulnerabilidade social./Alissandra
Calderaro Soares da Silva.- 2012.
132f.: il.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Taubaté,
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, 2012.
Orientação: Prof^a Dr^a. Marilza Terezinha Soares de Souza,
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

1. Identidade profissional. 2. Formação acadêmica em
Psicologia. 3. Contexto de vulnerabilidade social.
4. Desenvolvimento humano. 5. Sistema Único de Assistência
Social - SUAS. I. Título.

Dedico este trabalho a:

Meu grande e amado Avô Aparício – homem de fibra –, pelo estímulo ao estudo e à superação de meus desafios.

Meus irmãos, tios e primos, que me fizeram vivenciar as diferenças e semelhanças, ensinaram-me a reflexão, o compartilhamento, interação e articulação, proporcionando-me pensar o interdisciplinar.

*Meus pais, Neda e Luiz, pelo apoio e retaguarda com os meus filhos durante esta jornada...
E todas as outras em minha vida.*

*Meu esposo, Marcos Aurélio, e filhos, Marcos Augusto e
Gustavo, por me ensinarem que a persistência e a
determinação superam qualquer obstáculo.*

AGRADECIMENTOS

À Profª Drª Marilza Terezinha Soares de Souza, pela habilidade, dedicação e paciência na orientação desse trabalho.

Aos professores do Mestrado que contribuíram na construção do meu pensar nesta trajetória.

Aos colegas de trabalho que participaram de minhas angústias, entenderam minhas ausências e contribuíram em minha reflexão sobre a difícil arte de caminhar junto a famílias em vulnerabilidade social.

Às assistentes sociais, Fátima Farhat de Araújo, no importante auxílio com as transcrições das entrevistas, e Mariza Aparecida de Assis, coordenadora do Centro Especializado de Assistência Social (CREAS), pelo apoio, incentivo e liberação para dedicação a este estudo.

À psicóloga Profª Drª Vera Lúcia Bonato, modelo profissional, que acompanhou meu nascimento, sentar, engatinhar e andar na Psicologia, durante a formação acadêmica e construção profissional, e, neste momento, apoiou-me, acolhendo e incentivando este vôo tão desejado.

Aos psicólogos, colegas nesta jornada na Assistência Social, que construíram uma história profissional nessa área e contexto tão peculiar e que possibilitaram, com muita disponibilidade, a coleta de dados necessária.

À Secretaria de Desenvolvimento Social e à Fundação Hélio Augusto de Souza, da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, que permitiram a realização desse estudo com seus profissionais.

*Há homens que lutam um dia e são bons, há outros que
lutam um ano e são melhores, há os que lutam muitos
anos e são muito bons. Mas há os que lutam toda a vida
e estes são imprescindíveis.*

Bertold Brecht

RESUMO

Este estudo teve por objetivo investigar e compreender o desenvolvimento da identidade profissional do psicólogo que atua na área da Assistência Social junto a famílias em contexto de vulnerabilidade social. Os conceitos de vulnerabilidade social, resiliência, interdisciplinaridade e sua relação com contextos que influenciam a formação identitária do psicólogo são abordados e analisados com o auxílio da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano. Trata-se de pesquisa qualitativa com o uso da entrevista semiestruturada para coleta de dados. Participaram desta pesquisa, 12 psicólogos que atuam na área da Assistência Social, inseridos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e que atendem famílias em contexto de vulnerabilidade social. A análise do material coletado foi realizada por meio da Teoria Fundamentada nos Dados. Os resultados demonstraram que o psicólogo, ao iniciar na área da Assistência Social, depara-se com diversos desafios relacionados, tanto ao conteúdo teórico acadêmico, por ele considerado insuficiente diante à prática, quanto ao trabalho com a equipe de profissionais que a área exige; experiência essa que não obteve em sua formação acadêmica. O desenvolvimento de sua identidade profissional é caracterizado por um processo com fases permeadas pela sensação de choque no contato inicial com a prática na assistência, seguida por crises, desafios e superação, utilizando, como recursos para enfrentamento, a aquisição de conhecimentos teóricos diversos, bem como o desenvolvimento de novas estratégias de atuação no trabalho em equipe. O contato com a vulnerabilidade social desencadeia a revisão de seus valores pessoais, de sua prática e formação, numa espiral crescente no desenvolvimento profissional, levando-o à contínua busca por formação.

Palavras-chave: Identidade profissional. Formação acadêmica em Psicologia. Contexto de vulnerabilidade social. Desenvolvimento humano. Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

ABSTRACT

HUMAN DEVELOPMENT:

Psychologist identity assisting families in social vulnerability context

This paper aimed to investigate and to comprehend the development of the psychologist professional identity who works in social work area assisting families in social vulnerability context. The social vulnerability and resilience concepts, and their relation to interdisciplinary contexts as well, that influences the identity development of the psychologist are discussed and analyzed with support of Bioecological of Human Development Theory. It is a qualitative study using semistructured interviews for gathering the data. The participants were 12 psychologists workers of social assistance area, all of them included in the Social Assistance Unique System – SUAS and assisting families in social vulnerability context. The data were analyzed with support of Grounded Theory Methodology. The results showed that the psychologist who begins working into social assistance area, faces with several challenges, as regarding to theoretical academic knowledge, which is considered insufficient for the practice, as regarding to the work with a professional team that the area require, and this one also is an experience not approached in his undergraduation years. The development of his professional identity is characterized by a process with phases, with a chock sensation in his initial contacts into de assistance pratice, following by crises, challenges and overcoming experiences, using as coping resources the acquisition of theoretical knowledge and the development of new teamwork strategies as well. The contact with social vulnerability triggers the review of his personal values, his practice and background academic, making an upward spiral in professional development, leading him to the search for a continuous education.

Keywords: Professional identity. Education in Psychology. Social vulnerability context. Human development. Social Assistance Unique System (SUAS).

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dados sociodemográficos da amostra	77
Quadro 2 – Categorias, subcategorias, códigos ou conceitos e segmentos ilustrativos das entrevistas	85

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Fluxograma de categorias e subcategorias emergidas das entrevistas 84
- Figura 2 – Processo de desenvolvimento de identidade do Psicólogo “X” 92

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Objetivos.....	15
1.1.1 Objetivo Geral.....	15
1.1.2 Objetivos Específicos.....	15
1.2 Organização do Trabalho.....	15
2 IDENTIDADE E DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	17
2.1 Histórico e evolução do conceito de identidade.....	17
2.2 A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano e as implicações para o estudo proposto.....	25
2.2.1 O estudo proposto à luz da Teoria Bioecológica.....	30
2.2.2 A identidade do psicólogo e sua relação com o macrosistema.....	32
3 IDENTIDADE E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL.....	36
3.1 Identidade profissional.....	36
3.2 Formação acadêmica: A experiência formal/empírica na identidade profissional do psicólogo.....	41
4 A INSERÇÃO DO PSICÓLOGO NO ATUAL CONTEXTO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	52
4.1 A interdisciplinaridade no contexto da assistência social e a equipe de trabalho.....	57
4.2 Contexto de atuação com famílias: vulnerabilidade e resiliência.....	65
4.2.1 Vulnerabilidade.....	65
4.2.2 Resiliência.....	69
5 MÉTODO.....	75
5.1 Participantes.....	75
5.2 Instrumento de coleta de dados.....	78
5.3 Procedimento.....	78
5.3 Análise dos dados.....	79
6 RESULTADOS.....	84
6.1 Memorial Circunstancial do Psicólogo “X”.....	93
6.1.1 A formação inicial.....	93
6.1.2 O ingresso no trabalho na área da Assistência Social.....	93
6.1.3 As primeiras experiências.....	94
6.1.4 O período de adaptação.....	94

6.1.5 O fortalecimento profissional.....	96
6.1.6 A leitura sobre minha formação acadêmica na graduação.....	97
7 DISCUSSÃO.....	99
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
REFERÊNCIAS.....	116
APÊNDICE A - MODELO DE ENTREVISTA.....	127
ANEXO A – Declaração do Comitê de ética em pesquisa.....	128
ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	129
ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	131

1 INTRODUÇÃO

Na área da Assistência Social, com o advento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS (BRASIL, 2005), as intervenções técnicas do psicólogo passaram a ser normatizadas e regulamentadas. Um campo legitimado se despontou como política pública e área de intervenção profissional. Assim, intervenções subsidiadas teórica e tecnicamente são fundamentais na construção de novos parâmetros para a categoria. Como retrata Chamon (2003, p.25), “a identidade profissional é uma identidade social ancorada nas representações, práticas e saberes profissionais, que depende do contexto de exercício profissional”.

As intervenções acima citadas caracterizaram novos aspectos da identidade profissional do psicólogo e as relações entre os diversos profissionais atuantes na área da Assistência Social, tais como assistentes sociais, advogados, pedagogos e outros.

O espaço que se abriu nessa política nacional ofereceu amplo campo de pesquisa e objeto de estudo. No que tange à formação da identidade dos profissionais, a ação interdisciplinar que surge na área e nas características da população abordada possibilitou alterações na demanda de suas ações cotidianas.

A partir da experiência profissional dessa pesquisadora em projetos e serviços da Assistência Social, no município de São José dos Campos, identificou-se a necessidade de investigar como se constrói a identidade profissional do psicólogo, tanto na relação com assistentes sociais e outros profissionais afins, quanto na intervenção junto às famílias em contexto de vulnerabilidade social.

Esse interesse decorreu de desafios pessoais encontrados em atividades na área, o que possibilitou constatar que o aporte e formação acadêmica em Psicologia eram insuficientes para atender as demandas pertinentes a essa inserção profissional. A formação acadêmica permitia a leitura subjetiva da dinâmica e conteúdos psicológicos observados nas famílias e indivíduos, mas não instrumentalizava, de fato, a ação/prática, no contexto social de vulnerabilidade, ou seja, a formação acadêmica não se adequava ao contexto da prática.

Corroborando a escolha dessa linha de pesquisa, a opção pessoal sempre esteve focada na prática. Escolhas por cursos, seminários e aprimoramentos sempre estiveram relacionadas às questões específicas inseridas no contexto da Assistência Social com uma ação qualificada. A prática reflexiva esteve presente, no entanto, pouco aprofundada na construção teórica e na pesquisa sobre os desafios dos profissionais nesse local de trabalho.

Ademais, em reuniões para discussão sobre a prática do psicólogo com os demais

profissionais do município, inseridos na rede de proteção social¹, os questionamentos e reflexões sobre essa prática eram recorrentes e perpassavam pelas questões sentidas individualmente. Os profissionais de outras áreas sempre esperavam e solicitavam que os psicólogos fizessem o atendimento clínico, buscando suprir a falta na rede pública, sem conseguir compreender a dimensão mais abrangente da atuação de um psicólogo no contexto da Assistência Social.

Outro ponto que reforçou o interesse nesse estudo foi referente às dúvidas e incertezas sobre a atuação do profissional de psicologia diante da Política Nacional de Assistência Social – PNAS (BRASIL, 2004a), observadas nas discussões mensais do grupo de trabalho sobre psicologia e assistência social, formado pelo Conselho Regional de Psicologia – Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte². Participar dessas discussões possibilitou a percepção de que os profissionais têm sofrido os mesmos questionamentos daqueles encontrados no microambiente de trabalho, ou seja, a experiência pessoal se configurava idêntica às experiências dos diversos profissionais que desenvolvem seus trabalhos nos demais municípios da região. Com essa oportunidade, reacende-se o desejo de aprofundar os conhecimentos, embasar teoricamente a prática pessoal, construir referências profissionais, enfim, contribuir na construção de conhecimentos na área.

Vale ressaltar que, nesse processo de inserção e descoberta pessoais de caminhos na Assistência Social, o trabalho sempre foi permeado pela ação com outros saberes profissionais, cujas atuações foram marcadas por momentos multidisciplinares e interdisciplinares.

Desde 1995, início da atuação na área da Assistência Social, compoñho equipes com profissionais de outras formações fora da Psicologia, principalmente com assistentes sociais, mas, na maior parte desse período, as ações eram bem diferenciadas para cada profissional: uma mesma equipe, com ações estanques. Em experiência que se estendeu de setembro de 2002 a início de 2007, foi possível compreender o significado empírico de interdisciplinaridade. Nesse serviço, ocorreu o compartilhar do conhecimento, com reflexões sobre as ações de todos e as respectivas contribuições para o desenvolvimento do acompanhamento familiar, em busca do desenvolvimento humano. Foi essa vivência que consistiu, de fato, as primeiras experiências de ações interdisciplinares: a compreensão das especificidades profissionais, as interfaces, as interlocuções, as interações, as articulações

¹ Conforme a Política Nacional de Assistência Social - PNAS (BRASIL, 2004a), entende-se por proteção social as formas institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros [...]

² Nota da autora: Esse Grupo de Trabalho está sob minha coordenação desde setembro de 2008.

entre as áreas do saber.

Nessa perspectiva cabe aqui ponderar sobre o conceito mencionado por Fazenda et al. (2009, p. 47) que discute a interdisciplinaridade e que também reflete a experiência profissional pessoal:

A interdisciplinaridade é um movimento que se aprende praticando, vivendo, não se ensina; portanto exige-se um novo posicionamento diante da prática educacional e da vida, pois a interdisciplinaridade é o motor de transformação, de mudança social, em que a comunicação, o diálogo e a parceria são fundamentais para que ela ocorra. (FAZENDA et al., 2009, p.47).

Essa forma de atuação se estende, até hoje, na vivência profissional pessoal, passando a ser um fator importante na construção da atuação do profissional que é influenciado e permeado por outros saberes, que a diferenciam, mas que também podem aproximar essa mesma atuação dos demais, na busca da sua identidade profissional.

Esse período propiciou o fortalecimento da importância de uma formação acadêmica voltada para a peculiaridade da Assistência Social e do trabalho em equipe. Assim, questões que envolvem formação acadêmica, dificuldades contextuais e valores profissionais merecem estudo e análise, podendo contribuir na construção dos novos parâmetros de atuação dos profissionais na área da Assistência Social. Essa reflexão mostra-se pertinente ao disposto pelo Conselho Nacional de Educação/Conselho de Ensino Superior (CNE/CES), por meio da Resolução nº8/2004 (BRASIL, 2004b), em seu artigo 12, que permite flexibilidade curricular, na direção de recortes inovadores no campo da atuação.

Este estudo pode, no contexto apresentado, contribuir para adequações e apontamentos quanto à direção da formação acadêmica dos profissionais psicólogos e identificar possíveis lacunas dessa formação ou até contribuir para o surgimento de outros fatores diagnósticos das dificuldades encontradas para a atuação na área da Assistência Social.

A realização deste estudo compõe uma importante dimensão para a produção e sistematização de conhecimentos por meio de um olhar diferenciado pela prática profissional, indicando subsídios para a atuação do psicólogo na área da Política Nacional de Assistência Social, contribuindo para suprir lacuna existente entre a formação acadêmica e a prática profissional, com o estudo da atuação desse profissional na área e sistematização dos dados coletados, além da divulgação dos resultados encontrados.

Assim, este estudo propõe compreender a construção da identidade profissional, que será analisada à luz dos processos de resiliência e desenvolvimento bioecológico, vislumbrando uma atuação qualificada e que proporcione desenvolvimento humano junto às famílias em contexto de vulnerabilidade social.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Investigar e compreender como se constrói a identidade profissional do psicólogo que atua na área da Assistência Social junto a famílias em contexto de vulnerabilidade social.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Investigar a influência da formação acadêmica, sob a perspectiva do profissional, como instrumento para sua atuação.
- Identificar quais desafios o profissional encontra em sua atuação na área da Assistência Social.
- Identificar os recursos externos e os recursos internos (processo de resiliência) que o profissional precisa desenvolver para atuar junto a famílias em contexto de vulnerabilidade social.
- Analisar se há interferências do contexto de vulnerabilidade social e da relação estabelecida com a família atendida na formação da identidade profissional.
- Examinar se a interdisciplinaridade influencia neste processo de formação da identidade profissional.

1.2 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Este trabalho foi organizado em oito capítulos na construção das ideias que delimitam o estudo realizado. A Introdução apresenta o estudo proposto e comporta a justificativa e delimitação do estudo, problema de pesquisa, objetivo geral e objetivos específicos e a organização do trabalho. A revisão de literatura foi subdividida em três partes. Na primeira, abordam-se a identidade e o desenvolvimento humano, apresentando o histórico e a evolução do conceito de identidade e a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento, bem como sua relação com o estudo proposto. Na segunda, serão discutidos a identidade e o desenvolvimento profissional, apresentando o conceito de Identidade Profissional, a formação acadêmica do psicólogo e a construção da identidade. Na terceira parte, apresentam-se a

inserção do psicólogo no atual contexto da Política Nacional de Assistência Social, os conceitos de interdisciplinaridade, vulnerabilidade e resiliência e a relação com o processo de identidade profissional do psicólogo. No capítulo Método, será apresentado o caminho utilizado pelo pesquisador para alcance dos objetivos propostos pela pesquisa, seguido pela apresentação dos resultados, discussão dos dados e considerações finais.

2 IDENTIDADE E DESENVOLVIMENTO HUMANO

2.1 HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE IDENTIDADE

Para a questão da pesquisa e seu objeto de interesse a ser retratado, é de suma importância que se conheçam as discussões acerca da questão da identidade, visando identificar os fatores que influenciam na atuação profissional. Será também importante abordar o conceito de identidade e como ele norteia nosso estudo. Assim, ao se tratar de identidade, serão estudadas as concepções de seu conceito e seu desenvolvimento histórico.

As considerações sobre identidade são encontradas desde os povos primitivos, entretanto, o conceito de identidade é mais novo, sendo originário da filosofia, em que, segundo Bauer e Mesquita (2007), o atributo de ser idêntico a si e diferente dos demais foi descrito.

Com base em Hall (2001), que discute a identidade moderna e seu caráter de fragmentação, apresentar-se-á uma abordagem da evolução histórica das concepções de identidade.

- A identidade do sujeito no iluminismo, caracterizada como uma identidade centrada e unificada em si, em que o sujeito é racional, dotado de razão e consciência, e sua identidade é a mesma ao decorrer de sua evolução individual. A identidade é considerada como essência.
- A identidade do sujeito sociológico advém da relação com os outros significativos, formada a partir da interação e do reconhecimento do outro, e o espaço entre o mundo pessoal e o mundo público. Surge de uma crítica da Sociologia à concepção individualista do sujeito. É uma concepção interativa da identidade do Eu. É um encontro entre o sujeito e os mundos sociais e culturais que ocupa.
- A identidade do sujeito pós-moderno faz referência à sua fragmentação, na medida em que nesta nova sociedade o sujeito precisa possuir várias identidades, formadas e transformadas ininterruptamente. Perde-se a noção de identidade essencial ou permanente, tornando-se estratégica e proposicional.

Lopes (2002), em artigo intitulado “Os caminhos da Identidade nas Ciências Sociais e suas metamorfoses na Psicologia Social”, apresenta um rico levantamento sobre a categoria identidade, com identificação de seus fundamentos no desenvolvimento teórico-histórico.

Esse levantamento passa pelo que o autor denomina “pré-história” dessa categoria, chegando ao período propriamente histórico de formação da categoria identidade. Encontra na fase Histórica da categoria da identidade seu surgimento simultâneo “na Antropologia e na Psicologia, como corpus teóricos que emergem num determinado momento histórico com respostas diferenciadas à problemática do agir humano.” (LOPES, 2002, p.7). A Psicologia, centrada na figura psicológica do indivíduo, teria, no comportamento, as elucidações das ações humanas, enquanto a Antropologia procuraria esclarecimentos no estudo do conhecimento da pessoa, especialmente por se deter ao conhecimento das sociedades ditas primitivas ou tradicionais, na qual se acreditava que as noções de indivíduo e de sujeito (histórico) estavam ausentes ou diluídas nas manifestações coletivas. Lopes (2002) aponta que:

[...] por trás dos registros da consciência humana [...] que produzem a caracterização da pessoa, do indivíduo ou do sujeito, encontram-se contextualizadas identidades, pensadas respectivamente pelos vínculos ético-moral, ideológico e histórico-cultural- este último pensado na razão de um projeto social de classe (LOPES, 2002, p.18).

Lopes (2002) afirma ainda a necessidade de um diálogo de saberes, interdisciplinar na categoria identidade, o que permitiria atravessar vários campos do saber, sem se firmar às especificidades de algum deles; necessitando das suas contribuições para se tornar universal, sem singularidades inerentes a cada ciência em que se manifesta.

Oliveira (2003) menciona que o conceito de identidade abarca diversas “áreas do saber, como a sociologia, a antropologia, a filosofia, a psicologia, a psicopatologia e a psicanálise.” (p.50). Esse autor também aponta o caráter bidimensional do conceito, sendo um de ordem individual e outro de ordem coletiva, inter-relacionados, sendo o primeiro de interesse da Psicologia e o segundo de interesse de sociólogos e/ou antropólogos.

Machado (2003), Oliveira (2003), Lima (2007), Bauer e Mesquita (2007), Ewald e Soares (2007) abordam o estudo do conceito identidade sob dois níveis: a identidade pessoal, que está ligada a uma construção individual do conceito de si, e a identidade social, que aborda o conceito de si na vinculação da pessoa a grupos.

Portanto, as discussões envolvem a constituição da identidade pessoal e da identidade social ou coletiva. Assim, observa-se que o que demarca a identidade é a ambiguidade entre o individual e o coletivo – do que é igual e diferente, do que é próprio e do que é do outro.

Segundo Chamon (2003, p.25), “[...] a noção de identidade está associada tanto à similitude, concordância, uniformidade quanto à singularidade e individualidade”. Cabe aqui mostrar a construção da identidade, em suas dimensões subjetivas (identidade pessoal) e

intersubjetivas (identidade cultural do grupo de pertencimento), bem como suas zonas de interseções, na formação da identidade do sujeito, conforme assinalam Ewald e Soares (2007). Assim, a identidade pessoal traz a singularidade das experiências de cada sujeito e a forma que a subjetiva, dando-lhe um significado único. A identidade social surge do sentimento de pertencimento aos grupos aos quais está inserido, dando-lhe significado na relação e no contexto, que é genérico ou grupal. O sucesso da construção da identidade se mostra na capacidade do sujeito de impor sua diferença na relação com o outro.

Assim, observa-se que a definição de identidade pessoal está sendo vista como decorrente de uma construção psicológica, individual do conceito que cada sujeito edifica de si. A identidade pessoal caracteriza-se por uma busca contínua de unidade por parte do indivíduo. Preenche expectativas do outro sobre sua própria conduta e constitui um desafio constante na busca de equilíbrio entre o que se é e o que os outros esperam que ele seja. Considera que o processo de socialização constitui referencial na formação das identidades por meio de processos de identificação e internalização dessas identificações, o que se traduz em noção de si num processo dinâmico e múltiplo.

Com isso, conclui-se que a singularidade das experiências e a forma como são subjetivadas produzem um significado que é único, a partir de sua internalização, caracterizando a identidade pessoal.

A identidade social vem sendo caracterizada por Machado (2003), Oliveira (2003), Lima (2007), Bauer e Mesquita (2007), Ewald e Soares (2007) como uma representação do sujeito de si mesmo, por pertencimento a um grupo. Segundo Machado (2003), é um processo social dinâmico, continuamente evolutivo, que se constrói por semelhança e oposição. Assim, a identidade social também se caracteriza pela oposição aos grupos pelos quais o indivíduo não pertence. O sentimento de pertencer e a autopercepção como membro do grupo fortalecem e orientam a ação e a participação no grupo, e são as bases da identidade social.

Pode-se entender que esses sentimentos de pertencimento aos grupos, nos quais se está inserido, dão o significado do indivíduo na relação e no contexto, genérica ou grupal, e, portanto, marcam a identidade social. Essa identidade social emerge de categorias e os indivíduos procuram sua contextualização buscando fortalecer suas identidades. Tais categorias identitárias podem ser diferentes, dependendo do contexto ao qual se está inserido, tais como: trabalho, escola, grupos específicos dos quais faz parte.

Bauer e Mesquita (2007) apresentam a identidade como processo de identificação, “uma noção intuitiva do significado da identificação remete ao ato de identificar, que significa marcar ou destacar algo” (BAUER; MESQUITA, 2007, p.19). A identidade, como relação,

pode emergir pelo contraste com o diferente ou pela oposição ao antagonista, o que implica uma relação que significa reconhecer a importância do outro na composição de si mesmo, pois é só através desse outro, do diferente, que a identidade pode ser concebida como singular. A identidade, como construção social, afirma que a construção da identidade “se dá a partir da nossa socialização, como indivíduos, pela família, pela escola e por todas as instituições agregativas” (BAUER; MESQUITA, 2007, p.21). Estes autores concluem que “ambas as dimensões da identidade, dimensão individual e dimensão social, se imbricam.” (BAUER; MESQUITA, 2007, p.21).

Conforme Lima (2007), a identidade é um conceito amplamente discutido na atualidade, está no centro dos debates, sendo de extrema importância e destaque. O autor considera que, no atual contexto histórico, o conceito de identidade possui abordagem de teóricos de tradições filosóficas, científicas e políticas diversas.

Encontram-se, na literatura científica, concepções que variam desde as tradicionais até as pós-modernas, como a apresentada por Costa (1989, apud COUTINHO, KRAWULSKI E SOARES, 2007) de tradição psicanalista, que desenvolve uma concepção de identidade e que reconhece a dimensão dialética entre o indivíduo e a sociedade, em que um se identifica e se transforma a partir do outro. Segundo Ciampa (1989), são as denominadas identidades metamorfoses, frutos do atual contexto histórico e que determinam o indivíduo a uma constante construção e desconstrução de sua identidade, no dia a dia do convívio social e na multiplicidade das experiências vividas.

Dubar (1997), referindo-se a Durkheim, apresenta a socialização como uma educação moral, basicamente como transmissão do espírito da disciplina, garantida pelo constrangimento, apoiada na ligação com os grupos sociais e na interiorização, a partir da autonomia da vontade. Sua perspectiva de socialização é baseada historicamente no constrangimento e na conformidade natural aos modelos sociais. O reconhecimento da individualização aumenta na medida em que, na vida social, as trocas se desenvolvem e se complexificam, sempre impostas pelo grupo, derivando sua identidade.

Dubar (1997) concorda com Berger e Luckmann (1985), que aprofundam estudos de Mead (1952, apud BERGER; LUCKMANN, 1985), ao distinguir a socialização primária e a socialização secundária, dando grande importância a última, como fator de mudança social. Esses autores ressaltam a problemática da construção social da realidade, numa perspectiva de mudança social e não somente reprodução da ordem social. Subjetivamente, eles consideram a mudança social como inseparável da transformação das identidades. Berger e Luckmann (1985) também sinalizam que foi Mead (1952, apud BERGER; LUCKMANN, 1985) quem

primeiro abordou, de forma coerente, a socialização como construção de uma identidade social, na e pela interação com os outros.

Dubar (1997) apoia suas conclusões em Berger e Luckmann (1985) ao afirmar a ligação entre a sociologia do conhecimento e o pensamento de Mead (1952), que sugere uma troca entre essas vertentes do conhecimento como uma “[...] possibilidade sociológica, isto é, uma psicologia que deriva suas perspectivas fundamentais da compreensão sociológica da condição humana” (BERGER E LUCKMANN, 1985, p.243). Berger e Luckmann (1985) buscam, com isso, uma complementaridade entre o conhecimento do indivíduo e a Sociologia, estabelecendo a dialética entre o que denominaram de realidades estruturais e a disposição humana no desenvolvimento histórico da realidade.

Grigorowitschs (2008) destaca que os processos de socialização, segundo Berger e Luckmann, constituem-se ao se estabelecer correspondência entre a realidade objetiva/mundo social e a realidade subjetiva/identidade pessoal. Existe uma concepção de que as crianças são socializadas por outros que lhes são impostos, filtrando o mundo social para elas e encarregando-se de sua socialização. Na vida adulta, esses indivíduos experienciam uma socialização secundária que os insere nos novos setores sociais que ainda desconhecem, sendo sua socialização primária a base para a socialização secundária; isso ocorre na medida em que, quanto maior a interação na primeira, maior são a percepção e interação com o outro generalizado. Há, aqui, uma ênfase no caráter infundável do processo de socialização, que perdura a vida toda. Relata-se também que as compreensões de como tais processos ocorrem na infância nos permitem entender o desenvolvimento do *self*, identidades individuais e o “outro”.

Berger e Luckmann (1985) objetivam demonstrar como a sua concepção de Sociologia do conhecimento compreende a realidade humana como uma realidade socialmente construída, provocando que a Sociologia ocupe espaço junto a ciências do homem, enquanto homem, considerando a “sociedade como parte de um mundo humano, feito pelos homens, habitados por homens e, por sua vez, fazendo homens, em um contínuo processo histórico” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p 247).

Discutindo as ideias de Mead³, Grigorowitschs (2008) aponta que os processos de socialização e individuação são dimensões correspondentes que tornam possível o desenvolvimento da identidade. O interagir social com o outro é algo que precisa ser desenvolvido, observando que crianças pequenas não possuem o mesmo grau de percepção de

³ Mead (1952), citado por Grigorowitschs (2008).

suas interações com “o outro” que crianças maiores. Assim, a forma pela qual essa percepção se desenvolve é por meio do próprio interagir. Para compreender os processos de socialização na infância, é preciso entender como as crianças desenvolvem seu *self*, suas identidades individuais e o papel do “outro” nesses processos. Dois elementos são fundamentais para o desenvolvimento do *self*, o *I* (identidade pessoal, única) e o *Me* (identidade social, imagem que tenho de como os outros me veem). O *I* permite/garante continuidade do Eu e o *Me* a unidade de diferentes sistemas de papéis que precisam ser desempenhados simultaneamente. Assim, identidade individual e mundo social estabelecem uma relação de interdependência e referencialidade mútua. O *self* é entendido como uma identidade unificada entre estes dois elementos, o que permite autoavaliação e orientações do agir flexíveis, mas que é individual na interação e comunicação com coisas e pessoas. O *self* (composto por *I* e *Me*) é quem entra em comunicação com o “outro”, pois é um arranjo interindividual fundado em processos de interpretação ativos. É uma construção subjetiva do agir, em que a relação entre os *selves* do grupo social e o *self* individual, na construção/contestação de condutas e estruturas pertencentes ao grupo social (GRIGOROWITSCHS, 2008).

De acordo com Dubar (1997), Habermas, retomando Hegel, discute o processo de socialização como unidade dialética, com três modelos de valor comparável: a representação simbólica, o processo de trabalho e a interação baseada na reciprocidade. Esse reconhecimento recíproco produz a intersubjetividade, resultante de um processo social. Identidade, portanto, seria o resultado de um reconhecimento recíproco, em que a identidade do Eu só é possível em função da identidade do outro que me reconhece, independente do meu próprio reconhecimento. É uma identidade do universal, pois revela o que é da espécie e do singular, ao reconhecer o que é de si próprio. Desenvolve essa mediação pela e na linguagem, colocando-a como estruturante da identidade. A socialização, aos seus olhos, situa-se na esfera, portanto, do trabalho e da troca; situa-se na raiz da identidade e da institucionalização do reconhecimento recíproco nas sociedades modernas.

Em Silva (2000), encontra-se uma reflexão sobre identidade e diferença: como aquilo que é e aquilo que não é – tendo como referência a si própria, autocontida e autossuficiente; como criatura de linguagem – são criações sociais e culturais, criadas por meio da linguagem; não podem ser compreendidas fora dos sistemas de significação nos quais adquirem sentido. Identidade e diferença compõem uma estrutura indeterminada e instável; como o poder de definir e traduzem desejo de diferentes grupos sociais em acesso privilegiado a bens sociais. O processo de identidade oscila entre fixação e estabilização, sua tendência é para a fixação, ao mesmo tempo em que se mostra uma impossibilidade. Há uma tendência de subverter e

complicar a identidade ligada à ideia de movimento, deslocamento.

Para subsidiar este estudo, empregar-se-á o conceito de identidade na concepção de Erik H. Erikson (1987), e para compreender sua visão de desenvolvimento humano,

[...] em termos psicológicos, a formação de identidade emprega um processo de reflexão e observação simultâneas, um processo que ocorre em todos os níveis do funcionamento mental, pelo qual o indivíduo se julga a si próprio à luz daquilo que percebe ser a maneira como os outros julgam, em comparação com eles próprios e com uma tipologia que é significativa para eles; enquanto que ele julga a maneira como eles o julgam, à luz do modo como se percebe a si próprio em comparação com os demais e com os tipos que se tornaram importantes para ele. Este processo é, felizmente (e necessariamente), em sua maior parte, inconsciente – exceto quando as condições internas e as circunstâncias externas se combinam para agravar uma dolorosa ou eufórica *consciência de identidade*. Além disso, o processo descrito está sempre mudando e evoluindo; na melhor das hipóteses, é um processo de crescente diferenciação e torna-se ainda mais abrangente à medida que o indivíduo vai ganhando cada vez maior consciência de um círculo, em constante ampliação, de outros que são significativos para ele – desde a pessoa materna até a *humanidade* (ERIKSON, 1987, p.21).

Portanto, Erikson (1987) enfoca a relação de troca entre o indivíduo e o contexto que o circunda, a importância de usar capacidade de transitar entre esse lugar que é social e que se mantém em constante mudança, e a forma como esse local é capaz de integrar o indivíduo em seu sistema de crenças, valores e metas com os quais deve estar engajado. O outro marca a diferença e as similaridades existentes, dando condições de estruturar a identidade. Clarifica que o processo é hegemonicamente inconsciente, embora possa tornar-se consciente mediante situações específicas vividas pelo indivíduo que deflagram tal consciência. Abarca um processo que muda e evolui constantemente, gradualmente diferenciando-se com o desenvolvimento do indivíduo. Tal processo ocorre individualmente e em nível universal.

A identidade, na concepção de Erikson (1987), sob um ponto de vista psicanalítico, apresenta um olhar ampliado, podendo, assim, ser observada em seus escritos:

[...] pois estamos tratando de um processo ‘localizado’ *no âmago do indivíduo* e, entretanto, também *no núcleo central de sua cultura coletiva*, um processo que estabelece, de fato, a identidade dessas duas identidades (ERIKSON, 1987, p.21).

Em termos psicológicos, a formação da identidade se dá num processo de reflexão e observação simultâneas, um processo que ocorre em todos os níveis do funcionamento mental, pelo qual o indivíduo se julga da forma como se percebe em comparação a como os outros o julgam. Assim, a construção da identidade é pessoal e social, ocorre de maneira interativa, através de trocas entre indivíduo e o meio em que está inserido. Tem um caráter não-estático e mutável, que lhe protege a personalidade em sua estabilidade, mas é algo em constante desenvolvimento.

Para Erikson (1971), o desenvolvimento psicossocial do ser humano ocorre em oito estágios:

1. Confiança básica *versus* desconfiança básica.
2. Autonomia *versus* vergonha e dúvida.
3. Iniciativa *versus* culpa.
4. Indústria *versus* inferioridade.
5. Identidade *versus* confusão de identidade.
6. Intimidade *versus* isolamento.
7. Produtividade *versus* estagnação.
8. Integridade *versus* desesperança.

Os quatro primeiros estágios ocorrem na primeira infância e meninice, o quinto ocorre na adolescência e os três últimos ocorrem a partir da maturidade. Deve-se considerar que esses estágios consecutivos não são determinados cronologicamente e Erikson (1971, 1987) confere grande valor ao período da adolescência, por servir de transição para a vida adulta. Cada estágio contribui para a formação da personalidade total e referem-se às qualidades do Ego básicas.

De acordo com Hall e Lindzey (1984), na concepção de desenvolvimento psicossocial de Erikson, os estágios de vida da pessoa, do nascimento à morte, sofrem influências sociais na interação com um organismo em amadurecimento físico e psicológico. Hall e Lindzey (1984) afirmam que o agente interno ativador da identidade é o Ego em seus aspectos consciente e inconsciente. Sua concepção de Ego é muito socializada e histórica, em acréscimo aos fatores genéticos, fisiológicos e anatômicos, que ajudam a determinar a natureza do Ego do indivíduo. Para ele, as pessoas devem procurar suas identidades nos potenciais de suas sociedades, enquanto seu desenvolvimento implica as requisições da sociedade ou sofre sua influência.

Aznar-Farias, Silvares e Schoen-Ferreira (2003) apontam que a identidade para Erikson é entendida como “uma concepção de si mesmo, composta de valores, crenças e metas com os quais o indivíduo está solidamente comprometido” (AZNAR-FARIAS; SILVARES; SCHOEN-FERREIRA, 2003, p.107). Assim, a construção da identidade envolve a definição de quem é a pessoa, bem como os valores e direções que busca para a vida.

Dessa forma, conclui-se que, para Erikson (1987), a construção da identidade é pessoal e social; não é estática ou imutável; está em constante desenvolvimento, dependendo das condições que atravessa em cada estágio, e ocorre na interação e no intercâmbio entre o

indivíduo e o meio ao qual está inserido. Ainda segundo Erikson (1987), esse processo está em evolução contínua, acontece em diferenciação gradual, tornando-se mais abrangente através da troca com seu meio significativo.

Para concluir, cabe salientar que são encontrados, nos autores apresentados, aspectos comuns no estudo sobre identidade, como o caráter individual e o caráter social de sua formação, variando a interferência e o modo como ocorre, dependendo do aspecto que cada abordagem considera mais importante. Alguns afirmam os aspectos individuais, a partir dos quais desenvolvem seu conceito, outros abordam os aspectos coletivo e social, com os quais defendem a estruturação da identidade. Para este estudo, como já mencionado, a concepção de identidade será a de Erikson, na qual existe uma relação entre a identidade pessoal e a identidade social e ambos os aspectos são importantes para a construção da identidade do indivíduo, a partir de preceitos e regras sociais e com implicação de seu desenvolvimento psicossocial.

2.2 A TEORIA BIOECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO E AS IMPLICAÇÕES PARA O ESTUDO PROPOSTO

Falar de formação, identidade e identidade profissional significa tratar de conceitos e contextos variados que se inter-relacionam e interferem diretamente na sua construção. Nessa perspectiva, a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano vem nos auxiliar na compreensão de como os ambientes podem interagir e influenciar esse processo que acontece ao longo de um período da vida e que se mantém em constante mudança.

Para Cole (1996), na Teoria Bioecológica, cujo autor é Bronfenbrenner (1996), existe uma

[...] preocupação em especificar o que as pessoas fazem, de uma maneira que possa ser generalizada além dos contextos da nossa observação. Ele enfatiza a importância crucial de estudarmos os ambientes nos quais nós nos comportamos, para podermos abandonar descrições particularísticas e processos sem conteúdo (COLE, 1996, p.xiii).

Assim, esses contextos influenciadores perpassam pela família de origem, escola, valores e crenças pessoais, formação profissional específica, trabalho, política de serviços, processo de resiliência, equipe de trabalho, entre outros fatores. O contexto de vulnerabilidade social da população atendida na construção dessa identidade também foi abordado neste estudo.

Bronfenbrenner (1996) assim descreve:

A Ecologia do desenvolvimento humano envolve o estudo científico da acomodação progressiva, mútua, entre um ser humano ativo, em desenvolvimento, e as propriedades em mudança dos ambientes imediatos em que a pessoa em desenvolvimento vive, conforme esse processo é afetado pelas relações entre esses ambientes e pelos contextos mais amplos em que estão inseridos (p.18).

Ao pensar em tal referência verifica-se a relação existente entre o estudo proposto e a Teoria Bioecológica, os contextos de formação vivenciados por cada pessoa em sua família, comunidade, escola, ambiente de trabalho e a política social vigente. Assim, o momento histórico vivido e a forma como cada espaço propicia a potencialização de suas capacidades e de seu desenvolvimento possibilitam, ao sujeito, enfrentar obstáculos e desafios que o desenvolvimento impõe e deixa uma marca na sua atuação profissional, interferindo diretamente em sua construção identitária.

Na Teoria Bioecológica, o desenvolvimento ocorre de forma dinâmica e inter-relacionada, pensado a partir de quatro níveis: Pessoa, Processo, Contexto e Tempo (modelo PPCT). Existe nessa perspectiva um resgate do papel ativo, interativo e protagônico do indivíduo como agente de mudança e núcleo do processo.

Martins e Szymanski (2004) apontam que, nas duas últimas décadas, Bronfenbrenner vem modificando e reformulando sua abordagem, fortalecendo a bidirecionalidade existente em relação à pessoa e ao ambiente em que ela atua. Assim, deu-se mais importância às características biopsicológicas da pessoa em desenvolvimento, fazendo com que o modelo de estudo passasse de ecológico para bioecológico.

A pessoa é compreendida em suas características individuais, que propulsionam o desenvolvimento, tais como: crenças diretivas, nível de atividade, índole, objetivos e motivações; seus recursos – experiências, inteligência e habilidades, e suas demandas, que são características de estímulo pessoal como idade, cor da pele e gênero.

O Processo proposto nessa teoria pode ser entendido como motor do desenvolvimento, oferecendo possibilidades de interações entre o organismo ativo em evolução e as pessoas, objetos e símbolos em seu ambiente imediato. Aos poucos essas interações tornam-se mais complexas e se diferenciam, a partir das características pessoais de cada indivíduo e das características dos contextos, nos quais o indivíduo está inserido. Polonia, Dessen e Silva (2005) esclarecem que a interação caracteriza-se como processo proximal, de natureza bidirecional e que aparece através das formas de interação entre a pessoa e o seu ambiente físico, psicológico ou social. Os processos proximais – enquanto mecanismos primários de desenvolvimento – ocorrem através do tempo.

O conceito de processos proximais, no modelo bioecológico, conforme Martins e Szymanski (2004) descrevem, tem um sentido bastante específico, sendo seu processo de desenvolvimento mediado por influências em ambas às direções, havendo graus de reciprocidade com pessoas, objetos e símbolos.

O contexto é traduzido “pelo conjunto de estruturas concêntricas, na quais cada uma abarca progressivamente a outra. Estas estruturas são chamadas de micro, meso, exo, macro e cronossistema” (POLONIA, DESSEN E SILVA, 2005, p. 77). Assim, esses ambientes oferecem possibilidades de desenvolvimento ao indivíduo e intermediam-se mutuamente, permeando valores, crenças, práticas, recursos e identidade, permitindo a compreensão das influências de tais ambientes no desenvolvimento. Os microsistemas são os mais próximos do indivíduo, tais como: família, escola, grupo de amigos e comunidade. À medida que se distanciam vão se caracterizando como meso e exo, tais como: políticas públicas, sistema econômico, até alcançar o macrosistema, mais remoto, caracterizado pela cultura.

Esses sistemas se arranjam num sistema que ocorre por toda a vida e que caracterizam o quarto nível deste modelo teórico – o Tempo. O cronossistema marca o tempo histórico e os acontecimentos vividos pelo indivíduo. Seus eventos são fortes influenciadores do desenvolvimento humano. É no cronossistema que todo o desenvolvimento ocorre e nele percebe-se a ação e influência dos demais ambientes e relações proximais ocorridas. Como apontam Polonia, Dessen e Silva (2005), o tempo compreende dois sentidos: um processo microgenético de interação entre o indivíduo em desenvolvimento e aqueles que com ele convivem e a passagem do tempo histórico, que dimensiona e estrutura os diferentes sistemas culturais.

Para Bronfenbrenner (1996), os efeitos principais estão na interação, e as explicações sobre aquilo que será feito serão encontradas nas interações entre as características das pessoas e seus ambientes, passados e presentes. Ao entender o desenvolvimento humano nesse conjunto de sistemas, também se vê a pessoa capaz de ser influenciada e os influenciar, determinando e, ao mesmo tempo, sendo determinada pelas mudanças que neles ocorrem.

Nesse modelo, o desenvolvimento humano é visto como ligado à estabilidade e mudança dos seres humanos durante seu percurso de vida e também através das gerações, na medida em que sofrem e produzem influência sobre o macrosistema nas interações com os demais.

A diversidade do ambiente ou contexto ecológico e suas inter-relações, não se caracterizam apenas pelos aspectos diretos, mas também pelos aspectos indiretos que exercem sobre o indivíduo.

O microsistema é assim denominado, pois se caracteriza pelo ambiente mais próximo, imediato ao indivíduo. De acordo com Polonia, Dessen e Silva (2005), constitui-se por padrões de atividades, papéis e relações interpessoais experienciados pelos indivíduos num dado ambiente em que suas características físicas, sociais e simbólicas particulares funcionam de maneira a estimular ou inibir as relações interpessoais. Com o passar do tempo, tais interações se complexificam, a partir das influências da natureza desse meio ambiente.

No microsistema, constituem-se as atividades molares e as atividades moleculares. As primeiras têm como característica a persistência temporal e a significância para os indivíduos envolvidos no ambiente e expressam o mecanismo interno e as manifestações externas do crescimento psicológico, capacidade que cada indivíduo tem de invocar objetos, pessoas e eventos que não estejam no ambiente imediato – ecologia da vida mental. São os aspectos mais importantes, imediatos e significativos no processo evolutivo da pessoa. As segundas são atividades menos significantes e de pequena duração para o desenvolvimento da pessoa.

Outro elemento do microsistema são as relações interpessoais, em que precisa haver afetividade, equilíbrio de poder e reciprocidade. Ocorrem sempre que uma pessoa presta atenção ao que a outra está realizando ou quando compartilha atividades num dado ambiente. Podem ocorrer através de uma díade – sistema de duas pessoas, bidirecional; pode ser observacional e de atividade conjunta, assim gerando reciprocidade equilíbrio de poder e relação afetiva.

Os papéis no microsistema representam o comportamento típico de um indivíduo em relação a alguma profissão ou posição social; é entendido como sendo seu papel perante a sociedade e caracterizam um “conjunto de expectativas, atividades e atitudes esperadas socialmente a respeito da atuação da pessoa no seu espaço de relações” (POLONIA; DESSEN; SILVA, 2005, p. 80).

Conforme Bronfenbrenner (1996), as mudanças de papel ou ambiente, ou ambos, ocorrem durante toda a vida (transições ecológicas), a capacidade de uma díade de servir como um contexto de mudança efetivo para o desenvolvimento humano depende da presença e participação de uma terceira pessoa. Se essa parte é ausente ou desempenha um papel perturbador, em vez de apoiador, o processo desenvolvimental, como um sistema, se interrompe. Assim, a importância das transições ecológicas está no fato de envolverem mudança de papel, ou seja, de expectativas de comportamento associados a determinadas posições na sociedade. Esse mesmo princípio se aplica às relações entre os ambientes, fazendo com que a capacidade de um ambiente de funcionar efetivamente como um contexto para o desenvolvimento dependa da existência e natureza das interconexões sociais entre os

ambientes, incluindo a participação conjunta, a comunicação e a existência de informações de cada ambiente a respeito do outro.

O mesossistema compreende participação multiambiental, ligações indiretas, comunicação e conhecimento. Está marcado pelas “inter-relações entre dois ou mais ambientes em que a pessoa em desenvolvimento está inserida e participa de maneira ativa” (POLONIA; DESSEN; SILVA, 2005, p.80). Ele estabelece as relações entre microssistemas. Para Bronfenbrenner (1996, p.21), o mesossistema é “um sistema de microssistemas. Ele é formado e ampliado sempre que a pessoa em desenvolvimento entra num novo ambiente”.

No mesossistema existe sempre uma transição ecológica quando a pessoa se envolve num determinado ambiente pela primeira vez, ou seja, passa de ambiente familiar a um desconhecido. Bronfenbrenner (1996) propõe quatro tipos possíveis de interligações entre os ambientes: 1) Participação Multiambiente: participação em múltiplos ambientes diferentes, assumindo papel ativo, criando rede de relações diretas e um vínculo primário de relações face a face e vínculos secundários ou suplementares, criados pela participação de outras pessoas no ambiente não-frequentes e sem serem sujeitos de atividades molares; 2) Ligação Indireta, quando a inter-relação entre os ambientes é garantida pela presença de uma terceira pessoa, com um vínculo denominado intermediário entre os participantes de dois ambientes; 3) Comunicações Interambiente: comunicações entre ambientes, quando as informações são transmitidas de um ambiente para outro por via direta, comunicados telefônicos ou impressos, ou indiretamente, através de componentes da rede social, de modo bilateral ou unilateral; 4) Conhecimento Interambiente: caracteriza-se por informações, experiências, percepções, expectativas que existem de um ambiente em relação ao outro, que apresentam fontes diversas de comunicação.

O exossistema é caracterizado como um ou mais ambientes que não envolvem a pessoa em desenvolvimento como um participante ativo, mas os eventos que acontecem nesses ambientes afetam ou podem ser afetados pelo que acontece no ambiente em que se encontra a pessoa em desenvolvimento. Segundo Polonia, Dessen e Silva (2005), o exossistema é composto pelas influências dos cenários externos nos demais ambientes que a pessoa tem contato.

O macrossistema é constituído por um conjunto de valores e crenças de uma cultura ou subcultura, envoltos em um cabedal de conhecimento, recursos materiais, costumes, modo de vida, estrutura de oportunidades, barreiras e escolhas ao longo da vida. Nesse nível, produzem-se impactos culturais referentes ao desenvolvimento moral, valores educacionais, gênero, construção de identidade e traços de personalidade. Para Polonia, Dessen e Silva

(2005), o macrosistema representa a cultura, em que os grupos são os promotores do desenvolvimento. Conforme Bronfenbrenner (1996):

O macrosistema se refere à consistência, na forma e conteúdo de sistemas de ordem inferior (micro, meso e exo) que existem, ou poderiam existir, no nível da subcultura como um todo, juntamente com qualquer sistema de crença ou ideologia subjacente a essas consistências (BRONFENBRENNER, 1996, p. 21).

No modelo bioecológico, encontra-se a noção de pessoa não apenas com características idiossincrásicas, mas estimuladas ao desenvolvimento, por meio de sua subjetividade, que é composta por crenças valores, nível de atividade, traços de personalidade, temperamento, objetivos de vida, motivações e outros. Essas características são formadas por três elementos que lhe dão consistência e forma, modificando as interações entre o organismo e o ambiente, durante o percurso de vida. São: disposições, recursos bioecológicos e demandas, que moldam o desenvolvimento futuro da pessoa, expandem e integram a pessoa aos sistemas, que se acomodam e ajustam-se do micro ao macrosistema. (POLONIA, DESSEN E SILVA, 2005).

Para Bronfenbrenner (1996):

O desenvolvimento humano é o processo através do qual a pessoa desenvolve adquire uma concepção mais ampliada, diferenciada e válida do meio ambiente ecológico, e se torna mais motivada e mais capaz de se envolver em atividades que revelam suas propriedades, sustentam ou reestruturam aquele ambiente em níveis de complexidade semelhante ou maior de forma e conteúdo (p. 23).

Para concluir, é importante refletir sobre as contribuições de Bronfenbrenner e seus estudos para o desenvolvimento humano. Conforme apontamentos de Polonia, Dessen e Silva (2005), Bronfenbrenner amplia as investigações sobre o processo de desenvolvimento humano em toda sua complexidade e dinamismo; focaliza o conteúdo das interações, assegura uma unidade diádica aos comportamentos da pessoa, amplia o ambiente para uma dimensão social ou de outros ambientes mais remotos, abrange as atividades molares e os efeitos de sua complexidade e de seu desenvolvimento psicológico da pessoa; agrega a dimensão temporal do desenvolvimento, que a trajetória de modo bilateral ou unilateral da pessoa deve ser compreendida pelas mudanças ocorridas no seu desenvolvimento, associadas às transformações advindas do seu contexto histórico e social.

2.2.1 O estudo proposto à luz da Teoria Bioecológica

Pensar sob o viés da Bioecologia do Desenvolvimento Humano na formação da

identidade profissional de psicólogos que atuam na perspectiva da Política Nacional de Assistência Social, considerando sua formação acadêmica e os contextos que permeiam tal construção identitária, é o objetivo desta seção. Esses contextos de formação e desenvolvimento devem ser considerados, conforme aponta Koller (2004), na interação sinérgica de quatro níveis inter-relacionados: Processo, Pessoa, Contexto e Tempo, nos quais os processos psicológicos passam a ser propriedades dos sistemas descritos no modelo de estudo. Assim, faz-se necessário o desafio de transportar esse modelo para a compreensão de como isso acontece na formação profissional do psicólogo.

Alguns contextos são mais significativos e influentes no desenvolvimento do indivíduo e sua identidade profissional: o contexto familiar, o contexto comunitário, o contexto educacional, o contexto profissional, o contexto político-social vigente, o contexto histórico-cultural vivenciado, entre outros. A forma de interação nesses ambientes marca a formação e atuação do profissional.

A pessoa, em seu papel ativo, interativo e produtor de mudança, é o núcleo do processo. Para Koller (2004), ela é produtora e produto do desenvolvimento; influencia a forma, a força, o conteúdo e direção dos processos proximais, e é, ao mesmo tempo, resultado de interação conjunta dos elementos que se referem ao Processo, Pessoa, Contexto e Tempo. Conceitos a partir dos quais serão relacionados os demais.

A identidade como base da formação profissional e as influências e interações de sua formação são grandes propulsoras de desenvolvimento. De acordo com Erikson (1971; 1987), há, na formação da identidade, uma adaptação mútua entre o indivíduo e o ambiente, o que implica definir quem a pessoa é; quais são seus valores, e quais as direções que deseja seguir pela vida. Trata-se de uma concepção de si mesmo, composta de valores, crenças e metas, com os quais o indivíduo está solidamente comprometido.

Como indivíduos que vivem, marcam e são marcados pela sociedade, os seres humanos recebem e exercem interações, além dos microsistemas, que precisam de regularidade, do mesossistema – que apresentam efeitos cumulativos para resultados significativos. Segundo Koller (2004), podemos nos transportar para as escolhas profissionais, partindo do conhecimento que temos socialmente das profissões e que interferem em nossa escolha (exossistema). Compreender essa relação não é suficiente para que possamos desenvolver condições de atuação profissional; é preciso observá-la, inserida em outros microsistemas e influenciadas pelo exo e macrossistemas.

O macrossistema é delineado por uma cultura nacional em que as diferenças são marcantes, e que, segundo Koller (2004), abarca expectativas e eventos de mudança dentro da

sociedade através de gerações. O profissional formado para atuar como psicólogo tem, em seu contexto de formação, uma direção para o atendimento das situações e das complexidades que se diferenciam no atendimento às famílias em contexto de vulnerabilidade social. A realidade em seu contexto histórico-social vivido, o microcontexto do profissional e sua formação, o microcontexto das famílias com as quais trabalhará se diferenciam muito, embora os ambientes estejam inseridos no mesmo macrossistema. Essa interação também é marcada pelo exossistema que se configura pela política social vigente.

Os sistemas apresentam-se dinâmicos, ativos, interagindo mutuamente e proporcionando mudanças entre si. Além disso, o trabalho em equipes interdisciplinares também sofre e exerce os mesmos movimentos, transformando-se em novos sistemas (meso e exossistemas). Essa complexidade de inter-relações, interações, acontece ao longo do ciclo de vida e influenciam a trajetória dos indivíduos.

O conteúdo das interações assegura um significado ao desenvolvimento do indivíduo, ampliando sua compreensão e intervenção nos ambientes ao qual está inserido. Isso é fundamental numa atuação profissional que promove desenvolvimento humano e, por isso, deve e precisa manter inter-relação com os contextos de vulnerabilidade social, no qual está inserido, requerido pelo seu papel social representado profissionalmente. Tal atuação merece zelo e um olhar expandido para que tenha um significado pessoal e social, possibilitando seu desenvolvimento psicológico e o desenvolvimento humano da população atendida.

Ainda cabe ressaltar, conforme explica Koller (2004) – que traduz nossa intenção nesta leitura teórica –, que esse modelo contextualista e interacionista destaca que os processos ocorrem sempre dentro de contextos, através de interações em diversos níveis e sistemas. Há uma constante interação entre os aspectos da natureza e o ambiente, em que os hereditários influenciam e são influenciados pelo ambiente.

Dessa forma, este referencial teórico mostra a importância do contexto e da interação existente na formação da identidade profissional do psicólogo. Da mesma maneira, torna-se relevante conhecer a Política Nacional de Assistência Social, a caracterização e seu contexto de criação.

2.2.2 A identidade do psicólogo e sua relação com o macrossistema

Na perspectiva deste estudo faz-se necessária a inserção do contexto socioeconômico e político na leitura do macrossistema, que marca a construção identitária do psicólogo. Temos

que considerar que estamos inseridos num contexto histórico multifacetado, com várias dimensões, tais como: psicológica, antropológica e, sobretudo, a dimensão do trabalho. Ao longo do tempo (cronossistema), várias facetas da interação ocorrem de forma constante, que influenciam as escolhas profissionais e as interfaces e serviços desenvolvidos, como mencionam Ludke e Boing (2004). Como o processo de trabalho e a produção de capital influenciam e são influenciados pelos ambientes micro, meso, exo e macro, é fundamental compreender o desenvolvimento, tanto das profissões, quanto das identidades dos indivíduos.

Na história da humanidade, o trabalho surgiu como uma forma de inter-relação no atendimento às necessidades imediatas da sobrevivência, mas sofreu, durante os últimos séculos e decorrente de circunstâncias históricas específicas, uma gradual mudança, tornando-se criador de riquezas, associado à econômica. Isso impôs dificuldades no que tange os processos de identificações por seu intermédio e a construção das identidades profissionais, bem como na organização da sociedade como um todo.

A Revolução Burguesa tratou de deslocar o processo de exploração, de diferenciação entre classes, do domínio divino-hereditário para o plano da livre concorrência- o poder herdado cede terreno ao poder adquirido. A trama econômico-social passa a depender da capacidade de apropriação do trabalho alheio, a mais-valia se dá então, na proporção do controle, na medida em que os ditames de sangue são substituídos pelos ditames da produção (CODO, 1989, p. 149).

Assim, sob a perspectiva do capitalismo, a natureza do trabalho, modos de organização e gestão são alterados, assim como as relações interpessoais que os trabalhadores estabelecem nesse contexto.

Nesse macrocontexto, a Psicologia nasce com o aparecimento da divisão social do trabalho no sistema capitalista e no ideário liberal. Os conhecimentos psicológicos surgem pela necessidade capitalista/burguesa de defesa da desigualdade e de domínio do corpo social, com métodos ajustados a ideologia liberal e a serviço da reprodução da ordem social. Dessa forma, seu conhecimento está atrelado ao interesse vigente no momento histórico vivido.

Pode-se exemplificar, lembrando como assinala Patto (1990), que a Psicologia nascente teve como principal papel social descobrir os mais e os menos aptos ao sucesso na vida social. Para isso, utilizou-se da Psicologia Científica, através de explicação e mensuração das diferenças individuais pela psicometria, para apontar quem era “normal ou anormal”, quem tinha habilidades para “isso ou aquilo”, servindo, assim, para justificar o que era de interesse ao sistema vigente.

A Psicologia nacional está inserida no contexto ocidental, fortemente influenciada por psicólogos europeus e norte-americanos. Assim, o macrossistema internacional, marcado pela

globalização, exerce influência também no contexto de formação identitária do profissional no contexto nacional.

Observa-se que as ações da Psicologia no Brasil acompanham o contexto mundial e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento da Psicologia como Ciência (macrossistemas) acompanha o processo de instauração do capitalismo e sua ideologia. Assim, independente do local ou do sujeito, o processo histórico-político-social interfere diretamente com as ideias e representações na identidade profissional. Dessa forma, também é possível pensar que o currículo das universidades e a formação do psicólogo estão vinculados a esse processo permeado pela globalização, mediada pelo capitalismo.

Com isso, em nível mundial (macrossistema), esse sistema histórico-político-social, durante seu desenvolvimento (cronossistema), passou por momentos de crise, que desencadearam uma reestruturação produtiva do trabalho, cujas consequências foram: aumento do desemprego, precarização das relações de trabalho, mudanças na inserção dos membros da família no mercado de trabalho e diminuição da renda familiar. Tal reestruturação produziu e produz alterações na relação família-trabalho que estão relacionadas às transformações das atividades econômicas, que, possivelmente, influenciaram as mudanças das relações familiares e as condições de sua sobrevivência. Segundo Montali (2000), a ausência de políticas de emprego e de proteção social teve como consequências a precarização das relações de trabalho e a deterioração da renda familiar.

Com o empobrecimento crescente das famílias, em consequência dessa forma de organização histórico-político-social, observam-se: crescente informalização do trabalho; redução do assalariamento e emprego industrial; diminuição do cumprimento dos seus papéis historicamente desempenhados; aumento da vulnerabilidade da família e dos riscos que seus membros são expostos, demandando novas intervenções de políticas públicas. Ainda de acordo com Montali (2000), alguns autores afirmam que o desemprego elevado e a precarização das relações do trabalho resultam da orientação macroeconômica, ou seja, fazem parte da estratégia de estruturação da política econômica vigente (macrossistema) que desconsidera as consequências sociais para a população (microsistema). A população dos países periféricos são as que mais sofrem as marcas dessa exclusão histórico-político-social e entender tal processo interfere diretamente na atuação junto às mesmas, no sentido de compreender a estruturação de sua forma de vida e de promover suas possibilidades de desenvolvimento.

Entendendo essa perspectiva e considerando que essas mudanças e reflexões podem ser uma via para a leitura deste trabalho, realizou-se um recorte e optou-se pela Teoria

Bioecológica do Desenvolvimento Humano, como viés para utilização nesta pesquisa, pois essa teoria dá condições para uma discussão na amplitude do estudo proposto.

3 IDENTIDADE E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

3.1 IDENTIDADE PROFISSIONAL

A identidade integra uma identidade individual e uma identidade social. A identidade social, que apresenta diversas facetas, contém o necessário para se compreender a identidade profissional de um indivíduo. Os autores já citados concordam que a identidade social referencia a construção da identidade profissional, como uma das formas de relação com grupos específicos do coletivo/social, nesse caso relacionado ao desenvolvimento de uma atividade laboral. Alguns autores desenvolveram a discussão sobre identidade profissional e sua constituição.

Machado (2003) relata que a socialização dos indivíduos no mundo do trabalho acontece como consequência das relações de poder, experienciada no contexto produtivo, que originam regras coletivas de comportamento e possibilitam a construção de uma identidade no trabalho.

Segundo Gomes (2007), independentemente do local ou do sujeito, o processo histórico-político-social interfere diretamente com suas ideias e representações na identidade profissional. O autor aponta que, no que concerne à identidade profissional dos professores, ela sofre interferências do contexto em três situações: concepção de profissão que a nação tem; criação de mecanismos capazes de monitorar a identidade profissional, por meio do discurso oficial, e a identidade profissional se constitui como manobra a favor dos interesses sócio-político e históricos vigentes. Dessa forma, conclui-se que, nas demais profissões, o processo aconteça de forma similar.

Para Gomes (2008, p.5), “[...] a identidade profissional é uma das identidades assumidas pelos sujeitos sociais” e afirma que tal identidade só pode ser caracterizada através do adjetivo profissional, o que envolve as atividades desenvolvidas e os interesses que marcam o exercício do trabalho de um grupo específico, entre outros.

Coutinho, Krawulski e Soares (2007) resgatam que, na história da humanidade, o trabalho surgiu como uma forma de interlocução no atendimento das necessidades imediatas da sobrevivência, mas sofreu uma gradual mudança, durante os últimos séculos, decorrente de circunstâncias históricas específicas. O trabalho torna-se o criador de riquezas, com conotação econômica. Isso impôs dificuldades aos processos de identificações e à construção das identidades profissionais.

Assim, Coutinho, Krawulski e Soares (2007) defendem que “[...] sob a lógica capitalista, modificam-se a natureza do trabalho, seus modos de organização e de gestão e, principalmente, as relações interpessoais que os trabalhadores estabelecem no contexto laboral” (COUTINHO, KRAWULSKI E SOARES, 2007, p.34).

Coutinho, Krawulski e Soares (2007) concebem uma mútua determinação entre trabalho e identidade, o primeiro como parte integrante e constituinte da identidade social do sujeito, e concomitantemente, a identidade profissional resultado da vinculação do ser humano a uma atividade laborativa, considerada no contexto e especificidade que interferem no sistema identitário discutido.

A identidade profissional, para Chamon (2003), apresenta duas dimensões:

1. a do Eu Profissional, caracterizado como um processo interativo e conflitual, produto da imagem que os outros recebem do sujeito “[...] Seria a imagem que o profissional construiu de si mesmo, na interação profissional, dentro de contextos profissionais” (CHAMON, 2003, p.25);
2. a da Identidade Profissional, caracterizada “[...] como modelo (visto como conjunto de valores e opções adotadas) do ‘bom profissional’ que o indivíduo quer vir a ser” (CHAMON, 2003, p.25).

Concluindo, Chamon (2003) sugere que, no campo da identidade profissional, podem ocorrer rompimentos identitários, quando as realizações e potencialidades do Eu Profissional não são respaldadas pelo grupo de significantes ao qual está inserido (no caso, profissional), contradizendo a imagem que o indivíduo tem de si.

Bock (1999) defende que uma identidade em movimento, em constante mudança (metamorfose), produz uma identidade profissional que acompanha tal movimento da realidade e que, portanto, nunca estará pronta e nunca terá uma definição, estará sempre em construção.

Rosa (1990) aborda que a “[...] identidade psicológica de um indivíduo está intimamente ligada à da escolha de uma profissão (p.116)” e que essa escolha são processos interligados de modo interessante, sem que se possa dizer qual é causa e qual é efeito. Além disso, Rosa (1990) relata que o ajustamento pessoal e social do indivíduo, bem como seu futuro, depende da escolha adequada da profissão. Todo processo de ajustamento emocional e social do homem é consequência da forma como ocorre sua adaptação à realidade do trabalho.

Com base nos estudos de Erikson, Rosa (1990) postula que a identidade pessoal deve ser definida em termos de realidade social. Assim, a escolha por uma profissão pelo indivíduo

ocorrerá em decorrência da “forma de ser na sociedade e como afirmação de seu lugar no mundo criativo do trabalho e da produtividade” (ROSA, 1990, p.114).

Existe, para Erikson (1971; 1987), uma relação entre a identidade pessoal e a identidade social, que se constrói na interação com os preceitos e regras sociais, mas com implicação em seu desenvolvimento psicossocial. Portanto, a construção de sua identidade profissional está fortemente influenciada pelo contato que estabelece com o meio em que vive. Assim, num processo proximal, a identidade e a identidade profissional são construídas num contexto de complexificação e diferenciação das características pessoal e contextual, ao qual o indivíduo está inserido.

Nesse processo os ambientes/sistemas micro, meso, exo e macro interagem e mostram sua marca nessa formação identitária. Família, comunidade e escola caracterizam-se como ambientes próximos que influenciam as escolhas dos indivíduos. Conforme observa Bronfenbrenner (1996), esse processo ocorre nessa interação ao longo do ciclo de vida.

A forma como cada pessoa vivencia a interação com esses ambientes potencializa suas capacidades de desenvolvimento e pode favorecer o modo como enfrenta os obstáculos e os desafios que lhe são interpostos, no decorrer de sua vida. Dessa forma, essa interação entre pessoa e ambientes influencia sua capacidade de respostas ao meio, podendo contribuir para a superação dos obstáculos que encontrará frente ao desenvolvimento profissional.

Cabe aqui aprofundar como a construção da identidade para Erikson (1971) se relaciona a identidade profissional. Em sua teoria de desenvolvimento psicossocial, Erikson (1971) retrata que o desenvolvimento psicológico não ocorre ao acaso, mas através de estágios que se desenvolvem com a interação da pessoa no meio em que vive. Esses estágios são formadores e constituem-se por meio de trocas negativas e positivas, em que a positiva precisa sempre preponderar; assim, a forma como essa crise é superada influenciará a maneira que o indivíduo resolverá seus conflitos ao longo da vida.

Todo o processo é importante para que, no futuro, constitua-se a identidade psicológica do sujeito, mas Erikson (1987) aponta o estágio da adolescência como momento crucial para sua construção. É nesse momento que se adquire a identidade psicossocial como tal. O adolescente encontra-se diante de seu papel no mundo e tem consciência da sua singularidade. Aqui está o que Erikson (1987) chamou de crise da adolescência, na qual há uma síntese e uma redefinição dos elementos de personalidade até então adquiridos. Segundo Rosa (1990), nesse estágio, dois fatores determinarão a intensidade emocional do adolescente: as experiências prévias do indivíduo caracterizadas pela forma como fez os ajustamentos prévios em cada crise de seu processo evolutivo e a estrutura social a que o indivíduo

pertence. Esses dois fatores, portanto, contribuirão para que esse período seja marcado por tranquilidade ou rompimentos, da mesma maneira como a identidade foi construída até o momento.

Nesse período marcante para o desenvolvimento da identidade, alguns fatores podem contribuir para a confusão da identidade: perda de laços familiares e falta de apoio no crescimento; expectativas parentais e sociais divergentes do grupo de pares; dificuldades em lidar com mudança; falta de laços sociais exteriores à família (importantes para delinear outras perspectivas), e insucesso no processo de separação emocional entre criança e as figuras de ligação. Segundo Rosa (1990), no pensamento de Erikson, a formação da identidade é um processo de reflexão simultânea e de observação, um processo em todos os níveis de funcionamento mental. O indivíduo se julga pela forma como percebe que os outros o julgam em comparação consigo mesmo e com tipologia expressiva para eles, enquanto ele julga o meio que os outros o julgam pela forma como se percebe em comparação com os outros e com os tipos que, para ele, constituíram-se significativos.

Assim, a identidade se constitui numa nova combinação de argumentos novos e velhos de identificação, que, durante a adolescência, são confirmados pela sociedade, com base nas referências ideológicas, que atribuem funções e tarefas nas quais o adolescente se reconhece e pelas quais é reconhecido. Seu desenvolvimento pessoal e as mudanças na comunidade e na cultura não podem ser separados. Portanto, em nível individual, a crise da identidade e as crises da história não podem se afastar, pois se ajudam mutuamente e são concernentes umas as outras.

Conclui-se que o senso coletivo de identidade, caracterizado pelos grupos sociais significativos para o adolescente, sejam eles sua classe, sua noção, sua cultura, é o que influencia e apoia diretamente sua identidade. Durante esse período, é possibilitado ao adolescente explorar e escolher caminhos, sendo exercida sobre ele uma pressão na escolha principalmente profissional. Essa pressão configura-se em rituais de passagem para a vida adulta e facilitam a aquisição de papéis na sociedade, que, sob uma perspectiva não-estruturada de contexto social, pode levá-lo a uma crise de identidade. Sua inserção no contexto social e essa crise de identidade são interligadas e influenciam o adolescente quanto aos seus valores, por exemplo, os morais. A grande tarefa desse estágio é a de que sua identidade seja coerente com a sociedade, ou seja, coerente a uma ideologia ou profissão, fazendo-o assumir compromissos com determinados valores, nos quais a interação social é fundamental. A formação profissional é uma forma de firmar sua identidade profissional, numa perspectiva de unicidade, em que haja o reconhecimento de si e o reconhecimento pelos

outros; traz a segurança fundamentada em suas atividades e no sistema de valores da sociedade.

Portanto, a reflexão sobre qual a relação entre a formação profissional; a experiência formal/empírica e o processo de formação da identidade profissional do psicólogo se faz necessária para que se compreenda o papel do psicólogo na Assistência Social. Do ponto de vista de Erikson (1971, 1987), a identidade e a identidade profissional, nas quais a identidade pessoal e social está imbuída, mostram que existe uma interferência mútua entre os conteúdos subjetivos introjetados pelo indivíduo e os conteúdos coletivos do ambiente social a que pertence. A identidade profissional surge das pressões na interação e no intercâmbio com o meio ao qual se está inserido, como forma de assumir valores, crenças e metas sociais em direção ao que se deseja seguir pela vida. A tarefa da crise de identidade se constitui também numa pressão ideológica para a escolha profissional, como forma de firmar a identidade na vida adulta na perspectiva de reconhecimento de si e pelos outros, obtendo segurança pela atividade e sistema de valores da sociedade.

Percebe-se que a construção ideológica de uma determinada profissão marca o reconhecimento de si e reconhecimento pelo outro, nesse momento caracterizado pelo grupo profissional. Portanto, o modelo de profissional demarcado socialmente influi diretamente na identidade profissional. Essa relação é identificada nos relatos sobre o surgimento da Psicologia e como foi direcionada, mediante momento socioeconômico, no qual nasceu e firmou-se como Ciência, caracterizando-se com uma configuração individualista e normalizadora e trabalhando com a patologia social.

Um fator que chama a atenção nas leituras realizadas é o que retratou o conceito de identidade, seu caráter de contínua mudança e a relação existente com a identidade profissional do psicólogo. Parece estranho uma aparente imutabilidade na identidade profissional, que, enraizada no ideário individualista, na prática clínica, não se dispõe, principalmente a partir do campo da formação, a uma construção de novas práticas junto às demandas surgidas com o desenvolvimento da sociedade. É possível pensar que não há construção na sua identidade profissional? Se na construção da identidade para Erikson, existe uma interferência mútua entre os conteúdos subjetivos introjetados pelo indivíduo e os conteúdos coletivos do ambiente social, como isso não está ocorrendo para esses profissionais da Psicologia? Estão se mantendo estagnados num estereótipo, que precisa ser revisto? Que inter-relação está ocorrendo entre os aspectos pessoais e sociais na construção de sua identidade e que estão atuando na manutenção dessa caracterização profissional? Qual papel que as instituições formadoras têm exercido para que não se estabeleça tais mudanças,

considerando que representam os conteúdos do ambiente coletivo? De fato, como repensar a função da Psicologia diante de novas demandas advindas da atualidade social vivida? Quais as transformações necessárias? Quais aspectos em seu processo de resiliência precisam ser estimulados? Quais formas e estratégias de atuação precisam desenvolver? Como se relacionar com outras profissões? Ao levantar tais questões pretende-se subsidiar o esclarecimento de como se constrói a identidade profissional do psicólogo que atua na área da Assistência Social e contribuir para uma reflexão sobre a formação e atuação do psicólogo com famílias em contextos de vulnerabilidade social, tendo em vista, seu desenvolvimento humano.

Considera-se que a análise da construção da identidade do psicólogo na área da Assistência Social deva ser pensada a partir do que sugere a proposta da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, mencionada por Sifuentes, Dessen e Oliveira (2007, p.383) como “modelo que visa criar uma alternativa para o estudo do desenvolvimento humano, considerando a importância de se observar o indivíduo e suas interações nos diferentes contextos”. Dessa forma, como esse modelo percebe a realidade e a importância da interação, vivência e percepção pelo ser humano inserido no seu contexto e não afastado e visto como objeto de análise, ele abarca as necessidades de investigação como objetivo deste estudo.

Deve-se ainda considerar o contexto de atuação do profissional psicólogo na área da Assistência Social, que exige uma transformação ideológica sobre preceitos e conceitos apreendidos em sua formação, os quais são modificados durante o seu fazer, no cotidiano, com famílias atendidas pela Assistência Social, e, nos contextos, nos quais vivem e influenciam, tanto sua vivência como a do profissional. Assim, esse contexto oferece desafios e dificuldades, caracterizados pelo contexto de vulnerabilidade social, que levam o psicólogo a desenvolver a superação como forma de enfrentamento as demandas surgidas, que influenciam a sua identidade profissional.

3.2 FORMAÇÃO ACADÊMICA: A EXPERIÊNCIA FORMAL/EMPÍRICA NA IDENTIDADE PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO

Nesta seção pretende-se conhecer como a identidade profissional do psicólogo vem sendo discutida e marcada historicamente, procurando estabelecer um panorama sobre a atuação do psicólogo e sua relação com a formação acadêmica.

Uma boa maneira de se abordar essa relação é o exame das raízes históricas da própria

Psicologia. A Psicologia surgiu, segundo Codo (1989), em um período situado entre 1880 e 1920, com os trabalhos de: William James, em 1875; Ebbinghaus, em 1880; Freud, entre 1880 e 1890; Dewey, em 1887; Pavlov, em 1890; Wertheimer e Kofka, entre 1910 e 1912; Watson, em 1912, e Kohler, em 1912. Nesse período, a Psicologia tornava-se uma ciência objetiva e as pessoas concentravam-se nas suas próprias particularidades de pesquisa.

Conforme pontua Codo (1989), não foi um momento inovador, em que se refletiu sobre o homem, mas o momento da transformação dessa reflexão em Ciência. A Psicologia foi uma das últimas Ciências a se constituir um ramo científico independente, foi à solicitação da história de sua objetivação.

Assim, a Psicologia viu-se utilizada pela sociedade em amplas áreas e tornou-se crescentemente quantitativa, caracterizando-se pelos esforços dos psicólogos na última metade do século XX, momento em que nada existia a respeito do comportamento e da experiência do homem que não pudesse ser estudado cientificamente.

Neste momento, o pensamento humano necessita transformar a reflexão sobre o homem na intervenção sobre o homem. Reclama-se da Psicologia que abandone a Filosofia, a promiscuidade entre sujeito e objeto, e venha se alojar na ciência, transformando-se de Re-flexão em controle (CODO, 1989, p.149-150).

Nesse período o mundo passava pelo movimento marcado pela transformação do trabalho em mercadoria. A Psicologia aparece com o advento da divisão social do trabalho: de um lado o trabalho intelectual e de outro o trabalho manual; e, na base dessa divisão, encontrava-se o sistema capitalista e o ideário liberal, instituindo um modelo tecnicista, de mérito, que explica e legitima o deslocamento dos indivíduos num e noutro pólo. Existe ainda uma nuance de valor, uma hierarquia, em que, além da fragmentação do homem, há a valorização de uns e a desvalorização de outros, conforme o tipo de trabalho que cada um realizasse.

Alberti (1999, p.246) em suas reflexões comenta:

[...] em que medida a Psicologia pode inscrever-se nas Ciências Humanas. Expressão, aliás, paradoxal, se seguirmos nosso raciocínio, na medida em que ele aponta uma contradição nos termos: na ciência não há lugar para o humano. A Psicologia entrou no século XX como precioso instrumento para instituir e legitimar o mercado de trabalho que necessita de um excedente, segundo Marx.

Essas concepções construíram uma ciência na qual o mundo psicológico foi completamente deslocado do campo social e material. Esse mundo psicológico passou, então, a ser definido de maneira abstrata, como algo que já estivesse dentro do homem, naturalizando o processo, naturalizando o mundo psicológico, abolindo, da Psicologia, as

reflexões sobre o mundo social.

Com clareza, Codo (1989) explica que: “A Psicologia é, portanto, produto direto e dileto da transformação do homem em mercadoria, ao mesmo tempo que, como produto da divisão social de trabalho, reproduz e impulsiona esta mesma divisão” (p.150). Assim, a discussão sobre a influência do mundo social nos processos psicológicos é ignorada, tratado como componente do próprio processo interno e subjetivo, naturalizando-o subjetivamente e distanciando da vida real.

Ao se contar a história da Psicologia pode-se entender que seus conceitos e teorias não aparecem numa neutralidade, permitindo sua utilização para o bem ou para o mal. O surgimento da Psicologia é traduzido pela necessidade capitalista/burguesa de defesa da desigualdade e de controle do corpo social com procedimentos conjugados à ideologia liberal e a serviço da reprodução da ordem social em vigor pelos que se beneficiam dela. Assim, pode-se concluir que a ciência é sempre entrelaçada, que o conhecimento é sempre mediado pelo interesse vigente no momento histórico vivido.

Nessa mesma trajetória pela história da psicologia, é importante que se reflita sobre o contexto nacional. As ações consideradas como iniciais da Psicologia no Brasil, ocorrem acompanhando o contexto mundial e o desenvolvimento da Psicologia como Ciência, concomitante ao processo de instauração do capitalismo e sua ideologia. Como Ciência a Psicologia, no âmbito nacional, valida-se pela normatização e enquadre dos problemas surgidos dessa nova ordem mundial. Outro fator importante é sua ligação, desde a origem, às questões de saúde e, portanto, distante da leitura sócio-política.

Dimenstein (2000) apresenta reflexão sobre o surgimento da Psicologia científica no início do século XX e a criação de inúmeros laboratórios experimentais e o desenvolvimento dos testes, que também visavam oferecer um método mais objetivo para o conhecimento do homem, para a medição dos comportamentos e seu ajuste à ordem social vigente. Existe relato afirmando o enorme desenvolvimento e reconhecimento da Psicologia após a II Guerra Mundial, ligado às funções de prevenção e controle da loucura, assim como do bem-estar social e individual.

Dimenstein (2000) também mostra dados, nos quais as Escolas Normais, a partir da segunda metade do século XIX, tinham seu ensino direcionado a ensinar o indivíduo à adaptação às circunstâncias ambientais, estabelecendo a valoração de normas comportamentais e a escola transformou-se num laboratório de produção de cidadãos exemplares. Segundo a autora (DIMENSTEIN, 2000), a introdução da Psicologia nos currículos das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e de Salvador ocorreu com o

objetivo de se oferecer meios para o controle social dos indivíduos e das populações, bem como para a patologização do comportamento anormal, ou seja, estava atrelada à resolução dos desajustes e desvios da sociedade.

Cambaúva, Silva e Ferreira (1998) assinalam que o caso da Psicologia no Brasil não pode ser generalizado para outros países, nem mesmo da América Latina, porque, regulamentada como profissão em 1962, a concepção de Ciência adotada pela Psicologia Brasileira assumiu o modelo biológico, fazendo uma analogia acrítica e a-histórica, em que o homem tem de ajustar-se da melhor maneira possível ao meio, para que sobreviva enquanto indivíduo. Nessa concepção, desconsidera-se a natureza histórica do homem e da sociedade que ele produz. A Psicologia atendeu aos ditames do mercado de trabalho, que apelam para a racionalidade ajudar o homem a suportar e a se adaptar às engrenagens do sistema.

A definição regulamentadora da prática psicológica – Lei 4.119/62 (BRASIL, 1962) – veio atribuir uma tarefa de normatização e controle, de forma que a Psicologia seria, então, mais um recurso disciplinar, buscando controle sobre os indivíduos, que devem ser olhados, vigiados, diagnosticados, tratados, disciplinados para trabalhar e atuar em prol da manutenção do sistema sócio-político em vigor.

De acordo com Leite (2008), a Lei 5.766/71 (BRASIL, 1971) veio para atender aos anseios de organização de uma categoria profissional, de defesa de um campo de atuação, de regulamentação ética e profissional dessa prática e de fortalecimento da oferta de um serviço cada vez mais demandado pela sociedade. Essa Lei foi aprovada num período político autoritário, com uma estrutura fortemente ligada ao Estado.

Esses marcos demonstram alguns aspectos para reflexão sobre a formação da identidade profissional do psicólogo e o caráter “psi” de sua atuação.

Segundo Naffah Neto (1989, p. 181), “Ser um psicólogo clínico: sonho de tantos mil vestibulandos antes mesmo de adentrar as portas de uma faculdade de Psicologia. De fato a clínica fascina e atrai, como a fantasia de algo importante e misterioso”. Esse caráter perpetuador observado pelo autor demonstra aspectos da identidade do profissional psicólogo, que pairam pelas ideias preconcebidas e componentes da formação acadêmica do profissional.

Naffah Neto (1989) ainda relata que, nos anos 1960,

[...] a Psicologia era relativamente nova no Brasil e que tudo o que tínhamos era herdado dos americanos e dos europeus. Pode-se argumentar, nesse sentido, que o Psicólogo brasileiro ainda não tivera tempo suficiente para fazer a crítica a herança cultural e ideológica que ele comportava. O que assusta, entretanto, é perceber que hoje, quase vinte anos depois, o cenário ainda é praticamente o mesmo na maior parte das faculdades de Psicologia. Ainda ensinam as mesmas coisas e falta a mesma consciência crítica; nesse sentido, a Psicologia continua sendo um dos Baluartes do poder disciplinar. [...] A penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e

controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeneiza, exclui. Numa só palavra: normaliza (NAFFAH NETO, 1989, p.182-183).

O ato de normalizar atravessa os sentidos mais usuais que definem, na prática, a psicoterapia. Para Naffah Neto (1989), sair desse campo implica desistir de fazer da Psicologia o velho modelo da Ciência Positivista, apresentando, assim, grande crítica às instituições formadoras de Psicologia que não quebraram esse paradigma.

Dimenstein (2000) também expõe sobre essa identidade profissional e sua relação com a formação e atuação:

O "sujeito psicológico", modelo de subjetividade prenhe entre os psicólogos, é um desses elementos definidores da sua cultura profissional, representação desenvolvida a partir do ideário individualista e da difusão dos saberes "psi" na nossa sociedade. A hegemonia dessa concepção de subjetividade tem conseqüências importantes para as práticas realizadas nas instituições públicas de saúde [...] (DIMENSTEIN, 2000, p.95).

Esse ideário é vastamente encontrado nos textos da área, revisitados por Dimenstein e que discorrem sobre a perspectiva da atuação cultural dos psicólogos. Desses textos, poucos mencionam mudança de perspectiva frente à demanda específica da Assistência Social. As observações de Dimenstein (2000) mostram como a identidade profissional vem sendo referenciada e influenciando diretamente a atuação de psicólogos, em diferentes contextos, diante de uma concepção preestabelecida.

A ideologia do individualismo representa um sistema de idéias, ou como disse Duarte (1988), uma tendência, uma corrente, um fluxo localizado de idéias e valores presente nos segmentos letrados e intelectualizados das classes médias das sociedades modernas, cujo acento recai sobre a categoria "indivíduo", não no sentido do agente empírico, membro e condição fundamental de qualquer sociedade, mas enquanto valor moral e jurídico (da cidadania, dos direitos e deveres universais), enquanto configuração abstrata calcada em valores como liberdade e igualdade. Existe, portanto, a idéia de um indivíduo autônomo, senhor de si e independente, ou seja, ausente de vínculos e dos determinismos universalmente definidos pela cultura, que marca a ideologia ocidental moderna [...] (DIMENSTEIN, 2000, p.97).

Nessas considerações, resta saber a quem essa atuação hegemônica serve e a quem, de fato, é feita a Psicologia praticada no dia a dia. Considerando o contexto de atuação da Assistência Social, realmente, faz-se necessária a reflexão sobre o propósito com o qual o psicólogo deve atuar junto às famílias em contexto de vulnerabilidade social.

Este ideário, por sua vez, foi o que possibilitou a emergência de um campo de saberes psi e, conseqüentemente de um tipo de subjetividade específica dentro das sociedades modernas, ou pelo menos, em um dos seus segmentos, a classe média urbana (DIMENSTEIN, 2000, p.97-98).

Apontamentos como esse nos remete ao papel histórico da construção da Psicologia

como ciência e as consequências de sua impregnação, no contexto social vivido, bem como nos atuantes desse exercício profissional.

[...] algumas características da formação e da identidade profissional do psicólogo no Brasil têm relação direta com este processo de hegemonização do ideário individualista, de intensa difusão das teorias e práticas psi - mediatizada pelos especialistas da área - e de um modelo específico de subjetividade (DIMENSTEIN, 2000, p.100).

Assim, Dimenstein (2000) mostra o marco da formação e da identidade do psicólogo no Brasil, segundo sua leitura, e o modelo predeterminado que o subsidia, e que serve em muito a nossa reflexão sobre os padrões utilizados na área da Assistência Social.

Yamamoto (1987), ao discutir a origem da Psicologia e o seu espaço no capitalismo com a divisão do trabalho, apontou a atual atribuição, à Psicologia, de uma função de transformação social, dificultada pela sua própria história de surgimento e formação como saber científico. A Psicologia como Ciência autônoma se desenvolve para atender as ideologias de dominação do capital e do consumo e sua manutenção. Sempre reproduziu as estruturas sociais e as relações de poder sem um papel questionador quanto às instituições e reações sociais.

Para Dimenstein (2000), o psicólogo reproduz técnicas, conceitos e conhecimentos que contribuem para o controle social, sem refletir como foram produzidos e a quem, de fato beneficia. Essa forma de utilização do conhecimento inicia-se na formação acadêmica levando o profissional a se isentar de sua responsabilidade social e pessoal.

More et al.(2004) concluem que “o psicólogo ainda é vinculado ao modelo clínico tradicional, ou seja, relacionado mais a um trabalho dos aspectos individuais do que sociais” (p.74).

A produção científica sobre a atuação dos psicólogos revelava adequação às práticas utilizadas e não a criação metodológica e instrumental frente à nova demanda. São encontrados na literatura notas sobre tal necessidade, como Freitas (1998), que ressaltou e lembrou que nossa profissão já tinha sido chamada a ocupar, nas décadas anteriores, novos espaços e a desenvolver trabalhos e/ou atividades que, até então, eram poucos frequentes no Brasil. Dessa forma, retratou esses espaços da atuação profissional como um processo de construção necessário, com um novo patamar de atuação e de desenvolvimento de estratégias e instrumentais adequados às diversidades despontadas. Assim, a atuação frente à comunidade que se pode analogamente associar à Política Pública de Assistência Social, deve construir sua metodologia e leitura do contexto para desenvolvimento do trabalho.

Freitas (1998) pontuou que os aspectos instrumentais e metodológicos dependem de

valores e concepções que os psicólogos adotam para orientar sua prática. Isso nos faz caracterizar a importância de se pensar e repensar a prática psicológica em parâmetros diferentes dos apreendidos durante o processo de formação, não como adequação dos já existentes, mas de construção de instrumentos de atuação, visando responder à necessidade estabelecida de atendimento às demandas da Política Nacional de Assistência Social.

A Lei 4.119/62 (BRASIL, 1962), em seu artigo 16, estabelece as diretrizes para o curso de Psicologia, prevendo campos de atuação indispensáveis à formação. Nele, claramente, está delimitada a importância da atuação clínica dispensada à formação, como se segue:

Art.16 - As Faculdades que mantiverem cursos de Psicólogo deverão organizar serviços clínicos e de aplicação à educação e ao trabalho, orientados e dirigidos pelo Conselho dos Professores do curso, abertos ao público, gratuitos ou remunerados (BRASIL, 1962, p.3).

Diferentemente da Lei 4.119/62, observa-se que no disposto pelo CNE/CES⁴ por meio do teor da Resolução nº8/2004⁵ (BRASIL, 2004b), que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação em Psicologia, observam-se suas abrangentes orientações quanto a princípios, fundamentos, condições de oferecimento e procedimentos para o planejamento, a implementação e a avaliação do curso. Seu texto demonstra a possibilidade de uma flexibilidade curricular que alcance atuações com recortes e nuances inovadoras ao campo da atuação da Psicologia. Nele se encontra o necessário para que os cursos acadêmicos atualizem suas propostas conforme dispõe seu artigo 12.

Art. 12. Os domínios mais consolidados de atuação profissional do psicólogo no país podem constituir ponto de partida para a definição de ênfases curriculares, sem prejuízo para que no projeto de curso as instituições formadoras concebam recortes inovadores de competências que venham a instituir novos arranjos de práticas de campo (BRASIL, 2004b, p.16).

Isso provoca a reflexão sobre as dificuldades enfrentadas pelos profissionais, na prática, na área da Assistência Social – um novo campo de atuação para psicólogos, e a necessidade de articulação, junto a instituições formadoras, quanto à necessidade de reformulação e/ou implementação em cursos de graduação desse, para ampliar a capacidade de atuação do graduado.

Pereira e Pereira Neto (2003), em artigo sobre o processo de profissionalização da Psicologia no Brasil, comentam sobre pesquisas realizadas sobre a atuação dos psicólogos no Brasil. Eles relatam que, na primeira pesquisa do Conselho Federal de Psicologia, realizada

⁴ Conselho Nacional de Educação/Conselho de Ensino Superior.

⁵ CNE/CES. Resolução 8/2004. *Diário Oficial da União*, Brasília, Seção1, p.16, 18 de maio de 2004.

entre final de 1985/ início de 1987 e finalizada em 1988, apresentou dados que reapareceram nas pesquisas realizadas posteriormente, pelo Conselho de Classe, em 2001 e 2004. Pereira e Pereira Neto (2003) afirmam:

A profissão de psicologia no Brasil continua sendo uma profissão feminina, jovem, mal-remunerada e atuante preferencialmente na área clínica, mais especificamente em consultórios. É importante observar que, embora seja preferida pela maioria dos psicólogos, o mercado na área clínica se encontra saturado. Frente a isto, outras áreas de atuação vêm se expandindo, como a psicologia da saúde, jurídica, do trânsito e do esporte (PEREIRA E PEREIRA NETO, 2003, p.26).

Na pesquisa realizada em 2001, o interesse do Conselho Federal de Psicologia consistia na identificação da realidade dos profissionais no momento da pesquisa, considerando as situações que haviam sido identificadas anteriormente. Foram levantadas questões sobre o

[...] perfil demográfico do entrevistado; conhecimento e concordância com ações desenvolvidas pelo Conselho Federal; avaliação da atuação dos Conselhos Regionais e Federal, além da identificação de sugestões para o aprimoramento da atuação destas entidades (WHO/CFP, 2001, p.2).

Essa pesquisa (WHO/CFP, 2001) constatou que o perfil do profissional de psicologia não havia sofrido alterações significativas em relação ao estudo realizado anteriormente. Quanto ao exercício profissional, “Os resultados revelam que a Psicologia Clínica continua sendo a principal área de atuação da maioria dos profissionais: 54,9% dos casos” (WHO/CFP, 2001, p.8).

Cabe salientar que a tabela que apresenta a principal área de atuação do psicólogo (WHO/CFP, 2001, p.7-8) mostra que a Psicologia Social (área que mais se aproxima da Assistência Social) é exercida por uma minoria de profissionais, correspondendo a 1,7% dos casos.

Em 2004, o Conselho Federal de Psicologia encomendou nova pesquisa, dessa vez realizada pelo IBOPE. Segundo os resultados, constataram 55% das indicações dos profissionais referente ao atendimento clínico individual ou em grupo, como a principal área de atuação profissional e que oferece maior renda (IBOPE/CFP, 2004, p.78) e não houve indicação da área pública da Assistência Social ou Psicologia Social. Ainda no que se refere aos locais de exercício profissional (IBOPE/CRP, 2004, p.82), observou-se que 41% desenvolvem suas atividades em consultório e 12% em clínicas, o que demonstra a permanência majoritária dos profissionais atuando em área clínica, conforme pesquisas anteriores. Outro aspecto relevante mostra o investimento em pós-graduação em que 45% dos profissionais realizam especialização em Psicologia Clínica e apenas 7% em Psicologia

Social.

Nas pesquisas realizadas até 2004, observa-se que ainda existia um grande investimento da formação direcionada para a área clínica de atuação, demonstrada pelo exercício profissional majoritário apresentado. Isso reforça nosso questionamento sobre o despreparo dos psicólogos para atuação na área da Assistência Social, que marca a formação principalmente neste período. Com as alterações nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Psicologia, em 2004, mudou o rumo dos cursos de graduação. Conforme mencionado anteriormente, abriu-se um leque de possibilidades no que tange a ampliação da formação acadêmica. Áreas inovadoras emergentes no campo de atuação da Psicologia, como a Assistência Social, puderam ser incluídas no currículo. É possível que essas mudanças possam ser observadas em pesquisas futuras para atualização dos dados sobre o perfil do psicólogo brasileiro, observando-se as áreas de exercício profissional.

Dimenstein (2000) sugere que a cultura profissional do psicólogo brasileiro possa ser analisada sob a luz da história e da ideologia da profissão em nossa sociedade. A maneira como se dá a formação em nosso país, a representação social da profissão e a população que se insere nos cursos de Psicologia no Brasil indicam que os cursos de Psicologia desprivilegiam aspectos que determinam a prática e a realidade em que o Psicólogo atua. Sem considerar a importância dos conhecimentos sociais, históricos, políticos e ideológicos, o papel do profissional se esvazia. A Psicologia ensinada nos cursos de graduação está marcada pela ideologia dominante e conservadora das relações sociais e reproduz um modelo hegemônico de atuação profissional, baseado no clínico liberal privatista. Delineia uma valorização do psicólogo enquanto profissional liberal e autônomo, durante sua formação, o que intervém na forma inclusive que o público externo constitui o que seja um psicólogo.

Silva, Oliveira e Franco (1998), ao tratarem da inserção do Psicólogo na área da Saúde, mostram que, como em outras profissões, a Psicologia tem sido exigida a desenvolver uma nova postura decorrente das alterações ocorridas no mundo do trabalho e suas transformações referentes ao avanço de tecnologias de informação, à diminuição da oferta de trabalho e a uma maior exigência na formação profissional. Essas características mobilizaram os profissionais da Psicologia a encontrar novos campos de inserção. Assinalam ainda, que o arsenal teórico-prático da Psicologia é oriundo da clínica e, naturalmente, passa por transformações que envolvem uma reconstrução da atividade, da identidade do psicólogo e da Psicologia.

Lima (2005), ao pesquisar práticas psicológicas de psicólogos nos serviços públicos de saúde, identificou três modalidades de trajetórias profissionais, denominando-as: de conflito,

de reprodução e de construção. Essas modalidades diferenciam-se pela natureza da intervenção e se ligam pela influência da Psicanálise, como visão orientadora das práticas psicológicas desenvolvidas pela maioria dos profissionais. Lima (2005) ressaltou que essas modalidades foram percebidas como condicionadas a flexibilidade na forma de organizar o trabalho com características da clínica tradicional do consultório particular e a capacidade de lidar com os desafios decorrentes do seu encontro com a população mais pobre.

Martín-Baró (1997) fez uma leitura crítica do papel do psicólogo e defendeu que esse profissional deve definir sua identidade profissional e o papel a se desempenhado, a partir da consciência da sociedade em que se vive e da situação histórica do povo e de suas necessidades. Uma atuação voltada para a autonomia e consciência das pessoas sugere uma reflexão sobre a imagem de si mesmo, como profissional, e um rompimento com a ideologia do sistema social dominante.

Diante da constatação de uma formação voltada para a saúde e os processos de subjetivação na prática do psicólogo, como os mencionados em Martín-Baró (1997), Freitas (1998), Silva, Oliveira e Franco (1998), Dimenstein (2000), More et al. (2004), Lima (2005), na área da Assistência Social, o psicólogo precisa desenvolver recursos internos frente aos desafios de sua atuação com uma demanda de vulnerabilidade social, para a qual não foi preparado para atuar, e às adversidades surgidas nesse contexto amplo de realização de seu trabalho.

Conforme explica Bock (1999, p. 328): “Temos uma identidade profissional que reflete a prática importante que temos tido, porém elitista, restrita, pouco diversificada e colada às necessidades e demandas de setores dominantes de nossa sociedade”. Dando prosseguimento ao seu pensar sobre a profissão recomendou que os psicólogos deveriam construir uma profissão identificada com as necessidades da maioria da população brasileira, acompanhando o movimento dessas necessidades com respostas técnicas e científicas, considerando as condições de vida e necessidades que essa população possui.

Munida dessas contribuições, esta pesquisa passou a verificar como a identidade profissional do psicólogo vem sendo abordada. Constatou-se que existem trabalhos direcionados para a atuação do psicólogo na política pública de saúde, como é o caso de Silva, Oliveira e Franco (1998), Dimenstein (2000, 2001), More, Leiva e Tagliari (2001), More et al (2004) e Lima (2005). Alguns trabalhos estão direcionados para a área da Assistência Social e, quando isso ocorre, adentra-se numa temática periférica ao tema da pesquisa como é o caso dos estudos de Antoni e Koller (2001) e Freitas (1998). Outros trabalhos também apresentaram uma leitura crítica da atuação, formação e compromisso social do psicólogo,

como é o caso de Martín-Baró (1997) e Bock (1999).

De uma forma bastante significativa verifica-se uma crítica ao modelo da Psicologia que foi ensinado nas Universidades e praticado pelos profissionais, até 2004, sem as alterações sugeridas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, sancionadas nesse mesmo ano de 2004, para o Curso de Psicologia. Foram criticadas algumas características da formação e da identidade profissional do psicólogo que apresentam relação direta com o processo de hegemonização do ideário individualista. Esse processo intensifica a difusão das teorias e práticas psicológicas, caracterizadas pelo arsenal teórico-prático da Psicologia, oriundo da clínica e de um modelo específico de subjetividade. Existe a reflexão sobre a necessidade de uma revisão de tal modelo para, de fato, atuar em busca das necessidades da população brasileira.

4 A INSERÇÃO DO PSICÓLOGO NO ATUAL CONTEXTO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Para entender a inserção do Psicólogo na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), é preciso compreender o contexto atual dessa política pública e como a profissão adentra nesse campo de atuação, conhecendo a história da Política Social no país.

Nossa história apresenta marcas que prejudicaram o surgimento de lutas em defesa dos direitos. Assim, a subordinação, a dependência do mercado externo, a escravidão e a falta de compromissos democráticos e redistributivos influenciaram – e influenciam até hoje – as mobilizações populares em busca da defesa de seus direitos de cidadania (RANGEL, 2009).

Decorrem de 1888, as primeiras ações entendidas como proteção social, no Brasil, mas, no início do século XX, fatos importantes aconteceram, tais como: a aprovação da Lei Eloy Chaves, de 1923, que regulamentou as caixas de aposentadoria e pensões dos trabalhadores dos setores econômicos mais importantes. Assim, tem-se o início do sistema previdenciário e a definição de uma política trabalhista, no governo de Getúlio Vargas, na década de 1930, com a criação do Ministério do Trabalho (PANDOLFI, 2007).

No Brasil, até 1930, não havia uma compreensão da pobreza enquanto expressão da questão social e quando ela emergia para a sociedade, era tratada como “caso de polícia” e problematizada por intermédio de aparelhos repressivos. Dessa forma, a pobreza era tratada como disfunção individual. A Assistência Social foi marcada pela ação de particulares e pelas igrejas, sendo seu início ligado à filantropia e benemerência, ajudando os pobres e miseráveis (LONARDONI et al., 2006).

Em 1937, constituiu-se uma intervenção organizada do Estado Nacional na área da Assistência Social. Como campos inaugurais, foram criados, em 1938, o Conselho Nacional do Serviço Social/CNSS e, em 1942, a Legião Brasileira de Assistência – LBA, cuja finalidade primeira era atender às famílias dos pracinhas envolvidos na guerra e, posteriormente, atender à maternidade e à infância. Nessa ocasião, os serviços foram implantados de acordo com interesses, apoios e conveniências, com cunho assistencialista e voluntariado, objetivando legitimar o Estado junto aos pobres. Assim, o governo pode organizar o sistema de subsídios e auxílios às instituições privadas e formalizar seu papel de responsável pela subvenção de organizações (FREITAS, 2011).

Durante o período da ditadura militar foram unificados os institutos de previdência em um único organismo, de acordo com a política centralizadora do Governo Federal. Em 1974, foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social, que incorporou a LBA, a

Fundação Nacional para o Bem-estar do Menor - FUNABEM, a Central de Medicamentos - CEME e a Empresa de Processamentos de Dados da Previdência Social – DATAPREV (BEHRING; BOSCHETTI, 2006).

A superação, do ponto de vista político, das medidas tomadas no período de ditadura militar, teve início com a anistia aos presos e exilados políticos e o restabelecimento dos direitos políticos e civis aos anistiados, com a aprovação da Lei 6.683 (BRASIL, 1979), sancionada no dia 28 de agosto de 1979. A partir dessa data, inicia-se a gradativa retomada do Estado Democrático de Direito. As mudanças do contexto político vigente aos poucos redundaram em eleições indiretas, em 1984, e convocação de Assembleia Nacional Constituinte. Tais mudanças antecederam a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), que se transformou num marco histórico brasileiro e alterou o significado de Assistência Social no Brasil.

Conforme Faleiros (2000), diante do avanço histórico e do momento de conquistas, a Constituição de 1988 foi marcada pela intensa participação popular, pois advém da luta da população pelo rompimento com a ditadura e pela consolidação da democracia. Ainda assim, cada artigo da Carta Constitucional foi resultado de disputa e negociação que expressavam as contradições da sociedade brasileira.

Com essa Constituição, emergiu um sistema protetivo, inovador no país, no qual o Estado assumiu a responsabilidade pela proteção da população, sendo capaz de atender às necessidades de todos na área social e reconhecendo, assim, a Assistência Social como dever do Estado, no campo da Seguridade Social e não mais política complementar à Previdência.

Com a Constituição Federal do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988), a Assistência Social inicia, portanto, uma nova fase no país. De “política de favores” alcançou o patamar de política pública de direitos, compondo o tripé da Seguridade Social, equiparando-se à Previdência Social e Saúde, conforme artigo 194, da Carta Magna (BRASIL, 1988). Esse foi o ponto inicial da construção do Sistema Único de Assistência Social, conhecido como SUAS, requisito da Lei Orgânica da Assistência Social - Lei nº 8.742/93 (BRASIL, 1993) e da aprovação da Política Nacional de Assistência Social - PNAS, em 2004 (BRASIL, 2004a), que estabeleceu as bases desse novo sistema.

Art. 194 - A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (BRASIL, 1988, p.166).

A Política Nacional de Assistência Social de 2004 (PNAS/2004), aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) em 15 de outubro de 2004, pela resolução nº 145, e publicada no Diário Oficial da União em 24 de outubro de 2004, fruto de ampla mobilização, entre outros, dos setores organizados dos movimentos sociais, dos gestores e conselheiros, reafirmou os dispositivos da Constituição

Federal e da LOAS – Lei Orgânica De Assistência Social, estabelecendo diretrizes e princípios congruentes com esses para implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS (BRASIL, 2008, p.46).

Esse tempo trouxe, para a construção da Política Pública de Assistência Social, a necessidade de levar em conta três vertentes de proteção social: as pessoas, as circunstâncias e a família. Ao considerar que, no cotidiano da vida das pessoas, existem riscos e vulnerabilidades, essa proteção social estabeleceu uma nova exigência que é a capacidade de aproximação desse cotidiano. Ainda, segundo a PNAS (BRASIL, 2004a), essa nova concepção de Assistência Social ampliou a visão de indivíduo, tornando-se aliada do desenvolvimento humano e social e fomentando o desenvolvimento de capacidades para maior autonomia.

Assim, pela concepção de política de direitos, rompem-se gradativamente os antigos modelos de Assistência Social, até então implantados no país, e introduzem-se mudanças nas referências conceituais, na estrutura organizativa e na lógica do gerenciamento e controle das ações. Isso também acarretou transformações quanto aos serviços e equipes de atendimento à população.

A materialização da PNAS (BRASIL, 2004a) aconteceu com a implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, através da Norma Operacional Básica - NOB/SUAS (BRASIL, 2005) e da NOB/RH/SUAS (BRASIL, 2006). A primeira (NOB/SUAS) define normas e diretrizes para a estruturação da política, estabelecendo a proteção social em níveis diferenciados de atendimento: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de média e alta complexidade. A segunda (NOB/RH/SUAS) estabelece a exigência de constituição de equipes técnicas formadas por assistentes sociais, psicólogos e outros profissionais.

A Proteção Social Básica, definida pela Política Pública de Assistência Social (PSB/PNAS), tem por objetivo prevenir situações de risco, por meio de desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e fortalecer vínculos familiares e comunitários. O equipamento responsável pela prestação desse serviço é denominado Centro de Referência de Assistência Social – CRAS (BRASIL, 2004a, p.29).

A Proteção Social Especial, definida pela Política Pública de Assistência Social (PSE/PNAS), divide-se em média e alta complexidade, destinada ao atendimento a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre

outras. São caracterizados como alta complexidade os Serviços de Acolhimento Institucional, cujos vínculos, familiar e comunitário, foram rompidos; e serviços de média complexidade aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos que tiveram seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos, esses serviços devem ser realizados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (BRASIL, 2004a, p.30).

Em 2006, por meio da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS (BRASIL, 2006), no item IV – Equipes de Referência, foi estabelecida uma equipe interdisciplinar mínima de trabalho nos serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. Pela primeira vez o psicólogo foi incluído oficialmente numa equipe de atendimento da Assistência Social em âmbito nacional, surgindo discussão quanto a sua atuação junto à nova demanda.

Pode-se ponderar, por meio da análise das diretrizes curriculares, estabelecidas pela Lei 4119/62 (BRASIL, 1962), e da Resolução CNE/CES 8/2004 (BRASIL, 2004b) sobre a ausência de formação em Psicologia para esse campo de atuação. A primeira não prevê a Assistência Social como espaço de exercício profissional e a segunda, com as alterações aprovadas, possibilitou uma formação que abarcasse áreas inovadoras. Essas alterações não tornaram obrigatório no currículo que o psicólogo fosse formado para atuar nesse campo, o que não garantiu que, no momento da implantação do SUAS, o psicólogo estivesse apto a atuar na Assistência Social, exigindo do profissional desenvolver competência e construir seu papel.

Diante dessa configuração, em 2007, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e o Conselho Federal de Psicologia (CFP) (CFESS/CFP, 2007) elaboraram um documento – resultado de uma reflexão conjunta – sobre parâmetros ético-políticos e profissionais, com a perspectiva de referenciar a atuação de assistentes sociais e psicólogos, no âmbito da política de Assistência Social. Esse documento foi elaborado com base nas competências e atribuições de cada profissão, mas assinalou que a definição de estratégias e procedimentos no exercício do trabalho deveria ser prerrogativa dos próprios profissionais, sendo seu objetivo contribuir no fortalecimento e intervenção interdisciplinar, resguardando as competências e atribuições privativas de cada profissão.

Relatos de psicólogos entrevistados nesta pesquisa, mais antigos nos serviços da Assistência Social, indicam que esses profissionais foram introduzidos na área com a implantação da Lei Federal 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990), que previu serviços de atendimento e orientação ao segmento

criança/adolescente e famílias, o que, aparentemente, levou a contratação de psicólogos para compor as equipes de tais serviços.

Esse campo oficial de trabalho para o psicólogo remete a questões referentes à forma de abordagem de famílias em contextos de vulnerabilidade social, bem como, a construção da identidade profissional do psicólogo na área da Assistência Social, o que conduz a reflexão da sua construção a partir do contexto do exercício profissional.

Conforme Gomes e Pereira (2005),

A gravidade do quadro de pobreza e miséria, no Brasil, constitui permanente preocupação e obriga a refletir sobre suas influências no social e, principalmente, na área de atuação junto da família, na qual as políticas públicas ainda se ressentem de uma ação mais expressiva. O Estado deve assegurar direitos e propiciar condições para a efetiva participação da família no desenvolvimento de seus filhos, porém os investimentos públicos brasileiros, na área social, estão cada vez mais vinculados ao desempenho da economia (GOMES E PEREIRA, 2005, p.359).

O texto da PNAS (BRASIL, 2004a) define, por população em contexto de vulnerabilidade social, demandatária dos serviços da Assistência Social, da seguinte forma:

Constitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal ou informal; estratégias de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004a, p.33).

Essa indicação da realidade das famílias em vulnerabilidade social, a necessidade de uma ação, de fato, que favoreça as mesmas e de investimentos públicos efetivos e eficientes, precisa ser entendida e considerada quando o profissional se encontra diante de sua intervenção. Numa perspectiva Bioecológica de Desenvolvimento Humano, o profissional comporá sua realidade e a transformará, construindo novos conceitos e, assim, consequentemente, transformando sua atuação. Ao inserir essa perspectiva, passa-se a trabalhar “num novo paradigma da psicologia de desenvolvimento, que retoma a importância do ambiente e do indivíduo em interação na análise do processo dinâmico de adaptação psicológica” (GARCIA, 2001, p.128).

Pode-se pensar que, nessa realidade de vulnerabilidade social, na qual o profissional está inserido – a relação com as famílias atendidas e a interdisciplinaridade prevista pelo Sistema Único de Assistência Social - SUAS (BRASIL, 2005) –, está a base constitutiva das ações do psicólogo e da formação de um novo saber profissional. Assim, a formação

profissional para atuar nas demandas da assistência social, nos desafios da atuação e na análise dos recursos internos desenvolvidos pelo profissional, além das interferências do contexto no processo de formação identitária, são importantes fatores de estudos para a realização do objetivo da pesquisa proposta.

Cabe aqui conhecer não apenas os conceitos de interdisciplinaridade, vulnerabilidade social e resiliência, mas também como esses contextos de atuação se relacionam com a construção da identidade do psicólogo. O ponto de partida desse conhecimento é a apresentação do conceito de interdisciplinaridade, como está apresentado pelo Sistema Único de Assistência Social - SUAS (BRASIL, 2005) e suas influências na atuação profissional do psicólogo.

4.1 A INTERDISCIPLINARIDADE NO CONTEXTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E A EQUIPE DE TRABALHO

A Política Nacional se impõe delimitando o âmbito interdisciplinar da relação de trabalho. Enquanto macrossistema, toda política vem recortada pela intersetorialidade e por ações que indicam a necessidade de articulação entre o poder público, a sociedade civil e a população. Como microssistema, a política insere a interdisciplinaridade no cerne das equipes de trabalho que compõe os serviços executados através do SUAS.

Outro aspecto que envolve a configuração do papel do psicólogo é a interdisciplinaridade regulamentada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (BRASIL, 2005). Essa ótica de formação leva, segundo Eidelwein (2007), a uma reflexão sobre as possibilidades de construção de saberes e práticas decorrentes da relação dialógica entre as áreas do conhecimento em questão, através de questionamentos voltados às próprias áreas que se encontram inseridas no grupo das Ciências Sociais e Humanas. Portanto, nessa perspectiva, a construção da intervenção se dá pelo olhar diferenciado de cada profissão e na relação que estabelecem de conexão no atendimento às questões trazidas pelas famílias em contexto de vulnerabilidade social.

A interdisciplinaridade traz, ao microambiente, tensões e dúvidas na articulação entre seus trabalhadores, caracterizando-se como grande avanço e grande desafio para os profissionais da área, inclusive aos Psicólogos. Por esse motivo considera-se que o modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano seja o mais adequado para a discussão desse contexto.

Na reflexão sobre esta atuação cabe aprofundar o conceito de interdisciplinaridade, viabilizando sua prática. Dessa forma, configura-se o desafio para a transformação da identidade do profissional psicólogo que trabalha junto à Assistência Social.

Chamon (2007) discorre sobre o caráter inovador do conceito:

Interdisciplinaridade é a palavra da moda. Muito discutida e valorizada em todas as áreas do conhecimento, sua prática, entretanto, é pouco concretizada, o que pode ser explicado, em parte, pela longa tradição das especialidades, ainda muito em voga, a qual constitui uma das marcas da modernidade. Por outro lado, a interdisciplinaridade não prescinde do especialista. Na realidade, ela surge da freqüentação mútua das várias disciplinas acadêmicas já existentes e estabelecidas, caso contrário corre o risco de cair na generalização fácil e superficial, em um “holismo difuso”. Ou seja, a interdisciplinaridade nasce do trabalho do especialista a partir de seu esforço para ver o “mundo de fora de seu mundo” (CHAMON, 2007, p.VII).

Segundo Silva Thiesen (2008), a denominação interdisciplinaridade surgiu a partir da segunda metade do século passado, como uma resposta a superação da fragmentação e caráter de especialização do conhecimento, principalmente nas Ciências Humanas e Educação, decorrentes de convergência positivista, com base no empirismo, naturalismo e mecanicismo científico do princípio da modernidade. Desse modo, a interdisciplinaridade insurge numa perspectiva dialógica e de integração das Ciências e do conhecimento, como movimento contemporâneo, visando romper com a hiperespecialização e fragmentação dos saberes.

Aspesi, Dessen e Chagas (2005) afirmam que:

Para substituir o conhecimento lógico, fragmentado, descontextualizado, simplista e reducionista, que impossibilita a visibilidade do contexto global, complexo e multidimensional, faz-se necessário tratar os fenômenos sob a perspectiva interdisciplinar. Essa perspectiva nos conduz a reflexões [...] favorecendo uma visão dialógica, integrada, pluralística, complexa. [...] uma postura interdisciplinar implica cooperação, mediação, respeito e parceria, os quais somente poderão ser construídos por meio do compromisso ético com o saber científico. Acreditamos que um trabalho interdisciplinar em equipe favorece a articulação entre respostas aparentemente contraditórias, que são próprias de investigações de sistemas complexos quando se adota uma postura reducionista do fenômeno (ASPESI, DESSEN; CHAGAS, 2005, p.30).

Assim, entende-se que tal postura é complexa, por envolver vários níveis de saberes e interação, favorecendo articulação de conhecimentos que podem parecer antagônicos, mas que, se não adotados na leitura ampliada do fenômeno, podem limitá-lo no processo de produção científica.

No trabalho em equipe entre Psicologia e Serviço Social, pode-se considerar, segundo Eidelwein (2007), que cada área apresenta uma leitura sobre a realidade que diferencia as práticas profissionais, e que a questão social não é exclusiva do Serviço Social, bem como, os processos de subjetividade não o são da Psicologia, visto que não se pode determinar a

existência de um separadamente do outro. Assim, existe a necessidade de uma ação interdisciplinar, devido à complexidade de seus objetos de estudo e, a isso, propiciar uma amplitude de compreensão e ação junto à área da Assistência Social.

Pensando na intervenção junto a famílias em contexto vulnerabilidade social (que abarca multicomplexidades em sua dinâmica e história de vida), sem o conhecimento da realidade em que essa família vive (condições de moradia, sobrevivência e riscos), o psicólogo não conseguiria planejar uma intervenção ampliada no que concerne a forma como as famílias se estruturam emocionalmente para lidar com a situação contextual. Sua leitura “psi” torna-se enviesada e direcionada pelo corpo teórico que a alicerça, sem conexão com o contexto da família, cuja relação está diretamente ligada ao comportamento que mostra. Dessa forma, em vez de gerar desenvolvimento e formas de superação das crises vividas, pode levar o psicólogo a uma culpabilização pelos aspectos negativos encontrados; por outro lado, conhecer somente o contexto social vivido pela família, sem considerar sua condição e estrutura emocional para mudanças, leva-o a desconsiderar o potencial de superação de crises, determinando que o contexto não permite saída para seus problemas, tornado-os indissolúveis. Nesse ponto é extremamente importante um trabalho com os profissionais da área social, pois a troca de informações e visão sobre o contexto familiar permitem estratégias de atuação ampliadas e inclusivas, baseadas nas potencialidades das famílias e não nas visões teóricas específicas e limitadoras do profissional.

Eidelwein (2007), em sua reflexão sobre a construção da interdisciplinaridade, ainda esclarece que:

[...] Isso não significa negar as diferentes disciplinas ou desqualificar os conhecimentos por elas produzidos, mas, partindo de tais conhecimentos, negar e superar as fronteiras de cada uma na direção de formas de compreensão dos fenômenos e processos que possam estar mais próximas das realidades de onde partem, sendo apropriadas pelo maior número de pessoas possível (EIDELWEIN, 2007, p.309).

De acordo com essa autora (EIDELWEIN, 2007), a construção de uma linguagem entre especialistas de diferentes disciplinas é o desafio interdisciplinar, que visa um entendimento mútuo sobre as compreensões iniciais e a articulação para uma ampliação de olhar, possibilitado por problemáticas diferentes da sua. Isso envolve diálogo entre disciplinas e a compreensão do processo contínuo de renovação do saber.

Outro aspecto importante, apresentado por Eidelwein (2007), é a reflexão sobre a quebra do paradigma disciplinar, a busca de uma alternativa que tende a integração dos saberes e a relação entre o conhecimento e o mundo vivido, defendido pelo conceito de

interdisciplinaridade:

[...] de um lado, a interdisciplinaridade aparece como o instrumento e a expressão de uma crítica interna do saber, como um meio de superar o isolacionismo das disciplinas, como uma maneira de abandonar a pseudo-ideologia da independência de cada disciplina relativamente aos outros domínios da atividade humana e aos diversos setores do próprio saber; do outro, como uma modalidade inovadora de adequar as atividades de ensino e de pesquisa às necessidades sócio-profissionais, bem como de superar o fosso que ainda separa a universidade da sociedade (JAPIASSU, 1976, p.57).

Fortes (2009) relacionou o sentido de disciplina ao de interdisciplinaridade como forma de compreensão do desenvolvimento do pensamento humano e afirmou que a disciplina é uma maneira de organizar, de delimitar uma seleção de conhecimentos e que os equívocos sobre seu conceito originam a indefinição de interdisciplinaridade. Este conflito entre disciplina e interdisciplinaridade nos leva a pensar que a ação passa a ser ponto de convergência entre o fazer e o pensar interdisciplinar. Assim, a relação de intercâmbio entre as disciplinas torna-se essencial para as relações interdisciplinares. Fortes (2009) também refletiu que a interdisciplinaridade torna as disciplinas comunicativas entre si, num processo histórico e cultural e relacionou o início de estudos sobre interdisciplinaridade no Brasil, no campo da epistemologia, com Hilton Japiassu e, no da educação, com Ivani Fazenda.

Silva Thiesen (2008) mostrou que os campos abarcam conceitos diversos e complementares, sendo que, no campo epistemológico: “toma-se categorias para seu estudo e conhecimento em seus aspectos de produção, reconstrução e socialização; a ciência e seus paradigmas; e o método como mediação entre sujeito e a realidade” (p. 545). Já no pedagógico: “discutem-se fundamentalmente questões de natureza curricular, de ensino e de aprendizagem escolar” (p. 545). Silva Thiesen (2008) também afirma que, na literatura, buscar respostas para a superação da visão fragmentada nos processos de produção e socialização do conhecimento é um consenso entre o sentido e a finalidade da interdisciplinaridade.

Pombo (1993; 2003) afirmou que não existe nenhuma estabilidade ou consenso quanto ao conceito de interdisciplinaridade. A autora trabalhou com os significados dos prefixos multi ou pluri, inter e trans, no interior da palavra disciplina e que esclarecem a ideia das três palavras, que caminham “[...] num *continuum* que vai da coordenação à combinação e desta à fusão” (POMBO, 2003, p.5). Assim, pensar a continuidade num “[...] *crescendum* de intensidade, teremos qualquer coisa deste gênero: do paralelismo pluridisciplinar ao perspectivismo e convergência interdisciplinar e, desta, ao holismo e unificação transdisciplinar” (POMBO, 2003, p.5).

Para Pombo (1993; 2003), não existe uma ação estanque para o estabelecimento da interdisciplinaridade, o que pode ser observada pela sua fala de continuidade, em que as experiências pluri ou multi, inter e trans vão acontecendo no desenvolvimento da relação disciplinar e, dependendo do grau de conversação e exercício que estabelecem, transformam-se até a superação de um nível e o surgimento do outro.

Pode-se relacionar o estudo das três abordagens da interdisciplinaridade à prática realizada em perspectivas que Lenoir (2005-2006) defendeu por complementares, apesar de originárias de culturas diferentes. Assim, obtém-se a lógica do sentido, clarificada como lógica do saber, com origem em estudos europeus, franceses; a lógica da funcionalidade, esclarecida como lógica do fazer, da prática, originada em estudos norte-americanos, e a lógica da intencionalidade, caracterizada como uma lógica do saber ser, despontada e em constituição nos estudos brasileiros de Ivani Fazenda.

O ponto comum nos estudos sobre interdisciplinaridade, segundo Fazenda (2008, p.13), é “como a interdisciplinaridade coloca-se ao enfrentar os problemas mais globais a que a sociedade nos impele e os saberes disciplinados, fragmentados, parcelados que são construídos”.

Outra contribuição da interdisciplinaridade está no registro da prática, no cotidiano dos profissionais, nas leituras, projetos e discussão em grupo, levando a perceber a importância da construção, da dialética, do movimento que compõe tal perspectiva e constituindo fonte para estudo e aprofundamento do olhar, conforme explica Fazenda et al. (2009)

A atitude reflexiva sobre a prática é a única forma de melhorarmos a própria. É para isso que servem os encontros de formação, que possibilitam a aproximação das pessoas, o diálogo com o outro, com o diferente que amplia a visão, proporcionado um ambiente favorável às trocas, à participação e ao comparecimento (p.46).

A contribuição de Fazenda et al. (2009) amplia as perspectivas de investigação. Cada informação pode e deve ser vista de forma diversificada, permitindo a construção de conceitos aprofundados e com amplitude de compreensão. Se a interdisciplinaridade vem romper uma fragmentação do saber, deve-se considerar todo o conhecimento até hoje construído, com um olhar redimensionado, organizando suas expressões no sentido de desfragmentação, de composição como um todo significativo.

A desfragmentação não significa a unificação. Nessa proposta, guardam-se as diferenças e reflete-se uma complementaridade, considerando que cada uma se origina de uma cultura que marca sua relação com o saber.

É importante, dessa forma, o conhecimento do conceito da palavra

interdisciplinaridade para a construção de sua proposta; usá-la indistintamente pode provocar interpretações equivocadas. Segundo Lenoir (2005-2006), esse uso indiscriminado deve ser considerado para que não se atenda simplesmente aspectos ideológicos do neoliberalismo, esvaziando seu conceito, mas que a palavra possa ser significada com consciência na busca do desenvolvimento humano. Na interdisciplinaridade, não se estabelece indiferenciação, mas sim interação entre conhecimentos, diálogo refletido sobre saberes, em busca do desenvolvimento humano.

A noção de que interdisciplinaridade é um conceito recente do ponto de vista histórico é importante para que se situe uma reflexão enquanto profissionais, como algo novo, em processo de construção, dialético. Uma ampla revisão histórico-crítica pode ser encontrada em Fazenda (1998), dos estudos clássicos sobre interdisciplinaridade, em que concluiu

[...] que, entre as principais preocupações dos anos 70, destacavam-se as de natureza filosófica; nos anos 80, a diretriz mais marcante foi à sociológica, e nos anos 90, caminha-se em busca de um projeto antropológico para a educação (FAZENDA, 1998, p.7)

Fazenda (2002) esclarece que:

Interdisciplinaridade é uma nova atitude diante da questão do conhecimento, de abertura à compreensão de aspectos ocultos do ato de aprender e dos aparentemente expressos, colocando-os em questão. Exige, portanto, na prática uma profunda imersão no trabalho cotidiano (p.11).

No processo de construção de identidade profissional faz-se necessário compreender a interseção que se faz com outros domínios do saber, que contribuem com sua formação e especificidade, mas que ampliam suas relações e formas de ação com e entre os outros saberes. Dessa maneira, a construção interdisciplinar está em constante movimento.

No conhecimento da interdisciplinaridade é necessária a reflexão sobre duas concepções que apelam a este conceito, conforme apontado por Kuhn (1972, apud LENOIR, 2005-2006) e Stengers (1993, apud LENOIR, 2005-2006). As concepções compõem paradigmas rivais. Na primeira dispõe-se sobre a neutralidade da ciência e o retorno à interdisciplinaridade na dimensão construtiva do conhecimento científico dos séculos XIX e XX. Na segunda, a que se opõe ao aspecto redutor, disjuntivo, abarcando o questionamento da separação, entre Ciência e sociedade, levando em consideração interações constitutivas. É congruente a estas duas concepções a constituição de um quadro global que poderia ser integrador, unificador do saber científico, formando uma totalidade.

A terceira concepção abordada por Lenoir (2005-2006) – a fenomenológica – tem um caráter centrado na qualidade do ser humano e na relação entre o ser e o agir. Para o

profissional, seria o conhecimento de si, como fundador consciente de sua ação interdisciplinar. Assim, a subjetividade do profissional deve ser inserida no mundo da vida e sobre sua intersubjetividade que consiste na forma como desenvolve e olha sua atuação. O profissional nessa perspectiva destacará a intencionalidade, o autoconhecimento, a intersubjetividade e o diálogo, como aponta a perspectiva defendida por Fazenda (2005-2006; 2009), centrada no saber ser, e atitudes reflexivas, atualizadas no agir.

Pensar a relação com o saber disciplinar, no centro do processo interdisciplinar, e as questões sociais empíricas, desenvolvendo atividade instrumental de forma interdisciplinar, consiste pensar nas perspectivas desiguais, paradigmas diferentes e compreensão de suas origens na postulação do conceito de interdisciplinaridade. Isso remete a lógicas culturais diferenciadas, que é muito importante que sejam conhecidas nesse processo, já que possuem uma finalidade comum que é a formação de seres humanos livres e emancipados. Para os pesquisadores, é tão importante problematizar o saber, quanto problematizar o fazer, o que Lenoir (2005-2006) remete à complementaridade das perspectivas.

O principal ponto proposto por Lenoir (2005-2006) consiste num desafio ao profissional interdisciplinar: apreender as singularidades das concepções supradiscutidas, para o alcance da complementaridade defendida.

Pensar numa ação profissional interdisciplinar para a Psicologia na área da Assistência Social significa uma prática que permite um espaço em que se pode pensar em alternativas e construir esquemas de organização e estruturação emocional que propicie a população atendida compreender não só o contexto de suas dificuldades, mas também como superá-las. Dessa forma, na atuação do psicólogo, as trocas com o meio e às relações com outros profissionais devem possibilitar quebra e construção de novos valores e mecanismos de ação. Esse processo pode se configurar num contexto de formação interdisciplinar, conforme é discutido por Fazenda (2005-2006), quando possibilita a construção do ser humano, trazendo seu sentimento, sua emoção e sentido para a construção de sua ação profissional.

O contato com profissionais de outras áreas (pedagogos e assistentes sociais) propicia experiências e percepções que fortalecem a construção de uma atuação profissional interdisciplinar, como psicólogo, no contexto mencionado. Segundo Fazenda (2005-2006), ao se tratar de interdisciplinaridade, há a recuperação da história de vida, que não acontece estanque ou como mágica, mas se constitui num processo que é norteado por espera, humildade, respeito e desapego.

Esse ponto pode nortear o que Lenoir (2005-2006) relata quanto à singularidade da interdisciplinaridade defendida por Fazenda (2002; 2003; 2005-2006), no tocante a marca

individual imbuída em cada construção da ação interdisciplinar na busca de significação e sentido, que são únicos e que constroem a metáfora profissional de cada um.

Outra discussão esclarecedora sobre interdisciplinaridade pode ser encontrada em Fazenda (2003). Segundo esse autor ela se apoia sobre três aspectos: o sentido de ser – abrange a antropologia filosófica; o sentido de pertencer – abrange antropologia cultural, e o sentido do fazer – abrange a antropologia existencial. Assim, a autora realiza reflexão sobre as interações e inter-relações do papel do conhecimento filosófico, a compreensão da linguagem/sentido da palavra e a intervenção no cotidiano.

Cabe destacar a capacidade de desenvolver cumplicidade, confiabilidade, desvelamento, entre outras características, que compõe, segundo essa abordagem fenomenológica de Fazenda (2005-2006), a construção interdisciplinar.

Segundo Fazenda (2005-2006, p. 4) “[...] as questões da interdisciplinaridade precisam ser trabalhadas numa dimensão diferenciada de conhecimento – daquele conhecimento que não se explicita apenas no nível da reflexão, mas sobretudo no da ação”, sendo seu grande desafio a constante reelaboração do conhecimento e a vontade de ser interdisciplinar.

Importante se faz reforçar a discussão defendida por Lenoir (2005-2006), na qual suscita a complementaridade entre a lógica do sentido, a lógica da funcionalidade e a lógica da intencionalidade fenomenológica, mesmo considerando as diferenças paradigmáticas de suas origens, quando se pensa no saber, no fazer e na consciência do saber ser, numa atuação permeada pela interdisciplinaridade.

Assim conhecer o debate científico em torno do conceito de interdisciplinaridade se faz essencial na formação do profissional psicólogo, para que possa, de fato, questionar sua epistemologia na organização do saber, contextualizar sua localização histórica, questionar o sentido do ser humano no mundo contemporâneo e relacioná-la a construção de ações/atividades profissionais na atualidade.

O trabalho em equipe interdisciplinar, conforme indica a Política Nacional de Assistência Social, o contexto de vulnerabilidade social das famílias atendidas e a capacidade de superar adversidades configuram-se como contextos de atuação e formação profissional, abordados a seguir.

4.2 CONTEXTO DE ATUAÇÃO COM FAMÍLIAS: VULNERABILIDADE E RESILIÊNCIA

Vulnerabilidade e resiliência são conceitos que fundamentam nossa articulação na busca de compreender como se constrói a identidade profissional do psicólogo que atua junto a famílias na área da Assistência Social.

4.2.1 Vulnerabilidade

Para tratar vulnerabilidade, no contexto deste estudo, é importante conhecer como o conceito vem sendo encontrado na literatura científica e como está inserido na Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Na literatura científica são encontradas várias abordagens sobre o tema, com problemáticas diferenciadas e diferentes aspectos teórico-metodológicos.

Vulnerabilidade, de acordo com o Novo Dicionário Aurélio (FERREIRA, 1985) significa “qualidade ou estado de vulnerável”. Vulnerável por sua vez é

1. Que se pode ser vulnerado: “perdidos e sós no grande descampado, sentem-se desamparados e vulneráveis como crianças.” [...] 2. Diz-se do lado fraco de um assunto ou de uma questão, ou do ponto pelo qual alguém pode ser atacado ou ferido” (FERREIRA, 1985, p. 1474).

Portanto, o termo vulnerabilidade está relacionado à possibilidade de perda ou desamparo diante de algo.

Antoni (2000) relata a proximidade entre vulnerabilidade e risco. Dessa forma vulnerabilidade entra em ação a partir da presença do risco, sem o qual a vulnerabilidade não existe, pois se relaciona com a capacidade individual ou familiar para um distúrbio ou desadaptação diante de fatores de risco.

O termo risco está definido em Ferreira (1985, p. 1239) “como perigo ou possibilidade de perigo”. Perigo por sua vez é definido como “circunstância que prenuncia um mal para alguém ou para alguma coisa” (FERREIRA, 1985, p.1070).

Dessa forma se pode apreender que a vulnerabilidade, que é a possibilidade de perda ou desamparo, só poderá ocorrer mediante ao surgimento do risco que, potencialmente, gera possibilidade do estado vulnerável de alguém ou algo.

Pettengill e Angelo (2005) realizaram uma revisão de literatura voltada para o conceito de vulnerabilidade da família. Esses autores dividiram seu levantamento a partir do enfoque

dado à família:

Grupo I: artigos que se referem à vulnerabilidade do indivíduo frente aos agravos à saúde. Grupo II: artigos que se referem à vulnerabilidade do indivíduo, contemplando a família como contexto. Grupo III: artigos que se referem à vulnerabilidade da família (2-10). (PETTENGILL; ANGELO, 2005, p.983).

Os resultados discutidos mostram que a percepção dos profissionais de saúde tem grande influência ao se focar vulnerabilidade, sem se considerar como indivíduos e famílias, experienciam a doença e hospitalização, sendo o enfoque biomédico majoritário. Os profissionais consideram a compreensão do tema a partir de situações estressantes vivenciadas pelo indivíduo, que aumenta as demandas e dificuldades a serem enfrentadas pela família sem preparação prévia.

Gomes e Pereira (2005), Vignolli (2006), Lavinias e Nicoll (2006) e Munoz Sánchez e Bertolozzi (2007) fazem uma leitura das mudanças socioeconômicas e culturais resultado dos processos de globalização da economia capitalista. Segundo os autores, esses processos provocam interferências no cerne das dinâmicas e estruturas familiares, possibilitando alterações nos seus padrões de organização e causando desigualdades sociais e o surgimento da vulnerabilidade social das famílias pobres ligadas à miséria estrutural produzida pelo agravamento da crise econômica e suas consequências.

Partindo desses princípios, Gomes e Pereira (2005) questionam a forma de intervenção do Estado nas políticas públicas de caráter universalista e apontam princípios para se propor atendimento às famílias, que podem ser também considerados relevantes no repensar da atuação do profissional:

- Romper com a idéia de família sonhada e ter a família real como alvo. A família pode ser fonte de afeto e também de conflito, o que significa considerá-la um sistema aberto, vivo, em constante transformação.
- Olhar a família no seu movimento, sua vulnerabilidade e sua fragilidade, ampliando o foco sobre a mesma.
- Trabalhar com a escuta da família, reconhecendo sua heterogeneidade.
- Não olhar a família de forma fragmentada, mas trabalhar com o conjunto de seus membros; se um membro está precisando de assistência, sua família estará também.
- Centrar as políticas públicas na família, reconhecendo-a como potencializadora dessas ações e como sujeito capaz de maximizar recursos.
- O Estado não pode substituir a família; portanto a família tem de ser ajudada.
- Não dá para falar de políticas públicas sem falar em parceria com a família. Sabe-se, enfim, que há muito ainda o que se refletir sobre a situação da família no contexto sociopolítico atual e o caminho é longo, mas este pode ser o primeiro passo... (GOMES; PEREIRA, 2005, p.365-366).

Serapioni (2005) reafirma que as famílias têm passado por crises nas sociedades industrializadas que propiciam o surgimento de um novo tipo de família e novas reflexões

sobre as mesmas. As significativas mudanças na estrutura e funções da família produziram implicações na forma do cuidado informal. A valorização da família e das redes sociais, no contexto da crise do Bem-Estar Social demonstra esgotamento da opção pelo indivíduo como norte das políticas e dos programas sociais. Serapioni (2005) assinalam também um consenso em termos internacional e nacional sobre a necessidade de retomar a família como unidade de atenção das políticas públicas, necessidade de desenvolver redes de apoio e envolvimento entre as famílias e comunidades, visando à integração entre: família, serviços públicos e iniciativas do setor informal.

Marandola Jr. e Hogan (HOGAN; MARANDOLA JR., 2006; MARANDOLA JR.; HOGAN, 2006) procuram trazer uma discussão conceitual para compor um corpo teórico mais robusto e, assim, fazem um levantamento das diferentes abordagens do termo vulnerabilidade. Esses autores concluem que, de forma marcante, o componente social permeia todos os processos e dinâmicas representantes da atual vulnerabilidade generalizada. Essas questões abarcam uma compreensão da sociedade capitalista, com sua possível transformação social.

Para Hogan e Marandola Jr. (2006), ao mesmo tempo que a vulnerabilidade e as desvantagens sociais estão associadas, elas produzem e são reflexos da pobreza. Assim citam:

[...] a pobreza – em quaisquer de suas manifestações (condições precárias de vida, necessidades básicas insatisfeitas, recursos insuficientes para o consumo básico) – constitui um fator de desvantagem social, pois, desde o início de sua vida, os pobres se veem limitados para acessar os locais e instituições por onde fluem os recursos culturais e de informação, não contam com recursos para fomentar um processo de acumulação e sua própria dotação biogenética é submetida a pressões, exigências e adversidades (RODRÍGUEZ, 2000, p. 13, *apud* HOGAN; MARANDOLA Jr, 2006, tradução nossa).⁶

Hogan e Marandola Jr (2006) relatam desde conceitos ligados aos fenômenos naturais, passando pelos vinculados apenas às questões sociais, até aqueles que tentam equilibrar essas dimensões. Há alguns conceitos que abordam apenas os aspectos relacionados aos perigos e outros até criam confusão entre os conceitos de risco, perigo e vulnerabilidade. Porém, os autores ressaltam que, nas concepções mais recentes, busca-se contemplar uma visão multidimensional da realidade e, assim, da própria vulnerabilidade, deixando de restringi-la a um ou outro campo. Eles também fazem algumas discussões sobre a relação da vulnerabilidade e da resiliência como tendência a uma confluência, e buscam, por meio de seus estudos, uma conceituação interdisciplinar e abrangente para a vulnerabilidade, numa perspectiva de Ciência da vulnerabilidade.

⁶ Texto original em espanhol traduzido por esta autora.

Vulnerabilidade, adaptação e resiliência surgem na literatura relacionadas às diferentes tradições de pesquisa na compreensão de risco e perigo, ao considerar indivíduos e grupos que sofrem algum tipo de impacto, porém vulnerabilidade é abordada como característica da sociedade pós-moderna. A vulnerabilidade é apresentada por Marandola Jr. e Hogan (2006) em duas formas metodológicas de tratamento: como conceito/noção em um tema/problema específico com dimensões já implícitas e como categoria de análise que procura orientar toda a pesquisa sobre vulnerabilidade procurando abarcar e incorporar uma multidimensionalidade.

Bilac (2006) menciona que a visão das interferências da sociedade capitalista, apresentada por Hogan e Marandola Jr. (2006), é vantajosa por suas contribuições e discute que o papel da família nuclear na modernidade gera desempenho de papéis diferenciados, especialmente no Brasil. A família extensa⁷ ainda representa papel significativo na vida familiar brasileira. Para esses autores os diferentes papéis fazem surgir conflitos entre obrigações e direitos e, na relação de interdependência, surgem relações contraditórias, nas quais a família responsável pela proteção e cuidado também gera vulnerabilidade. Tal apontamento é complementar à leitura apenas econômica da família em relação ao desenvolvimento do capital, ou seja, as necessidades de trabalho são vistas como apartadas das necessidades de proteção e cuidado na relação familiar.

Vignolli (2006) reforça a multiplicidade de definições de vulnerabilidade, afirmando que se pode concluir que ela é resultado da inter-relação entre riscos, incapacidade de respostas e inabilidade de adaptação, e diferencia vulnerabilidade de vulnerabilidade social, definindo a primeira como o que pode ser ferido ou receber lesão, física ou moral, e a segunda relacionada às condições de incerteza da modernidade.

Vignolli (2006) trabalha com o conceito específico de vulnerabilidade social. Ele utiliza uma linha analítica que engloba grupos vulneráveis a riscos relacionados a questões sociais ou de características básicas; relaciona o impacto de crises econômicas e desastres ambientais à vida domiciliar; agrega vulnerabilidade à incerteza, insegurança e rupturas na vida social, complexificando-a; liga vulnerabilidade à desproteção do Estado e família, e associa vulnerabilidade social a formas do capital-físico, humano e social, ao trabalho, ao patrimônio e à capacidade de influencia dos que decidem e distribuem recursos. Por fim relaciona vulnerabilidade à exposição ao principal risco social – cair na pobreza.

⁷ “Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.” (PACHÁ; VIEIRA JUNIOR; OLIVEIRA NETO, 2009, p. 7 - Art. 25, parágrafo único).

Rogers e Ballantyne (2008), em texto sobre ética em pesquisa, trabalham com a vulnerabilidade enquanto incapacidade de proteger os interesses de alguém, relacionada a pesquisas médicas direcionadas a populações ou indivíduos vulneráveis, distinguindo duas fontes de vulnerabilidade, como se segue:

i) vulnerabilidade extrínseca – ocasionada por *circunstâncias externas*, como falta de poder socioeconômico, pobreza, falta de escolaridade ou carência de recursos; e

ii) vulnerabilidade intrínseca – causada por características que têm a ver com os próprios *indivíduos*, tais como doença mental, deficiência intelectual, doença grave, ou os extremos de idade (crianças e idosos). Ambos os tipos de vulnerabilidade, extrínseca e intrínseca, levantam questões éticas em relação à participação em pesquisa. Eles podem ocorrer isolada ou concomitantemente. Em particular, as pessoas com vulnerabilidade intrínseca frequentemente também são extrinsecamente vulneráveis, pois geralmente não têm poder e provavelmente vivem na pobreza e sem acesso a educação (ROGERS; BALLANTYNE, 2008, s.p.).

Dessa forma, observam-se algumas formas diferenciadas de abordar o tema. Há uma leitura a partir do capitalismo como responsável em sua forma de organização pela produção de vulnerabilidade e outra que considera o aspecto multidisciplinar e multifocal do tema e que busca ampliar a discussão sobre vulnerabilidade enquanto ciência. Ainda, outro viés que distingue os aspectos intrínsecos e extrínsecos do conceito, mostrando os fatores internos e externos ao indivíduo que produzem vulnerabilidade, podendo potencializar outros.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) considera a vulnerabilidade social associada a fatores de risco levando em conta uma dimensão socioeconômico-cultural. A concepção que o profissional tem sobre vulnerabilidade social deve relacionar-se a esta diretriz e influencia diretamente suas ações no contexto de trabalho.

Se a vulnerabilidade está intrinsecamente ligada ao risco, pois este potencializa seu surgimento, apreende-se que o mesmo acontece na relação entre vulnerabilidade e resiliência, isto é, a presença da vulnerabilidade pode potencializar o processo de resiliência na medida em que impõe o enfrentamento de desafios e de adversidades na vida cotidiana. O contexto de atuação na área da Assistência Social, caracterizado por vulnerabilidade multifacetada vivida pelas famílias e pelo profissional, pode possibilitar o desenvolvimento de fatores protetivos e de superação no que tange o desenvolvimento humano e profissional – marca da resiliência.

4.2.2 Resiliência

Existe grande proximidade e relação entre vulnerabilidade e resiliência, sendo que o primeiro possibilita o surgimento do segundo, portanto esclarecer o conceito resiliência se

torna necessário para contextualizar suas interferências na atuação do profissional psicólogo.

No Novo Dicionário Aurélio, o verbete Resiliência apresenta a seguinte definição: “[Do inglês *resilience*.] S. f. Fís. Propriedade pela qual a energia armazenada em um corpo deformado é devolvida quando cessa a tensão causadora da deformação elástica.” (FERREIRA, 1985, p.1223). Essa definição é originária de estudos da Física e que posteriormente foi sendo adaptada para os estudos em Ciências Humanas e Sociais.

Vários autores estudiosos do tema apresentam a definição e a evolução do conceito de resiliência, dentre eles estão Slap (2001), Lindström (2001), Pinheiro (2004), Souza e Cerveny (2006a, 2006b) e Yunes, Garcia e Albuquerque (2007), demonstrando a dificuldade em sintetizá-lo. Os autores mostram que fatores relacionados com o indivíduo, como o contexto, e com a qualidade dos eventos de vida, além dos fatores de proteção, são algumas perspectivas que vem sendo estudadas.

Slap (2001) pondera que, com o avanço desse estudo sobre resiliência, é preciso lembrar-se das lacunas e dos descompassos entre construções teóricas e realidades práticas, sendo que a diversidade da definição do conceito resiliência é sua maior esperança e desafio visando uma aplicação útil.

Pinheiro (2004, p.67) aponta “que a resiliência não deve pertencer a um grupo conceitual ideológico, ao contrário, advém do sentido que é atribuído à existência humana, ou seja, da capacidade de fazer laços afetivos e profissionais e ainda da presença de um projeto de vida”. Pinheiro (2004) faz analogia da sua relação com o modelo bioecológico de Urie Bronfenbrenner, observando que “o autor privilegia as interações entre o indivíduo e o meio, assim tudo depende de como o indivíduo percebe a realidade objetiva” (p.73). Esse autor afirma considerando esta forma de pensamento que “um sujeito resiliente depende das relações que tenha estabelecido na sua interação com o ambiente e das diferenças individuais na percepção da situação causadora de estresse” (PINHEIRO, 2004, p.73).

Pinheiro (2004) fortalece a importância da ampliação do uso do conceito de resiliência diante das mudanças da sociedade moderna, nos diversos ambientes e contextos que favoreçam seu surgimento, com suas características de respostas de adaptação rápidas e profundas, colocando que o desenvolvimento da resiliência é um fator gerador de formas de resistência a situações adversas que a vida proporciona.

Souza e Cerveny (2006a) trazem uma revisão de literatura sobre o tema, que abrange publicações nacionais e internacionais, apresentando um extenso levantamento das pesquisas realizadas nas Bases de Dados Medline, Lilacs, APA, Scielo, teses e dissertações constantes do Banco de Dados da CAPES e Universia. Eles apresentam uma análise sobre a evolução do

tema e propostas de pesquisas sobre o assunto. Em outro trabalho, Souza e Cerveny (2006b) fazem leitura histórica da origem e evolução do conceito de resiliência desde sua introdução no campo das ciências da saúde, em especial da Psicologia, explicando que o estudo da resiliência “vêm aumentando em número, e seu conceito, evoluindo, ao longo dos anos” (SOUZA E CERVENY, 2006b, p.21), e que dentre as diferentes conceituações para resiliência indentifica

[...] como traços de personalidade e invulnerabilidade; um conjunto de competências e habilidades individuais como resultado de traços de personalidade e influências ambientais, a manifestação de competências diante de circunstâncias adversas e o resultado do equilíbrio entre fatores protetores e de risco tanto individuais quanto sociais (SOUZA E CERVENY, 2006b, p.21).

Dessa forma, o conceito de resiliência foi aplicado como sendo o desenvolvimento normal sob condições difíceis chamadas de fatores de risco, que podem estar relacionados à vulnerabilidade e predisposições individuais e ambientais. Foi acrescentada ao longo do tempo uma dimensão interacional com o contexto sociocultural. Além disso, destaca-se o estudo a partir de transtornos psiquiátricos e da exposição da pessoa a multiplicidade de fatores protetores e de risco, tendo como resultado o desenvolvimento saudável. Adicionou-se o contexto familiar e comunitário como fator de risco ou protetivo e suas influências no desenvolvimento da criança. Atribuí-se uma interpretação e avaliação de eventos e situações estressoras pelas pessoas com base nas crenças familiares e culturais e que fazem parte da resiliência como um processo que se desenvolve ao longo do tempo.

Para Souza e Cerveny (2006b) resiliência pode ser definida “como um processo de construção, compartilhamento e ressignificação de experiências tendo como eixo o sentido de vida” (p.27).

Yunes, Garcia e Albuquerque (2007) assinalam que o foco dos estudos nacionais e internacionais sobre o conceito de resiliência permanece no indivíduo, dirigidos a criança e adolescente e que atualmente está sendo reconhecido como fenômeno comum e presente no desenvolvimento de qualquer indivíduo, sendo necessário o cuidado na naturalização no uso do termo.

Clarificando o entendimento sobre fatores de proteção e sua relação com resiliência, Pinheiro (2004), apresenta:

Quanto aos fatores de proteção, os autores acordam nas condições do próprio indivíduo (expectativa de sucesso no futuro, senso de humor, otimismo, autonomia, tolerância ao sofrimento, assertividade, estabilidade emocional, engajamento nas atividades, comportamento direcionado para metas, habilidade para resolver problemas, avaliação das experiências como desafios e não como ameaças, boa auto-estima); nas condições familiares (qualidade das interações, estabilidade, pais

amorosos e competentes, boa comunicação com os filhos, coesão, estabilidade, consistência) e nas redes de apoio do ambiente (um ambiente tolerante aos conflitos, demonstrar reconhecimento e aceitação, oferecer limites definidos e realistas) (p. 72)

Pode-se observar como fatores de proteção estão próximos à resiliência, salientando que os primeiros reduzem o efeito do risco e os últimos tratam de aspectos e respostas positivas frente aos riscos.

Ao falar de resiliência buscam-se, na leitura, as discussões teóricas sobre o tema que pudessem clarificar as vertentes de seu estudo relacionando ao nosso interesse de pesquisa. A relação de famílias em vulnerabilidade e resiliência é encontrada na literatura, o que não foi constatado em relação aos profissionais que trabalham com em contextos de vulnerabilidade social. Isso nos mostra a importância de investigar sua ocorrência/existência nas práticas profissionais ligadas às situações de vulnerabilidade.

Convém inferir que o processo de resiliência se faz constituinte e importante na formação do profissional da sociedade moderna, diante das adversidades promovidas por esta. Tais adversidades perpassam desde questões individuais do profissional até pelo contexto de trabalho no qual está inserido, marcado por uma dimensão interacionista. Logo, na perspectiva de Bronfenbrenner (1996), o ambiente promove interações, a partir das quais o Psicólogo – que trabalha com famílias em contexto de vulnerabilidade social – se vê diante de indicadores de resiliência: as respostas das famílias atendidas e a promoção de resiliência, e o processo de resiliência, que o profissional precisa estabelecer e/ou desenvolver diante daquele contexto de trabalho.

A resiliência tratada neste estudo considera o conceito mencionado por Souza e Cervený (2006b) como um processo que resulta de competências/habilidades individuais e influências ambientais, mediante situações adversas e fatores de proteção e risco, individuais e sociais. Outro aspecto relevante é o levantado por Pinheiro (2004), no que tange as características do novo milênio, com necessidades de adaptação diferentes e que favorecem o desenvolvimento do processo de resiliência em função das adversidades. Assim, o processo de resiliência mostra sua relevância na formação da identidade profissional do psicólogo que atua em contexto de vulnerabilidade social.

Reforça-se, assim, a necessidade de uma transformação de conceitos e preceitos apreendidos pelo profissional psicólogo durante sua formação, tendo em vista a superação dos desafios os e das adversidades surgidas em seu contexto de trabalho e para que, no decorrer de sua atuação junto a famílias em contextos de vulnerabilidade, possa promover e desenvolver resiliência.

Os conceitos de vulnerabilidade e de resiliência levam a reflexão sobre o sentimento do psicólogo que, com uma formação voltada para a atuação não-direcionada a essa camada da população, depara-se com um contexto de vulnerabilidade social de complexidade variada e que, na maioria das vezes, confronta-se com seus preceitos, sejam eles pessoais ou profissionais. Assim, refletir se existe tal “choque” entre o exercício profissional idealizado e a realidade constatada na prática, quais estratégias o psicólogo utiliza para a superação de conflito, como sua compreensão desse contexto de vulnerabilidade social influencia sua atuação e as formas de superar esses desafios são questões que compõe o conhecimento sobre os conceitos base deste capítulo.

Certo é que vulnerabilidade e resiliência estão interligadas e sua compreensão facilita a leitura do processo de formação de identidade profissional do psicólogo que atua diante de um contexto peculiar, isto é, atuando no SUAS, em um programa da Assistência Social, como é o caso em estudo.

Aspecto importante é a compreensão que o profissional psicólogo tem sobre o conceito de vulnerabilidade e qual a marca que esse conceito traz para sua intervenção. Compreende-se que o ambiente em que se encontram as famílias usuárias da área produz interferências inerentes a esse contexto na atuação e formação da identidade profissional do psicólogo. A partir da sua perspectiva e compreensão sobre o que é vulnerabilidade e como se insere em nosso contexto sócio-histórico, a atuação do psicólogo pode ser marcada pela culpabilização ou não da família, compreensão de como compõe seu contexto de vida e o favorecimento do seu desenvolvimento humano.

Ainda, cabe lembrar que, no contexto das famílias em vulnerabilidade social, há diversidade de composição e organização emocional para sobrevivência, algumas se destacando pelo nível de resiliência ou passividade diante das dificuldades da vida. Assim, difere o nível de escuta e resposta diante das intervenções do psicólogo que certamente interferem na forma como o profissional estrutura suas estratégias de intervenção junto as famílias. Se isso é considerado no planejamento da atuação em contexto de vulnerabilidade social, ele pode ser diferenciado dependendo das potencialidades da família.

Nesse contexto marcado pela inserção de diversos profissionais no microambiente familiar, seja por intervenção dos órgãos de defesa dos direitos das crianças e adolescentes, justiça ou rede de proteção social básica e especial (representantes do exo, meso e macro ambientes), tais profissionais são, muitas vezes, imbuídos numa relação de “poder” com famílias que apresentam capacidade reduzida em proteger seus interesses. Dessa forma, elas se submetem aos atendimentos mediante coerção, consentimento inadequado, o que, muitas

vezes, gera maiores riscos de danos pela falta de poder e inclusive desvantagem social, e a forma como o profissional vê essa perspectiva pode ser fator significativo no seu processo profissional e no processo de desenvolvimento familiar.

Compete-nos então, refletir como o conhecimento da vulnerabilidade da família ajuda no planejamento das intervenções do profissional ao enfrentamento das dificuldades geradas pelo contexto, tanto pelo ângulo da família, como pelo do profissional; como esse conhecimento pode favorecer mudanças para que a família alcance seu fortalecimento e desenvolvimento humano, permitindo uma trajetória diferenciada do qual se encontra, ou como o conhecimento dos fatores protetores que a família possui pode potencializar as intervenções do profissional. Finalmente, como o processo de resiliência pode contribuir para que o profissional e a família superem os desafios do contexto que os rodeia.

5 MÉTODO

Foi escolhido o método qualitativo pela compreensão do comportamento e da experiência humana, tendo em vista esclarecer como as pessoas constroem o processo significativo da identidade profissional em seu contexto e subjetividade. Serão analisadas, de forma detalhada, as interações, experiências de vida, atitudes, crenças e pensamentos, sem enquadrá-los em categorias pré-determinadas, mas pelas categorias direcionadas pelo estudo dos dados coletados.

A pesquisa qualitativa baseia-se em Minayo (2004):

[...] As *Metodologias de Pesquisa Qualitativa* entendidas como aquelas capazes de incorporar a questão do SIGNIFICADO e da INTENCIONALIDADE como inerentes *aos atos, às relações, e às estruturas sociais*, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas (p.10).

A pesquisa é de natureza exploratória em busca de compreender e analisar as experiências da população alvo da pesquisa, numa visão ampliada do contexto.

5.1 PARTICIPANTES

Participaram desta pesquisa psicólogos que atuam na área da Assistência Social no município de São José dos Campos, em projetos e programas que executam os serviços previstos pelo Sistema Único de Assistência Social – SUAS, alocados na Secretaria de Desenvolvimento Social e Fundação Hélio Augusto de Souza. Esse município foi escolhido para realização do estudo por ter implantado os serviços da Rede de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de alta e média complexidade, traduzido pela Gestão Plena dos serviços, o que permitiu uma coleta de dados abrangente, na perspectiva da Política Nacional de Assistência Social.

O município de São José dos Campos está localizado no Vale do Paraíba Paulista, região leste do Estado de São Paulo – da qual faz parte 39 municípios –, é cortado pela Rodovia Federal Presidente Dutra – BR-116, que liga São Paulo/SP e Rio de Janeiro/RJ, as duas maiores cidade do Brasil (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2008).

Segundo dados do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de 2006 (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2006), o município de São José dos Campos, com forte industrialização, é conhecido por abrigar um importante tecnopolo de materiais bélico e metalúrgico e de ser

sede do maior complexo aeroespacial do país; desenvolve-se no setor terciário, com comércios e serviços, o que caracteriza o município como o maior centro de compras e serviços do Vale do Paraíba, Litoral Norte e Sul de Minas Gerais.

O processo de industrialização fez com que São José experimentasse intenso crescimento demográfico, acelerando a urbanização e ocasionando problemas que levaram o poder público a ampliar os esforços no sentido de corrigir as distorções ocorridas em sua zona urbana, inclusive com ocupação irregular da área rural. Segundo dados do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de 2006 (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2008, p.10-13).

É importante lembrar, que no município localizam-se as sedes dos mais importantes institutos de pesquisas científicas e unidades escolares que abrangem da pré-escola a pós-graduação: o CTA – Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial, ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica e INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Segundo dados do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de 2006 (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2008)

Dessa forma, o município tem sido atrativo ao longo das últimas décadas para grandes contingentes populacionais de diferentes formações culturais, que imigram, escolhendo essa cidade como local para viver e empreender seu futuro. Assim, a diversidade cultural é característica da população local (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2008)

Segundo o Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010), o município conta com 629.921 habitantes e apresenta uma densidade demográfica de 572,77 hab/km². As condições de vida do município de São José dos Campos, segundo o Plano Municipal de Assistência Social 07/09 (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2009), da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, avaliadas conforme os indicadores: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH), o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) e o Índice de Vulnerabilidade Social (IPVS), mostrando um município de elevado desenvolvimento humano, com elevado nível de riqueza e bons níveis e indicadores sociais.

Apesar de sua caracterização mostrada pelos índices estar acima das médias estadual e nacional, o município apresenta áreas de favelas e ocupações irregulares, dispersas dentro dos limites da área urbana do município, além do distrito São Francisco Xavier, com índices menores de alfabetização. As áreas de favelas e ocupações irregulares apresentam maiores índices de desemprego, cuja população predominante pertence às classes D e E: as populações residente nos bairros Freitas/Sertãozinho, Campo dos Alemães e Putim pertencem majoritariamente às classes C e D. Nessas áreas, o percentual de domicílios na faixa de rendimentos mensal de até 3 salários mínimos chega a 70%. As áreas de favelas e ocupações

irregulares também apresentam precárias situações, e, em cerca de 75% dos domicílios não possuem pavimentação, guias e sarjetas (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2004).

Essa camada da população caracteriza a maioria da demanda atendida nos serviços de Assistência Social do município, tendo em vista as vulnerabilidades apresentadas. Essa população é diferente da que o profissional compõe considerando sua moradia, escolaridade e rendimento salarial. Um profissional com 15 anos de atuação no serviço público possui uma renda mensal bruta (renda individual e não renda familiar) de cerca de 10 salários mínimos.

A amostra dos participantes foi de 12 profissionais – incluindo o participante da pesquisa piloto, definida por acessibilidade, utilizando critério de saturação para encerramento das entrevistas. Foram entrevistados psicólogos, com representação de todos os serviços abarcados, obrigatoriamente inseridos na proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade.

O Quadro 1 traz características sociodemográficas da amostra, incluindo os dados do participante da entrevista piloto.

Quadro 1 - Dados sociodemográficos da amostra

Tempo de formação	Idade	Sexo	Experiência anterior	Experiência na área da assistência	Instituição formadora
15 / 16 anos	38a	Feminino	3 anos em Consultório.	10 anos	UNITAU
16 anos	42a	Feminino	6 anos com portador de deficiência.	7anos e meio	Mogi das Cruzes
18 anos	39a	Feminino	Menos de 01 ano, em clínica, posteriormente docência.	16 anos	UNITAU
18 anos	42a	Feminino	2 anos na área de seleção de pessoal.	16 anos	UNITAU
19 anos	42a	Feminino	1 ano em consultório	18 anos	Faculdade de Mogi das Cruzes
20 anos	54a	Feminino	Na área de psicologia hospitalar, Rede básica e posto de saúde.	7 anos.	Universidade Católica de Santos
23 anos	62a	Masculino	Outras atividades fora da Psicologia.	9 anos.	Faculdade Santa Úrsula/RJ
23 anos	47a	Feminino	Pequeno período com consultório.	19 anos	Faculdade Santa Úrsula/RJ
25 anos	48a	Feminino	5 anos no SESI, orientação voltada para Psicologia Escolar e consultório.	17 anos	PUC Pernambuco
30 anos	53a	Masculino	Não teve.	29 anos	Faculdade Salesiana de Lorena
31 anos	55a	Feminino	01 ano em indústria e 20 anos em escola.	5anos	UMEC Mogi das Cruzes
31/32 anos	+50a	Masculino	7 anos na área hospitalar, consultório particular, FEBEM e ONG para excepcionais.	25 anos	Mogi UMEC

5.2 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Realizou-se entrevista semiestruturada, conforme Apêndice A. A entrevista proporcionou uma interação entre o pesquisador, o participante e a pesquisa realizada. Esse fato enriqueceu a produção qualitativa. Fatores relativos à formação, desafios e recursos internos, que transformaram e modelaram sua atuação junto às famílias em contextos de vulnerabilidade social, foram abordados, bem como na relação interdisciplinar.

5.3 PROCEDIMENTO

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em 10/09/2010, sob protocolo CEP/UNITAU nº 395/10 (Anexo A). No decorrer da pesquisa houve alteração do título do projeto aprovado para o atual, sendo em 25/02/2012 encaminhada carta de comunicado ao Comitê de Ética em Pesquisa.

Para esclarecer os objetivos da pesquisa, acesso aos resultados e solicitação de autorização, os responsáveis da Prefeitura Municipal de São José dos Campos foram contatados e, posteriormente, os próprios profissionais participantes, que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de acordo com a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (Anexos B e C).

As entrevistas foram agendadas diretamente com os profissionais e realizadas no período de 30 de novembro de 2010 a 30 de junho de 2011, em sala reservada, que mantinham condições de privacidade e sigilo profissional, no próprio local de trabalho dos participantes. As entrevistas foram gravadas para posterior transcrição e análise de dados, e serão arquivadas pelo pesquisador pelo período de cinco anos.

Foi realizado um estudo piloto com o objetivo de verificar a viabilidade do instrumento de pesquisa. Assim, para o estudo piloto foi escolhido um profissional que exercesse a função de psicólogo numa secretaria de Assistência Social de um município vizinho ao de São José dos Campos e que possui uma estrutura bastante próxima, em termos de serviços, a da amostra desta pesquisa.

Nos dados coletados através do estudo piloto, observou-se que todos os objetivos de interesse da pesquisa emergiram, mas o ponto que se referia à interferência da vulnerabilidade social na formação da identidade do psicólogo apresentou-se de forma mais sutil, indicando a necessidade de um maior aprofundamento para a realização das entrevistas com a amostra.

Dessa forma, a análise inicial da entrevista piloto, através da metodologia adotada a Teoria Fundamentada nos Dados, e a utilização do *software Ethnograph* (SEIDEL, 1998), para auxiliar a organização dos dados, mostraram-se adequadas para o estudo realizado, permitindo resposta ao problema desta pesquisa.

Além da entrevista piloto foram realizadas 11 entrevistas das 15 previstas para a amostra, aplicando o critério de saturação para encerramento. Na análise ética de riscos e benefícios da pesquisa, destaca-se que os contatos com os entrevistados e a abordagem do tema tratado suscitaram, no participante, o repensar de suas escolhas e práticas, correndo-se o risco, embora mínimo, de os profissionais valorizarem aspectos negativos, que porventura tenham sido identificados em suas práticas, levando-os a uma crise de identidade profissional. Visando evitar tal situação, no contato para esclarecimento sobre a pesquisa, a importância da experiência como contribuição à construção de referências de atuação para psicólogos na área da Assistência Social foi reforçada, bem como o benefício que essa contribuição pode gerar para a categoria profissional.

As entrevistas tiveram duração média de 30 minutos, sendo cada uma realizada em um único encontro. As gravações das entrevistas foram realizadas em mídia digital, transferidas para o computador e transcritas integralmente. Seus textos foram copiados para o programa *Ethnograph 5.0* (SEIDEL, 1998), *software* utilizado para auxiliar na análise e organização dos dados.

A fase de validação da teoria foi realizada com 3 participantes, sendo um de cada serviço.

5.3 ANÁLISE DOS DADOS

Na análise qualitativa, os dados coletados por meio de entrevistas foram avaliados e considerados conforme sua importância em referência ao objeto de pesquisa.

De acordo com Chizzotti (2003)

O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível e, após este tirocínio, o autor interpreta e traduz em um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competência científicas, os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa (p.221).

As informações foram depuradas e relacionadas com o embasamento teórico abordado.

Pesquisas qualitativas tipicamente geram um enorme volume de dados que precisam ser organizados e compreendidos. Isto se faz através de um processo continuado em que se procura identificar dimensões, categorias, tendências, padrões, relações, desvendando-lhes o significado. Este é um processo complexo, não-linear, que implica um trabalho de redução, organização e interpretação dos dados que se inicia já na fase exploratória e acompanha toda a investigação (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1999, p.170).

Foi utilizada, como método de análise dos dados, a Teoria Fundamentada nos Dados (STRAUSS E CORBIN, 2008). Segundo esses autores essa

[...] teoria foi derivada de dados, sistematicamente reunidos e analisados por meio de processo de pesquisa. Neste método, coleta de dados, análise e eventual teoria mantêm uma relação próxima entre si. [...] Teorias fundamentadas, por serem baseadas em dados, tendem a oferecer mais discernimento, melhorar o entendimento e fornecer um guia importante para ação (STRAUSS; CORBIN, 2008, p.25).

Esse método de análise foi escolhido por permitir a interpretação dos dados com o objetivo de descobrir conceitos e relações nos dados brutos e de organizá-los em um esquema explanatório teórico.

Para Strauss e Corbin (2008, p.37) “Uma teoria faz mais do que gerar entendimento ou pintar um quadro vivo. Ela permite aos usuários explicar e prever fatos, fornecendo, assim, diretrizes para a ação”. Isso vem ao encontro dos benefícios que se entendem possíveis, decorrentes deste estudo.

Os passos seguidos nesse método de análise compreendem: categorização aberta, atribuição de conceito, formação de subcategorias e categorias e definição do fenômeno.

Esses passos caracterizam-se, segundo os autores, como níveis de análise que nos possibilitam a construção de uma teoria sobre os dados, conforme se esclarecem a seguir:

- a) Microanálise dos dados: compreende o conhecimento detalhado linha por linha, que se faz necessário no início do estudo. Ele permite que se conheçam as propriedades e suas dimensões, gerando categoriais iniciais e possibilitem o estabelecimento de relações entre elas. Esta microanálise inclui a codificação aberta e axial, envolvendo o exame e interpretação de dados.
- b) Codificação Aberta: caracteriza-se pelo momento em que o pesquisador realiza a leitura do texto linha a linha, interagindo com ele. O pesquisador procura identificar conceitos que se aproximem mais adequadamente ao que o texto comunica, ou seja, ao dado comunicado. Então, ele inicialmente extrai o dado do contexto, para num processo reflexivo atribuir-lhe significados, a partir de questões e comparações realizadas, para então retorná-lo ao contexto atribuindo um significado que melhor o represente.

Trata-se de um exercício de flexibilização de pensamento e desvinculação de conhecimentos pré-estabelecidos, o que facilita a construção de conhecimento.

- c) Categorização: baseado na capacidade do pesquisador de abstrair o que está acontecendo, a partir de linhas descritivas do texto, ele consegue estabelecer relações entre os dados, agrupando dos conceitos mais concretos para os mais abstratos; possibilita a transformação de conceitos emergidos dos dados, fenômenos, em categorias. A similaridade entre significados é um facilitador para o surgimento de categorias que vão se refinando pela abstração, conseqüentemente sendo nomeadas e renomeadas até o surgimento de categorias e subcategorias.
- d) Codificação Axial: processo de organização num eixo que associa categorias a condição de propriedades e dimensões, ou seja, é o estabelecimento de relações entre as categorias e as subcategorias.
- e) Codificação Seletiva: é a escolha de uma categoria como central representação do tema de pesquisa. Na elaboração da teoria sobre os dados se configura como uma forma de obter um todo explicativo. É um processo de integrar e refinar a teoria.
- f) Validação da teoria: retomada da teoria criada pelos dados para estabelecer coerência através da análise dos esquemas teóricos comparando-os com os dados iniciais ou brutos. Esse procedimento é feito, solicitando-se a alguns participantes a leitura de uma síntese das análises e a verificação se os mesmos “enxergavam-se” no texto, contemplando suas histórias profissionais.
- g) Memorandos: são os registros, fruto da reflexão aprofundada do pesquisador sobre os dados, que perduram todas as fases do estudo e facilitam o estabelecimento e redefinição de relações, conceitos, significados, por conter as idéias emergidas durante o processo de análise.

Através da análise linha por linha dos dados, é possível levantar como a pessoa usou palavras, frases e parágrafos, todos os significados e as propriedades decorrentes e realizar comparações, permitindo a conceituação num processo, identificado nos dados.

Trata-se de um procedimento que examina informações específicas dos dados, e os detalhes são comparados em termos de propriedades e de dimensões que nos levam a formar um esquema interpretativo. Dessa forma, conceitualizam-se e classificam-se fatos, ações e resultados. As categorias têm origem, junto com suas relações, que são as bases para o desenvolvimento de uma teoria.

O *Ethnograph v5.0* (SEIDEL, 1998) é um programa destinado a facilitar a gestão e

análise de dados qualitativos. Trata-se de uma ferramenta para facilitar a análise e não um método em si e, portanto, pode ser utilizado para apoiar uma série de abordagens metodológicas ou teóricas. Só é possível trabalhar diretamente com dados textuais ao usar o programa. O *Ethnograph* facilita o processo de análise qualitativa de dados em um número de maneiras importantes, permitindo ao pesquisador criar e gerenciar arquivos de dados e os dados de código de acordo com a definição de uso de temas conceituais e os códigos de grupo em famílias, organizar dados de acordo com informações demográficas, acrescentar notas analíticas de pensamentos quando ocorram.

Na análise dos dados das entrevistas da pesquisa, realizou-se uma leitura detalhada, pormenorizada de cada texto, conforme proposto pela Teoria Fundamentada. Linha a linha identificaram-se as palavras ou grupo de palavras mais representativas ou significativas que emergiam do texto. A partir daí, cada palavra ou grupo de palavras selecionadas passou por um processo de codificação aberta, em que foi realizada uma reflexão e atribuídos significados e definições, independentemente do contexto de que foram extraídos. Esses significados compuseram os chamados Memorando/Memos de cada palavra ou grupo de palavras, processados no *software* utilizado. Em seguida, o texto original foi retomado e, a partir do Memo construído, extraiu-se um significado mais adequado àquele contexto original, atribuindo-lhe assim um código, inserido linha a linha. Esse processo se desenrolou por todo o texto até que se obtivesse, no final do texto codificado e construído, um banco de palavras código. Prosseguindo, esse banco de códigos foi agrupado em categorias iniciais, que por sua vez foram agrupadas em categorias maiores pela identificação de significados e conteúdos que se aproximavam, construindo, assim, uma árvore de categorias e subcategorias.

Para clarificar o procedimento de análise dos dados, o seguinte recorte do texto da entrevista pode ser analisado: “Pesquisador: Como você vem construindo sua prática? Fale um pouco. Entrevistado: Vou ser um pouco prolixa. [...]”. Na leitura do texto, linha a linha, nos chama atenção o seguinte fragmento da fala: “**pouco prolixa**”, a partir daí, os significados que emergiam por livre associação foram selecionados e construído o Memo:

- Prolixa – Fala muito; Fala demais; Fala espontaneamente; Fala o que não deve; Pode falar sem ser perguntada; Se perde em detalhes; Repetitiva; Diversidade; Sem trava; Sem limite; Não ouve; Modo de falar.
- Pouco – Contrário de muito; Raro; Escasso; Insuficiente; Frequência; Quantidade; Volume.

Retornando ao texto, o fragmento extraído foi codificado como: **fala espontânea**

controlada, a qual se atribuiu o código **FALAESPCON**, que, após análise no processo de categorização, compôs a categoria maior **Atuação Profissional**.

A codificação aberta e a categorização dos dados foram realizadas por meio de leitura e releitura de todos os códigos e Memos elaborados, visando esclarecer as categorias preestabelecidas, adequar nomes atribuídos, renomeando alguns e criando algumas categorias necessárias para a análise.

O passo seguinte foi caracterizado pela identificação do fenômeno central da pesquisa ou codificação seletiva. Finalmente, foi elaborado o Memorial Circunstancial do Psicólogo que atua na área da Assistência Social junto às famílias em vulnerabilidade social, sintetizando sua história.

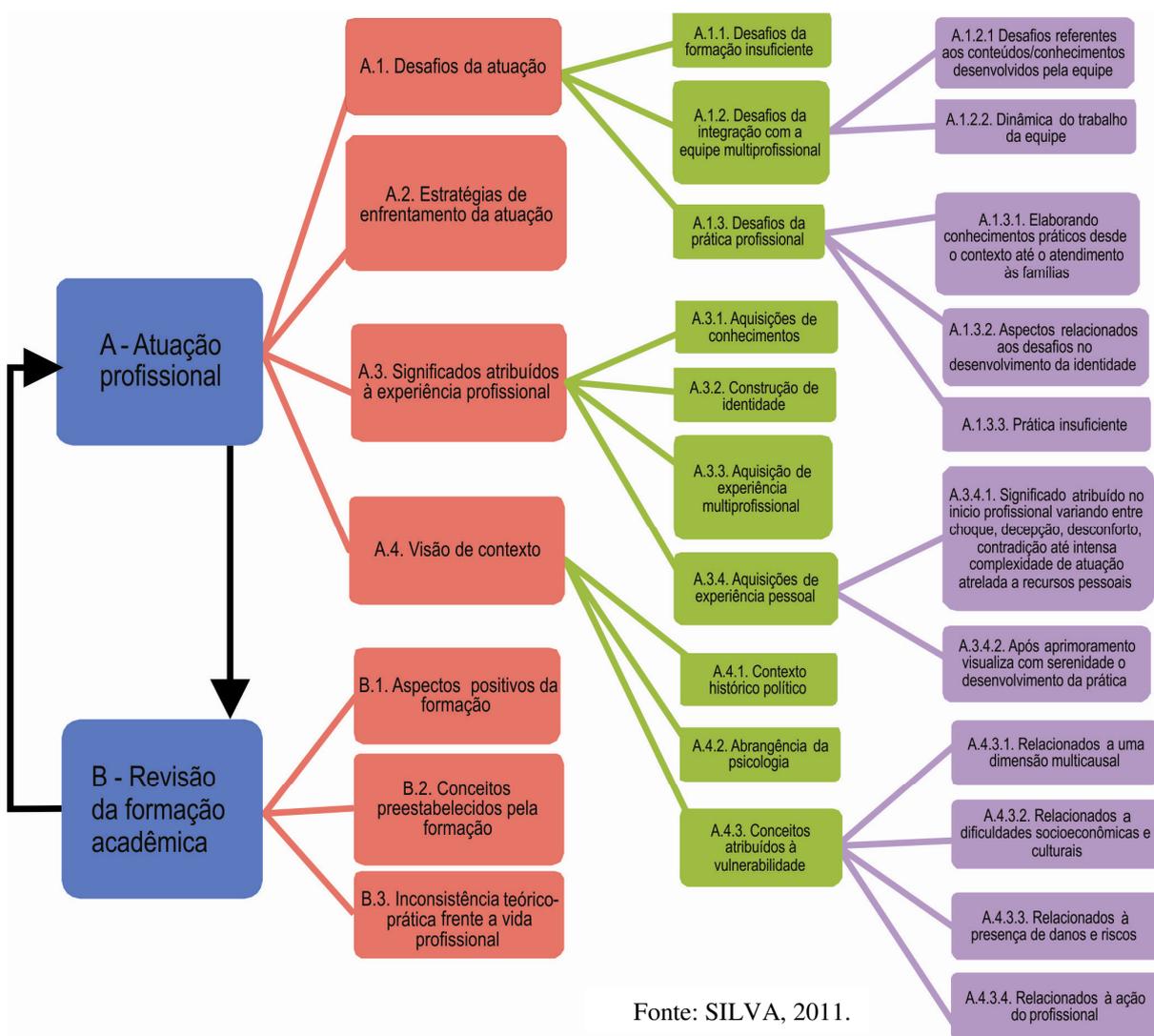
Para a fase de validação da teoria foram escolhidos três (3) participantes, um (1) de cada serviço, que realizaram a leitura do memorial e confirmaram que a história profissional emergida dos dados descrevia sua experiência. Nada foi acrescentado.

6 RESULTADOS

O estudo mostrou o surgimento de categorias e subcategorias, que emergiram dos dados da entrevista, a partir do procedimento de análise baseado na Teoria Fundamentada nos Dados (STRAUSS; CORBIN, 2008).

Na Figura 1, apresenta-se o fluxograma para visualização sinótica das análises realizadas com as categorias, subcategorias, conceitos ou códigos coletados na pesquisa.

Figura 1 – Fluxograma de categorias e subcategorias emergidas das entrevistas



Conforme se pode observar, na Figura 1, há duas (2) categorias A e B. A categoria A apresenta quatro (4) subcategorias e a B apresenta três (3) subcategorias. Algumas subcategorias da categoria A apresentam subdivisões em mais dois níveis.

Quadro 2 – Categorias, subcategorias, códigos ou conceitos e segmentos ilustrativos das entrevistas

Categoria	Subcategoria	Códigos ou Conceitos	Segmentos ilustrativos das entrevistas
A – Atuação Profissional	A.1 – Desafios da atuação	<p align="center">A.1.1 – Desafios da formação insuficiente</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apropriação do espaço de atuação através de visão específica. • Busca sistemática de espaços opcionais. • Conteúdo profissional sistematizado na aprendizagem foi complexo na reorganização. • Questionamento sobre relação entre conhecimento da população atendida e contexto da intervenção realizada. • Profissional deve ter preparo acadêmico para trabalhar em equipe. 	<p>(...) Então eu sempre fui para outros, fazendo em outros espaços.</p> <p>(...) a gente lida com uma população que você tem que mostrar e sensibilizar o quanto é importante se cuidar.(...)é uma lógica totalmente diferente que você aprende na faculdade.</p> <p>(...) a gente não tem um padrão de paciente (...) você tem que lidar com diversas facetas, diversas formas de se apresentar, os sujeitos dentro da família(...)</p> <p>(...) a gente pega nos fundamentos para todas as profissões, questões de ética (...)</p>
	A.1.2 – Desafios da integração com a equipe multiprofissional	<p align="center">A.1.2.1 – Desafios referentes ao conteúdo/conhecimento desenvolvido pela equipe</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aprofundamento de conteúdos de outras áreas. • Conteúdo excessivamente obscuro na atuação em equipe. • Determinação de conteúdo para a equipe. • Indeterminação da origem do conhecimento. • Sustentações teóricas diferentes. • Volume de conteúdos atrelados a outra especificidade. • Ausência de coesão entre leituras profissionais diferentes. • Diversidade de assuntos que se relacionam na prática. 	<p>Até então assim tinha muito material da psicologia, mas também tinha muito material socio... de sociólogos, de filósofos, enfim, muitos estudos (...)</p> <p>(...) dentro desse contexto de vulnerabilidade são muitas as necessidades das famílias, uma área só não vai dar conta, então na realidade é uma união de esforços.</p>
	A.1.2.2 – Dinâmica do trabalho da equipe	<ul style="list-style-type: none"> • Autonomia na construção do trabalho pela equipe. • Composição de áreas. • Conciliando conhecimento entre membros da equipe, ampliando atuações. • Complexidade e importância da relação entre profissionais. • Dificuldades geradas pelas relações interpessoais no trabalho. 	<p>Tive muitas dificuldades e às vezes tenho com muitas profissionais, mais do serviço social (...)</p> <p>(...) O espaço de discussão de equipe, espaço de supervisão é que vai possibilitar que essa equipe interdisciplinar tenha um corpo, mais unificado, vamos dizer assim. Que não sejam partes separadas desse trabalho.</p>

Categoria	Subcategoria		Códigos ou Conceitos	Segmentos ilustrativos das entrevistas
A – Atuação Profissional	A.1 – Desafios da atuação	A.1.3.1 - Elaborando conhecimentos práticos desde o contexto até o atendimento à famílias.	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborando conhecimento do custo das ações e intervenções. • Elaborando detalhamento do microespaço. • Início de um conjunto de transformações. • Apreensão e internalização do conhecimento. • Necessidade de aprofundamento teórico. • Percepção de que o dia-a-dia exige mudança. • Criação através de visão de homem. • Desafios múltiplos no contexto de atendimento da população atendida. • Constituição de potencialidades junto às famílias. 	<p>Mas tô sempre lendo material, enfim, buscando alternativa, não tem um foco estudei isso e só.</p> <p>(...) gente precisa ter intrínseco assim intransigente defesa de direitos.</p> <p>Acho que você pode ter conhecimento, mas é preciso saber numa relação é de respeito com quem tá na sua frente, você precisa esperar o tempo dele.</p> <p>É atualmente tem facilitado um pouco o número de experiências na área da assistência, né, a questão dos CRAS, CREAS, você tem que buscar teorias, e vários setores do serviço público (...)</p>
		A.1.3.2 – Aspectos relacionados aos desafios no desenvolvimento da identidade	<ul style="list-style-type: none"> • Busca por identidade profissional tradicional. • Inserção profissional em espaço diferente da origem. • Autopercepção no contexto. • Elaboração de uma forma de organização não usual. • Estabelecimento de limite para a prática. • Localização profissional no contexto. • Período desconhecido profissionalmente. • Pensamento sem padrão, sem especificidade, fora do padrão estabelecido. • Persistência na busca de espaço e conhecimento. • Espaço não considerado exclusivo da identidade profissional do psicólogo. • Amostra de psicólogos insuficiente e deslocado de local. • Diferenciação dos conhecimentos preestabelecidos. • Visão de chefia/comando preestabelecida, fora da realidade do conhecimento profissional. • Psicólogo trazido para espaço diferente da origem. • Permanência profissional justificada pela identificação com a área. 	<p>(...) construção realmente do papel do psicólogo, muitas dúvidas sobre o que seria esse psicólogo, que não é o clínico, que é o necessário (...) para atuar na área da assistência social (...)</p> <p>(...) acho que o desafio da interdisciplinaridade é o mais difícil e é o que também facilita você entender o que sua área tem a contribuir.</p>
		A.1.3.3 – Prática insuficiente	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de respostas às cobranças. • Atribuição ao acaso para motivação da atuação inicial. • Abordagem/atuação em situação de ausência de recursos diversos. 	<p>..) essa construção, ela não foi, aliás, a ida para a área da assistência social não foi uma opção. Foi questão você faz o concurso, você vai pra onde é designada, eu fui para a área da assistência, foi uma questão assim nova pra mim (...)</p> <p>(...) a psicologia social não me dava respostas que no imediato a população trazia (...)</p>

Categoria	Subcategoria	Códigos ou Conceitos	Segmentos ilustrativos das entrevistas
A – Atuação Profissional	A.2 – Estratégias de enfrentamento na atuação	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação de estratégias de intervenção. • Estudo através de interesse pessoal, conteúdo pessoal. • Desenvolvimento de construção de identidade. • Nova elaboração da atuação com caráter pessoal. • Percepção de contexto diferente. • Marca do espaço deve ser vista pelos profissionais de forma planejada. • Sustentação técnica por interesse pessoal. • Contribuições da psicologia na construção de estratégias de atuação em equipe. • Suporte de conhecimento através de apoio do órgão representante da categoria profissional de psicólogos. 	<p>E a primeira vez que eu fui fazer visita domiciliar aquilo pra mim abriu assim um leque de possibi... assim uma visão, um leque de possibilidades de vida e de atuação.</p> <p>(...) foi construindo (...) a gente fez muito, mas intuitiva. Olha eu acho que é por aí, é por isso que a gente vive discutindo com o outro: será isso mesmo?</p> <p>(...) a gente vai buscar subsídio para isso, então o que foi aparecendo a gente vira fominha, vai atrás, a gente busca e é gostoso esse desafio.</p> <p>Nesses dez anos tive que buscar formação (...) para me dar mais subsídio para a prática profissional no trabalho com família (...) para a questão política de atendimento à famílias em situação de vulnerabilidade.</p> <p>Há cinco anos, a gente tem conseguido com que, por ex., o CRP tem procurado dar apoio pra gente nessa área.</p>
	A.3 – Significados atribuídos à experiência profissional	A.3.1 – Aquisições de conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> • Equipe iniciou aquisição de conhecimento para atuação. • Alargando a percepção de homem através de análises alternativas. • Estudo de conjuntura. • No limite do indispensável. • Intenso aprofundamento da especificidade da conjuntura. • Diversidade de conhecimentos. • Volume de elaboração.

Categoria	Subcategoria	Códigos ou Conceitos	Segmentos ilustrativos das entrevistas
A – Atuação Profissional	A.3 – Significados atribuídos à experiência profissional	<p>A.3.2 – Construção de Identidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Planejamento baseado na concepção de mundo. • Risco de perda de identidade. • Significado pessoal atribuído à visão profissional. • Significado da capacitação específica na visão de homem e no contexto pautado na defesa de direito. • Falta de identificação pelo padrão da formação dominante. 	<p>Para mim era tudo muito novo e eu não perder o foco do que eu tinha entendimento da psicologia até então, dessa formação clínica (...)</p> <p>Então acho que o maior desafio, foi eu me entender ali dentro (...) enfim de não ser clínica.</p> <p>(...) a gente enquanto psicólogo na assistência, entende que todos tem direito a esse acesso ao seu conhecimento.</p> <p>(...) uma visão muito sensível a esta questão do ser humano, do acolhimento, dos mais...daquelas pessoas que tem mais dificuldade (...)</p>
		<p>A.3.3 – Aquisição de experiência multiprofissional</p> <ul style="list-style-type: none"> • Excessivamente confuso, misturado. • Diferença profissional sentida como invasiva. 	<p>(...) isso não é meu, não é seu, é do social, isso é objeto de estudo de nós duas (...)</p> <p>(...) era muito conturbado, porque o serviço social tava muito presente.</p> <p>A dificuldade é assim (...) tentar igualar psicólogo e assistente social, e nós não somos iguais (...) é como todo mundo fizesse tudo igual (...)</p> <p>(...) é que ficou muito confuso. A gente era mais assistente social do que psicólogo.</p>
		<p>A.3.4 – Aquisição de experiência pess</p> <p>A.3.4.1 – Significado atribuído no início profissional variando entre choque, decepção, desconforto, contradição até intensa complexidade de atuação atreladas a recursos pessoais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Choque intenso. • Intensa complexidade da experiência profissional. • Percepção da realidade decepcionante. • Percepção de certo desconforto. • Realização com interesse e recursos pessoais. 	<p>Na época era muito confuso pra mim, mas hoje eu tenho muita clareza do quanto isso é importante.</p> <p>É foi desse jeito e batendo de frente, briguei muito levei muita chamada de atenção, sempre tive a atenção chamada por chefia, de brigar mesmo, com diretoria de discordar e pra dizer que o que eu fazia era psicologia.</p> <p>(...) eu acho que a partir do momento que a gente se depara com essa demanda, para mim foi uma novidade, desde que eu entrei na prefeitura.</p> <p>(...) foi uma área totalmente nova, no começo, eu confesso, fiquei bem perdida.</p>

Categoria	Subcategoria		Códigos ou Conceitos	Segmentos ilustrativos das entrevistas	
A – Atuação Profissional	A.3 – Significados atribuídos à experiência profissional	A.3.4 – Aquisição de experiência pess	A.3.4.2 – Após aprimoramento visualiza com serenidade o desenvolvimento da prática	<ul style="list-style-type: none"> • Vivencia pratica profissional com muita compreensão. • Contradição entre pertencer e o não pertencer à política na prática. • Experiência pessoal gerando compreensão. • Fala espontânea controlada. • Reencontro sustentado na visão de mundo embasada teoricamente. • Fortalecimento da prática. • Ganhando consistência na prática. • Após período de adaptação vê perspectiva à prática. 	<p>(...) hoje não, eu afirmo que eu gosto do que eu faço, é uma atuação desgastante, até por essa coisa de depender de outros profissionais, mas tem o lado bom (...)</p> <p>Eu acho que hoje me sinto mais confortável,vamos dizer.</p> <p>Eu acho que é o tempo mesmo, ter esta possibilidade de estar refletindo e sinalizando, o que é de uma área, que de repente eu não entendi (...)</p> <p>A gente começa a entrar num universo que hoje em dia, pra mim, já é uma coisa mais familiar.</p> <p>Era uma coisa que eu me questionava bastante. Hoje em dia é mais tranqüilo, a gente vê o objetivo, mas foi uma coisa que foi sendo construída.</p> <p>O outro transforma a gente também, porque quando a gente tá sempre revendo o outro, a gente revê a gente, então acho que isso é muito bom.</p> <p>(...) não importa a classe, não importa a nível, mas você percebe o quanto é difícil pros elementos, trabalhar com uma série de coisas, que se você não tiver essa percepção (...) o trabalho não fica completo.</p>
		A.4 – Visão de contexto	A.4.1 – Contexto histórico-político		<ul style="list-style-type: none"> • Forma de direção relacionada, atenta. • Forma de administração desconhecida. • Pensamento abrangente do macroespaço. • Transformação do pensamento do macroespaço, do contexto.
		A.4.2 – Abrangência da Psicologia		<ul style="list-style-type: none"> • Amplitude de campos de atuação da psicologia • Experiência profissional anterior a atuação na área da assistência social 	<p>Porque né, a Psicologia é um campo muito amplo, uma gama imensa de áreas que você pode atuar (...)</p> <p>(...) eu montei consultório, mais ou menos uns dois anos com consultório. Saí do consultório para fazer residência em Curitiba (...) dois anos (...) Daí vim para a prefeitura (...)</p>

Categoria	Subcategoria		Códigos ou Conceitos	Segmentos ilustrativos das entrevistas	
A- Atuação Profissional	A.4 – Visão de contexto	A.4.3 – Conceitos de vulnerabilidade	A.4.3.1 – Relacionados a uma dimensão multicausal	<ul style="list-style-type: none"> • Famílias com ausência de direitos, submetidas a julgamento e violentas. • Famílias sem liberdade, sem autonomia, vistas sem diferenciação e sem acesso aos serviços. • Família com diferentes organizações, diferentes vidas e pessoas diferentes, enfim, multifacetadas. 	<p>(...) na família você pode ver de tudo, tudo existe dentro de uma família, e a gente tem que lidar com isso e pra você lidar com as diversas facetas, diversas formas de se apresentar, os sujeitos dentro da família, (...) dentro desse contexto de vulnerabilidade são muitas as necessidades dessas famílias, uma área só não vai dar conta, então na realidade é uma união de esforços.</p>
			A.4.3.2 – Relacionados a dificuldades socioeconômicas e culturais	<ul style="list-style-type: none"> • Famílias em situação de pobreza e necessidades sociais • Famílias sem recursos materiais e vivenciais. • Famílias pobres e violentas evidenciadas por denúncias. • Famílias com mulheres responsabilizadas pela demanda. 	<p>(...) foi um processo difícil, lidar com essa... com o empobrecimento, com a pobreza, não só material, mas a pobreza vivencial das pessoas, eu acho que é um baque muito grande, é acho que foi uma das grandes dificuldades no começo, (...) famílias em situação de violência. A maioria apresenta uma situação socioeconômica desfavorável, então além do fenômeno da violência intrafamiliar, ainda tem o contexto de pobreza, não que isso seja determinante do contexto de violência, mas em função das que são famílias que são denunciadas (...)</p>
			A.4.3.3 – Relacionados à presença de danos e riscos	<ul style="list-style-type: none"> • Famílias sem perspectivas, sem possibilidades na vida, no contexto vivido. • Famílias doentes que sofrem danos perdas ou prejuízos. Sem cultura, com problemas. • Famílias que não se cuidam. • Famílias com necessidades de tratamentos de saúde diversos. • Famílias que se apresentam de forma agressiva. 	<p>(...) vai ter uma noção do que é considerado vulnerabilidade, é como qualquer outro tipo de doença em que as pessoas são enquadradas, a vulnerabilidade também, existem muitos critérios para dizer se aquela família está em risco, se uma família vulnerável eu não, e se aquela vulnerabilidade é capaz de fazer com que aquela família sofra danos ou não. (...) hoje a gente lida com uma população que você tem que mostrar e sensibilizar o quanto é importante se cuidar.</p>
			A.4.3.4 – Relacionados à ação do profissional	<ul style="list-style-type: none"> • Famílias sujeitas à invasão, julgamento, desrespeito quanto a sua experiência de vida. • Famílias que provocam decepção. Decepção quanto ao espaço para atendê-las quanto as suas características, feias. • Famílias que geram desafios constantes ao profissional. • Famílias que precisam ser transformadas, mudadas. • Famílias com valores e classe diferentes do profissional. 	<p>(...) nossos valores, da nossa cultura, da nossa classe social, que de alguma forma, muitas vezes, é diferente daquela família que está na sua frente. Então se você ter uma visão ampla, que possibilite você perceber as características da vulnerabilidade dessa família, você fica com o seu parâmetro. (...) Eu me reorganizo, mas sempre vem outro desafio que é o seguinte eu não dou conta de compreender isso. É como se a gente quisesse aquilo é tão desafiante que quer buscar algo que responda e é que não vai conseguir nunca (...)</p>

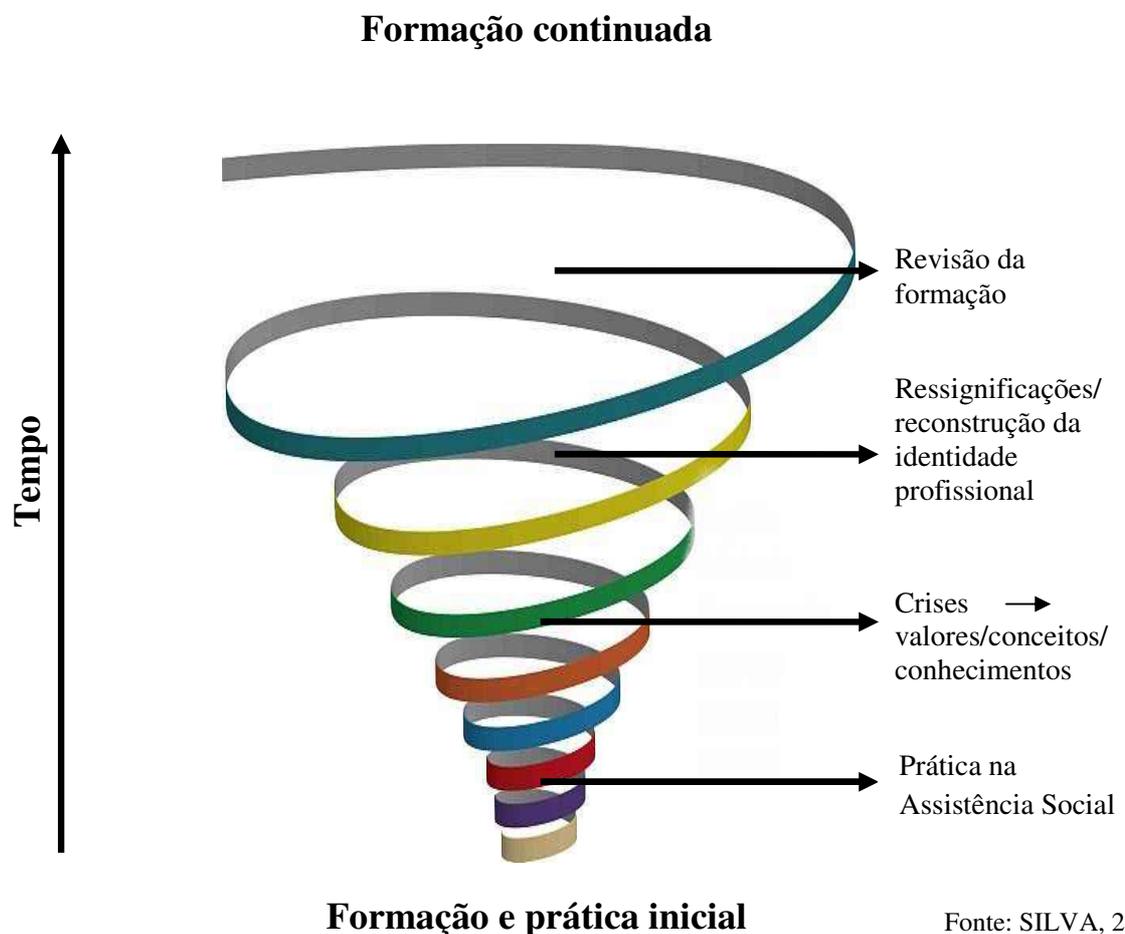
Categoria	Subcategoria	Códigos ou Conceitos	Segmentos ilustrativos das entrevistas
B – Revisão da Formação Acadêmica	B.1 – Aspectos positivos da formação	<ul style="list-style-type: none"> • Referência pessoal valorizada na formação. • Reflexão sobre graduação diferencia fases. • Referência de sustentação do conhecimento através da formação. 	<p>Mas na área institucional eu tive uma professora que eu considero muito bacana, que ela sim foi apresentando a psicologia institucional (...)</p> <p>(...) em termos sim, de construção de pensamento clínico, de pensamento quando você pega um caso para acompanhar. Isso a faculdade contribuiu muito (...)</p> <p>(...) durante o período de formação, que te dá respaldo para a atuação hoje, também.</p> <p>(...)Desde a minha formação acadêmica, que eu fazia estágio em Psicologia Comunitária lá na favela (...)</p>
	B.2 – Conceitos preestabelecidos pela formação	<ul style="list-style-type: none"> • Percepção de apropriação de concepção profissional preestabelecida. • Atendimento específico determinado. • Pensamento tem uma linha de atuação. • Percepção leitura psicológica organizacional. • Unidirecionalidade de formação. 	<p>Assim isso pra então foi frustrante, também porque tinha um desejo de ter um espaço bonito, gostoso, arejado, um salário bacana, com pessoas bonitas, também assim né, de uma construção elitizada que eu vinha, e acho que isto a formação trouxe muito (...)</p> <p>Tem muito profissional também psicólogo que traz uma rigidez de sala, e o que você faz é bom (...) mas isso pra mim não é psicologia.</p> <p>(...) você ia realmente com o pensamento clínico e era isso que achava que era seu papel.</p> <p>(...) porque antes a gente acreditava na psicologia de elite (...) só servia para alguns (...)</p> <p>(...) pela questão clínica mesmo, parece que a gente era formado para a clínica.</p>
	B.3 – Inconsistência teórico-prática frente a vida profissional	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento insuficiente para respostas rápidas às pessoas. • Emergência de espaço profissional que possibilita a percepção de deficiência da graduação frente à demanda. • Incompletude na formação. • Insuficiência de formação teórica para nova prática/atuação. • Vulnerabilidade enquanto potencialidade de desenvolvimento da prática. • Visão de contexto da formação diferente em comparação com a atualidade. 	<p>A área social veio, mas eu vejo assim uma lacuna na formação do psicólogo, eu acho que ainda é empobrecida enquanto possibilidade de atuação (...) das possibilidades de exercício da psicologia.</p> <p>(...) eu só tive parte teórica, que eu me lembre, foi só a Psicologia Social por dois anos.</p> <p>Então a formação na faculdade estava muito distante dessa atuação. Distante naquilo que a gente aprendia mesmo, esse tipo de trabalho que passei a desenvolver depois de formada (...)</p> <p>A formação possibilitou uma leitura das condições do indivíduo (...) mas não favoreceu muito a questão de como se trabalhar nesse contexto de pobreza, nesse contexto de ações de muitas vulnerabilidades.</p> <p>A parte da Psicologia Social, por ex., da faculdade, para mim não fazia sentido nenhum com a prática que era oferecida no serviço público. Então havia um descolamento da teoria da faculdade e realmente o que você tinha que atuar na prática.</p>

Fonte: SILVA, 2011.

O fenômeno central foi identificado como: “Contextos de formação e prática diferenciados, crises e ressignificações, na construção de uma identidade profissional em contínua formação”. Esse fenômeno explica e integra os conceitos e definições explicitados na Figura 01 e Quadro 02.

Na Figura 2, visualiza-se o processo de desenvolvimento de identidade, conforme retrata o fenômeno central.

Figura 2 – Processo de desenvolvimento de identidade do Psicólogo “X”



Após a identificação do fenômeno central, teve continuidade da integração dos conceitos e a sistematização dos resultados, denominado Memorial Circunstancial do Psicólogo “X”, fictício, mas que representa a história profissional do grupo pesquisado, conforme recomenda a Teoria Fundamentada nos Dados (STRAUSS; CORBIN, 2008).

6.1 MEMORIAL CIRCUNSTANCIAL DO PSICÓLOGO “X”

Este Memorial circunstancial tem o objetivo de apresentar minha trajetória profissional, relatando-a desde a formação na graduação até o ingresso e experiência na área da Assistência Social.

Para facilitar a compreensão do processo, optei por esta forma de me apresentar, procurando demonstrar as dificuldades, desafios, obstáculos, reflexões, enfrentamentos, significações durante o desenvolvimento de minha prática, considerando que aconteceram simultaneamente no estabelecimento de minha identidade profissional em formação contínua desde a graduação até a minha atuação nos dias atuais.

6.1.1 A formação inicial

Minha **formação acadêmica foi bastante direcionada ao atendimento clínico**, que considero **elitizado, não voltado para todas as pessoas**, principalmente as que estão em contexto de vulnerabilidade social.

Os **estágios** que realizei estavam **voltados para a prática clínica** e a uma população que procurava esse serviço por entender sua necessidade, o que é bem diferente da população atendida na área da Assistência Social, que, inclusive, não era o foco desses estágios.

Minha **prática inicial**, na Assistência Social, procurava **enquadrar nesses conceitos preestabelecidos**, quanto ao que representava como papel do psicólogo.

6.1.2 O ingresso no trabalho na área da Assistência Social

Com minha **pouca experiência**, voltada para o atendimento **em consultório**, prestei concurso para o trabalho em órgão público municipal, acreditando que, por ser profissional da saúde, seria direcionado para uma Secretaria Municipal dessa área.

Fui surpreendido ao ser direcionado à Secretaria de Desenvolvimento Social, pois desconhecia o trabalho desenvolvido nessa Secretaria. **Surgiram minhas primeiras questões sobre a atuação: O que vou fazer nessa secretaria? O que esperam do psicólogo? Nunca ouvi falar dessa área na graduação! Que famílias e pessoas são essas? Onde estou? Que lugar é esse?**

6.1.3 As primeiras experiências

As minhas **experiências iniciais** foram caracterizadas pelo **medo de perda de identidade profissional; angústia pelas dificuldades encontradas e população atendida; frustração por não estar atuando conforme aprendido, num contexto de empobrecimento socioeconômico e cultural, com pessoas estagnadas, feias, sem recursos internos e sem compreensão de sua necessidade; pelo sentimento de não estar suficientemente preparado para a prática com famílias em situação tão complexa, como violências, conflitos, desemprego, excluídos de acesso aos direitos garantidos por lei.**

Minhas ações nesse período foram voltadas a tentativa de colocar em prática aquilo que aprendi na graduação. Assim, **direcionei-me aos atendimentos individuais psicoterapêuticos**, tentando viabilizar um enquadre clínico ao trabalho, no qual **observava diversas dificuldades**, como, por exemplo, não cumprimento dos horários combinados, falta de compreensão do processo, falta de adesão ao atendimento e falta de vinculação ao serviço.

Esse contexto social e de trabalho me levaram a perceber que as **demandas emergidas não podiam ser enfrentadas com os conhecimentos adquiridos na universidade**, o que fez com que eu iniciasse um **processo de revisão e de busca por conhecimento**, que adequasse minha prática à necessidade dessa realidade.

6.1.4 O período de adaptação

Após esse **choque inicial**, em que me deparei com o **contexto de vulnerabilidade social das famílias e os desafios** para o desenvolvimento do trabalho, iniciei meu **processo de diferenciação profissional**.

Esse contexto proporcionou dificuldades que me fizeram perceber uma **formação insuficiente** para atuar junto a essas famílias em vulnerabilidade; **dificuldades no trabalho em equipe, quanto às relações/dinâmicas vividas, e necessidade de integração de conhecimentos** para além de minha formação, composto por diversas áreas que perpassavam na Assistência Social; **dificuldades na prática de atendimento a famílias complexas** em suas demandas; **dificuldades em estabelecer minha identidade profissional** marcada por um modelo preconcebido nesse **contexto social multifacetado**.

O período foi marcado por **ressignificação de conceitos** que trouxe de minha **formação** relativos à minha identidade e atuação; **aquisição de novos conhecimentos**

necessários a minha prática; **construção de uma identidade profissional** que representasse minha atuação em **contexto de vulnerabilidade social, com famílias de demandas complexas e insuficiência de conhecimentos da área**, além de **inadequação dos conhecimentos adquiridos** na formação.

Os **significados adquiridos** no processo me permitiram a **construção de experiências multiprofissionais**, que **variavam entre aspectos positivos e negativos** no estabelecimento do meu papel, e, algumas vezes, sentidos **como invasivos pelo profissional do Serviço Social**.

A **apropriação do espaço de atuação** na assistência foi sempre permeada pela **incerteza de pertencimento à Assistência Social e deslocamento de meu espaço original a saúde**. Senti-me por vezes em **choque, decepcionado, desconfortável e uma intensa complexidade na atuação, que busquei enfrentar por meio de recursos e interesses pessoais**.

As dificuldades e significações que desenvolvi foram decorrentes de como consegui superar meus desafios. Dessa forma, procurei **construir uma nova identidade, ampliando estratégias de intervenção, buscando sustentação técnica, revendo minha percepção do contexto e do mundo, planejando minhas ações com apoio do conselho profissional para dar suporte ao meu conhecimento, reconstruindo minha lógica de formação**.

Precisei desenvolver uma **visão de contexto e mundo, com embasamento histórico-político**, desde o **conhecimento do macroespaço/microespaço, até sobre a Política Nacional de Assistência Social**. Essa leitura foi subsidiada por uma **percepção da amplitude de campos de atuação da Psicologia**, bem como, da **experiência que tive antes do ingresso na assistência, ampliando meu conhecimento e entendimento de vulnerabilidade social dentro de uma dimensão multicausal e complexa, que envolve aspectos socioeconômicos e culturais, danos e riscos sofridos pela família, tais como: pobreza, violência, contexto, exclusão, dependência química, conflitos, fragilização, ausência de autonomia e valores diferentes**.

Nesse contexto, precisei **preocupar-me constantemente em não invadir, julgar, desrespeitar as famílias que provocaram decepção e frustração em minha atuação**, mas também, possibilitou desafios constantes que me levaram a **rever meus valores, minhas ações e me transformaram profissionalmente**.

Nesse período, minhas **ações variavam entre o apreendido na graduação, com a percepção do seu não funcionamento**, e o **desenvolvimento de estratégias novas para atuar nessa área**. A princípio, **busquei aprender conteúdos teóricos** que abarcassem minhas

necessidades e a **discutir** tais estratégias **com os outros psicólogos**, que se encontravam na mesma situação.

Assim, além **das constantes tentativas de atendimento psicológico no modelo clínico**, comecei a **me aventurar em atividades em conjunto, com assistentes sociais**, tais como: **visitas domiciliares, alguns atendimentos conjuntos, discussões de caso entre a equipe de trabalho e com os demais serviços da rede, intervenções com grupos; tateando formas que pudessem utilizar meus conhecimentos específicos em benefício da população atendida.**

Nesse processo **sempre me senti em conflito com minha formação e me questionava sobre se o que estava fazendo se constituía, de fato, Psicologia**, reforçado pelos **embates com os assistentes sociais**, que **demarcavam a assistência como seu território** e me **solicitavam ações voltadas ao modelo clínico**, além de me **questionar sobre o espaço que estava ocupando como pertencente a sua profissão**. Assim nos **momentos críticos das famílias solicitavam e apontavam a necessidade veemente do Psicólogo**, mas percebendo minha atuação mais próxima e influente junto à demanda **questionavam meu pertencimento e alegavam estar perdendo espaço de atuação.**

6.1.5 O fortalecimento profissional

Essa vivência da prática profissional me possibilitou **maior compreensão do meu papel na assistência social e no atendimento às famílias em contexto de vulnerabilidade social**. Assim mesmo entre a **contradição em pertencer e não pertencer a esta política pública**, fui desenvolvendo um **controle em minha fala**, fui buscando um constante **reencontro teórico sustentado em uma nova visão de contexto e mundo**, fui adquirindo uma **perspectiva à minha prática profissional, ganhando consistência e fortalecendo minha atuação**, conseqüentemente **percebendo-me com mais serenidade.**

Nem sempre nesse processo consegui conciliar a realidade do trabalho com a do contexto de vulnerabilidade social vivido pela família. Algumas **vezes direcionei-me ao manejo de técnicas na abordagem à família** para que a mesma superasse seus problemas, sem relacioná-los com as causas macro provocadoras advindas do contexto social.

Considero o **trabalho em equipe como complexo e difícil**, uso de forma bastante evidente uma **polissemia** para explicar o **significado de interdisciplinaridade no percurso**

do trabalho, apresentando interpretações e significados bem diferentes e correlacionados a minha vivência/experiência profissional.

Na abordagem, a famílias pouco discuti as relações hierárquicas existentes e, como profissional, **identifiquei e gerenciei o que é melhor para a família, mesmo verbalizando minha preocupação com o desenvolvimento de autonomia e o não julgamento dessas.**

Mesmo com o **fortalecimento de minha prática** nesse período, tendo encontrado um **espaço que foi regulamentado pela Política Nacional de Assistência Social**, ainda precisarei permanecer numa **busca constante de conhecimento**, numa permanente delimitação de minha atuação na área, numa construção de trabalho com as demais áreas de intervenção na Assistência Social.

Meu processo de construção de identidade está em **contínuo desenvolvimento**, e percebi isso como necessário para a atuação junto a famílias em contexto de vulnerabilidade social, **seus desafios mudam no dia a dia** e a aprendizagem constante para enfrentá-los é premente. Entendi que precisarei compreender melhor a realidade dessas famílias e **enfrentar meus próprios valores diante das diferenças** observadas para uma atuação que promova o desenvolvimento humano. Minha **percepção, enquanto psicólogo, ampliou-se diante desse contexto**, mas ainda está muito arraigada ao que entendia ser psicólogo e minha aceitação de atuação numa área tão distante da aprendida durante a graduação.

6.1.6 A leitura sobre minha formação acadêmica na graduação

Minha **experiência profissional** composta por **desafios, desenvolvimento de habilidades, percepção de lacunas de conhecimento, aquisição de novos conhecimentos e aprofundamentos teóricos, construção de identidade, atribuição de novos significados à minha vida pessoal e profissional, num contexto multifacetado por situações adversas e vulnerabilidade social** permitiu-me uma **releitura do meu processo de formação inicial na graduação, identificando lacunas e déficits**, mas apesar das dificuldades, **observando aspectos positivos que me referendaram nesse novo campo de atuação.**

Esta minha percepção foi demonstrada, desde a **condição de realizar uma leitura diagnóstica da família**, até a concepção da **formação unidirecional** de atuação **desatrelada da realidade** dos trabalhos desenvolvidos na área da Assistência Social. Isso me permitiu perceber a **inconsistência teórico-prática diante da vida profissional**, gerando uma **vulnerabilidade em minha potencialidade de atuação na prática.**

A reflexão sobre essa inconsistência levou-me ao **questionamento da formação acadêmica na graduação**, identificando uma necessidade de sua **revisão** considerando as novas práticas da psicologia e uma **busca constante por aprimoramento** em meus conhecimentos **para utilização adequada junto à área da assistência social**.

7 DISCUSSÃO

Inicialmente foram apresentados os dados que se referem às características sociodemográficas, colhidas com a população da pesquisa. Isso teve o objetivo de mostrar o contexto de formação e prática dos sujeitos, além de contextualizar os resultados encontrados na análise dos dados emergidos durante esse processo.

Para a Teoria Bioecológica de Bronfenbrenner (1996) alguns contextos são mais significativos e influenciam no desenvolvimento do indivíduo e sua identidade profissional, assim como afirma Erikson (1971; 1987).

De acordo com as características sociodemográficas dos participantes, observou-se um grupo com maioria feminina, o que converge com o verificado nos dados de Psicologia, nas pesquisas realizadas pelo Conselho de Classe (1985/1988, 2001 e 2004) sobre a atuação do psicólogo no Brasil (PEREIRA; PEREIRA NETO, 2003). A faixa etária concentra-se entre 38 a 62 anos. Atuam profissionalmente desde a formação acadêmica, com exceção de um participante. A maioria exerceu pequena atividade inicial em consultório particular, e posteriormente apareceram experiências com docência e nas áreas escolar, industrial, hospitalar e com pessoas portadoras de deficiência. Isso demonstra a importância da formação acadêmica para a escolha inicial na atuação clínica conforme Naffah Neto (1989). Apenas um participante iniciou a prática na área da Assistência Social. O tempo médio de experiência na área de Assistência Social é de 15 anos e todos ingressaram por meio de concurso público. No que se refere à instituição formadora é importante ressaltar que são diversas, localizadas em regiões diferentes, o que reforçou nossa discussão quanto à uniformidade de direcionamento do ensino, conforme Dimenstein (2000) discutiu sobre a cultura e modelo pregnante da formação em Psicologia.

Vale lembrar que a população da amostra tem sua formação sob a vigência da Lei 4.119/62, portanto, com a formação clínica claramente delimitada por essa diretriz educacional. Assim, quando se formaram, o SUAS não havia sido implantado e poucos eram os serviços de psicólogos na área de Assistência Social que possibilitavam estágios. Pelos dados obtidos não há condições de avaliar a situação pós-Resolução de 2004, que implantou nova direção ao ensino de Psicologia, merecendo aprofundamento em estudos posteriores.

Abordando o fenômeno central da pesquisa, nele se podem identificar conteúdos relacionados aos apontados por Erikson (1971, 1987) quanto ao desenvolvimento da identidade e identidade profissional, nos aspectos referentes às influências do contexto social e trocas realizadas, escolha profissional, crises e formas de enfrentamento no

desenvolvimento da identidade do psicólogo; para esse autor, na formação da identidade, há uma adaptação mútua entre o indivíduo e o ambiente; o que requer uma concepção de si mesmo, composta de valores, crenças e metas com os quais o indivíduo está solidamente comprometido, bem como, as direções que deseja seguir pela vida.

Alguns ideais profissionais, que envolvem a escolha e identidade do psicólogo e que envolve crenças e influenciam sua visão, podem ser observadas como no relato que se segue: **“Assim isso foi frustrante para mim [subentende-se primeiro contato com área da Assistência Social], também porque tinha um desejo de ter um espaço bonito, gostoso, arejado, um salário bacana, com pessoas bonitas, também assim né, de uma construção elitizada que eu vinha, e acho que isso a formação trouxe muito (...)”**.

Identificaram-se como os microcontextos de formação influenciam nesse processo, conforme discutido em Bronfenbrenner (1996), que defende que a relação que o indivíduo desenvolve com os sistemas ou ambientes nos quais está inserido influencia sua vida e sua trajetória profissional, conforme descrito nos resultados.

Dessa forma, seus valores e crenças pessoais, inclusive familiares, o papel que socialmente é esperado que o psicólogo desempenhe através da sua profissão convergem com o discutido por Erikson (1987), Bronfenbrenner (1996) e Dimenstein (2000), e ainda as trocas/interações que realiza junto a famílias em contexto de vulnerabilidade social, sua capacidade de resiliência para superar as adversidades que encontra na prática profissional independente da sua formação acadêmica, influenciam seu modo de ver o mundo podendo gerar uma revisão de sua formação e busca por novos parâmetros de atuação conforme apontado como necessários por Gomes e Pereira (2005).

De acordo com o que aponta Pinheiro (2004), sua ação com outros profissionais, a política pública de serviços, na qual o psicólogo está inserido, a cultura nacional pela qual é marcado, de acordo com a influência do micro, meso, exo e macro ambiente de Bronfenbrenner (1996), produz e possibilita uma construção de uma atuação profissional peculiar. Essa atuação marca historicamente transformações profissionais, na realidade social e no desenvolvimento humano do psicólogo, segundo preceitos discutidos na formação de identidade profissional de Erikson (1971, 1987) e na Teoria Bioecológica de Bronfenbrenner (1996).

A interferência da cultura enquanto macrosistema marca não só as famílias em contexto de vulnerabilidade social, mas também o psicólogo. Ambos recebem influência dessa cultura e o mesmo acontece nas relações entre os microsistemas que pertencem. A cultura influencia e é influenciada pelos diferentes contextos familiares, escolares,

comunitários em que profissionais e famílias estão inseridos, bem como, a relação de troca é recíproca entre eles, provocando avaliação e profundas alterações nos valores, crenças, modos de pensar o mundo e suas relações e modo de agir.

Assim, pode-se entender que a formação da identidade do psicólogo está relacionada com o conjunto de interações entre esses sistemas, que vão desde o microsistema, cujos valores e crenças iniciais partem prerrogativamente de sua família de origem, mas que, ao longo do tempo e das relações estabelecidas pela vida, vão inserindo trocas com o meso e exossistemas, como: escola, comunidade, contexto das famílias atendidas, política social vigente. Essas trocas aumentam as interações indiretas com o ambiente e pessoas que por meio da comunicação e conhecimento interambiente. Os valores e crenças culturais que são difundidos nessas interações tornam o macrosistema presente e influente nesses valores e crenças iniciais que acabam passando nesse processo por uma mudança e que se transforma num conjunto que expressa ao mesmo tempo micro e macrosistemas, marcando as escolhas de cada um ao longo da vida, bem como sua atuação profissional.

A maneira como acontecem essas interações potencializa a capacidade de desenvolvimento da pessoa e a forma como responde as adversidades que poderá vivenciar no decorrer da vida, esse fator pode ser um facilitador de aspectos resilientes ao ser humano já que influenciam seu modo de interação no mundo e superação de dificuldades, revisão de valores e crenças, novas posturas diante da vida e do próprio mundo de trabalho.

Pode-se pensar ainda que, sob a influência do macrosistema e a sua forma de leitura da vulnerabilidade social e determinação de trabalho interdisciplinar, como a apresentada pela PNAS (BRASIL, 2004a), o psicólogo dimensiona sua atuação junto às famílias.

O profissional formado para atuar como psicólogo tem em seu contexto de formação acadêmica uma direção para o atendimento das situações e das complexidades que se diferenciam do atendimento às famílias em contexto de vulnerabilidade social. O padrão subjetivo de sua formação acadêmica e o modelo médico preestabelecido diferenciavam-se do contexto de vulnerabilidade social (DIMENSTEIN, 2000). Quando se pensa no contexto de formação, observam-se aspectos relevantes para o desenvolvimento da identidade: o conhecimento preestabelecido como suporte aos desafios do trabalho e como forma de facilitar ou dificultar a superação de seus obstáculos a caminho da construção de uma identidade profissional, que, segundo Antoni (2000), constituem-se fatores de risco e facilitadores de desenvolvimento de processos de resiliência.

A resiliência é outro aspecto que nos chama atenção no fenômeno central e pode ser observada na inserção inicial do profissional na área da Assistência Social, quando está

exposto ao risco de perda de identidade, gerado pelos conflitos oferecidos pelo contexto e contato com outros profissionais, conhecimentos, crenças e valores. Portanto, caracterizando processo de crise constituído com experiências, desafios e superação, desencadeando a revisão de prática e formação numa espiral crescente no desenvolvimento profissional, conforme abordado nas reflexões de Pinheiro (2004) e Souza e Cerveny (2006b). Esse desenvolvimento em espiral crescente identificado no processo de resiliência coincide com o processo de construção de identidade, discutido por Erikson (1971; 1987).

Do fenômeno central, adentra-se na discussão das categorias e conceitos emergidos dos dados, tomando a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano como referência para se discutir os ambientes influenciadores do desenvolvimento da identidade profissional do Psicólogo “X”.

Assim, no que se refere ao contexto da formação inicial conforme reflexão de Dimenstein (2000), Naffah Neto (1989), Cambaúva, Silva e Ferreira (1998), More et al. (2004), Silva, Oliveira e Franco (1998), Lima (2005) e Martin-Baró (1997), a formação do Psicólogo “X” evidenciou o direcionamento clínico, uma formação unidirecional, com concepções preestabelecidas e hegemonização de atuação que é representada e executada pelo profissional iniciante num contexto desconhecido e inadequado aos seus conhecimentos básicos de atuação. Isso fez com que, no começo de sua prática o profissional, tentasse ser o psicólogo que aprendeu e valoriza, procurando efetivar conhecimentos e estratégias preparadas para um espaço muito diferente do recém ocupado na Assistência Social.

As concepções que norteiam a formação inicial do psicólogo “X” vão ao encontro do apontado por Bock (1999) que caracterizou a atuação profissional (clínica) como uma prática elitista, limitada, pouco diversificada, que atende a interesses específicos de uma camada da sociedade, na forma como se dá essa formação e a representação da profissão.

Os profissionais iniciantes, conforme apontou Dimenstein (2000), com base num modelo clínico e subjetivo, reproduzem, na Assistência Social, seu aprendizado acadêmico, sem uma articulação da imagem de si como profissional e as necessidades do contexto, sem romper com o modelo preestabelecido. Isso diverge da necessidade apontada por Martin-Baró (1997) para a prática com uma população em vulnerabilidade, por esta estar à margem dos preceitos da classe dominante.

Ao ingressar na área da Assistência Social, o Psicólogo “X” tem a expectativa que corrobora com as ideias de Naffah Neto (1989) de ocupar um espaço da Saúde, o que não se concretiza com o direcionamento para a Assistência Social e o trabalho com famílias em vulnerabilidade social. No desenvolvimento de sua identidade profissional, repete

inicialmente a forma de atendimento que conhece, ou seja, o atendimento individual clínico, tentando os enquadres terapêuticos aprendidos. Quando começa a se deparar com dificuldades, iniciam-se seus questionamentos sobre o lugar que ocupa nessa prática e os significados que a mesma tem para sua percepção de mundo, isso o leva à busca de formas alternativas de atuação e atribuição de novos significados, na tentativa de novo sentido ao seu papel profissional. Aspectos relacionados à resiliência (PINHEIRO, 2004; SOUZA; CERVENY, 2006b), Teoria Bioecológica (Bronfenbrenner, 1996) e de desenvolvimento de identidade (Erikson, 1971, 1987) podem ser percebidos nesse processo.

É possível a verificação desse conflito no questionamento retratado por um dos participantes: **“Quando eu pego esse menino e ele quer conversar comigo no jardim, eu tô fazendo Psicologia? Mas não tinha que estar dentro de um consultório, dentro de um enquadre e esse menino quer conversar comigo lá, isso é Psicologia?”**

Esse processo inicial e os confrontos realidade *versus* identidade pessoal e social configuram-se um verdadeiro choque de realidade, que fazem o profissional repensar todo seu modo de ver a vida e o trabalho, caracterizando-se por uma crise de identidade, conforme apontado por Erikson (1971; 1987) e que é superada após o aprimoramento e experiência no desenvolvimento da prática, tornando sua visão de mundo diferente da inicial com ações mais serenas, menos conflituosas e angustiantes.

Essas experiências iniciais geram desafios porque levam o profissional a perceber deficiências de sua formação para atuação num espaço tão diferenciado e sentimentos diversos desde angústia, incapacidade, deslocamento, frustração com o próprio trabalho, para com o contexto de vulnerabilidade e a população atendida.

Nesse momento de crise, o contato com outras áreas de saber e a atuação com outros profissionais, aspectos não trabalhados durante a formação acadêmica, são geradores de tensões e dúvidas nas relações e ações entre os trabalhadores, que, se superadas, produzem avanços no atendimento à família, no trabalho em equipe e na construção da identidade, conceitos estes discutidos por Pinheiro (2004) e Souza e Cerveny (2006b), no que tange à resiliência; Erikson (1971; 1987) enquanto construção de identidade; e Bronfenbrenner (1996), quanto aos microambientes que interferem no desenvolvimento humano.

A dificuldade de atuação com um profissional de outra especificidade e conhecimento traz fatores de risco, tais como medo pela perda da identidade, conflitos com o diferente e desconhecido, inexistência de um terceiro apoiador e outros, que possibilitam a esse profissional a proximidade com o processo de resiliência, à medida que seu surgimento permite a superação de obstáculos (ANTONI, 2000).

Segundo o pensamento de Pinheiro (2004), entende-se que essas adversidades do mundo do trabalho fazem emergir estratégias de enfrentamento e superação, demonstradas pelo Psicólogo “X”, pela busca de novas formas de atuação prática, de aprofundamento em conhecimentos da Psicologia, conhecimentos voltados às necessidades da área da Assistência Social e contexto de vulnerabilidade, bem como, políticas públicas. Essa busca somente ocorre, devido a um projeto de vida, que prioriza o desenvolvimento de uma identidade profissional, conforme discute Erikson (1987).

O rompimento que existe entre como o profissional percebe seu papel e o que identifica, como necessário na assistência, não o faz sentir-se respaldado nas realizações e potencialidades do seu grupo profissional-psicólogos, pois contradiz a imagem construída e divulgada pela Psicologia, de acordo com o que retrata Chamon (2003), e reafirmado pelo contexto de formação, apresentado por Dimenstein (2000). O que pode ser exemplificado com a seguinte fala de um participante: “[...] **fazer Psicologia era seguir o modelo médico. Então quem fazia Psicologia era o pessoal da Saúde** [subentende-se: da Assistência Social não].”

As significações que vão sendo produzidas no decorrer do processo envolvem aquisições de conhecimentos novos e adequações dos já conhecidos, construção de uma nova identidade profissional e aquisição de uma experiência multiprofissional, numa diferenciação profissional.

Dentre as novas significações emergidas pela atuação profissional a mudança da visão de contexto, impregnada pela cultura e valores profissionais trazidos da formação acadêmica, possibilitou ao profissional uma revisão que o marca pessoal e profissionalmente, o que se alinha com o discutido por Erikson (1971, 1987), reafirmado por Rosa (1990), ao tratar da interligação entre identidade psicológica e profissional. Assim, a forma do profissional ver o mundo antes deste trabalho, caracteriza-se por sua própria história de vida, bem como pela maneira como trabalha com suas crises e o que o levou a escolha de determinada profissão (ROSA, 1990).

A partir do trabalho na Assistência Social, o contato dos profissionais com o contexto de vulnerabilidade social e com as famílias atendidas na área da Assistência Social, os psicólogos reveem seu modo de ver a realidade, a ideia que tinham sobre violência e inclusive o modo como veem a família, gerando novas formas de ler a situação, novas formas de abordagem e de pensar o mundo e a própria vida. Tais mudanças não foram observadas como um rompimento com a ideologia vigente, mas como uma ampliação da leitura profissional frente à família em contexto de vulnerabilidade social atendida.

Como observado através dos dados sociodemográficos da amostra, as características pessoais apresentadas divergem muito das da demanda atendida, o que faz o profissional repensar seus próprios valores e abordagem no atendimento às famílias e efetivar o proposto por Gomes e Pereira (2005). Isso faz com que os profissionais vivam conflitos sobre o olhar da família.

Embora estes profissionais em seus relatos afirmem que não sofrem influências das famílias, fica claro como isso ocorre nos resultados obtidos. Exemplifica-se na fala de um participante: **“Na minha vida pessoal não [subentende-se não mudei], eu só comecei a perceber outros mundos, antes deu entrar aqui eu não tinha noção de quanta violência existia, a gente não via muito na televisão, depois que eu entrei aqui parece que eu já comecei a ver a televisão de outra forma também, mas o choque de ver outra situação pra mim foi difícil no começo, mas na minha vida pessoal não mudou nada”**.

Essa dificuldade dos participantes em perceber a influência que sofrem das famílias nos faz levantar hipóteses causais como resistência pessoal, choque de valores, manter um paradigma profissional da neutralidade do psicólogo, manter seu papel de “cuidador” da família, inexistência de uma mudança de crença e valores e outros. Tais hipóteses podem ser investigadas em estudos posteriores.

Ainda se pode inferir que tanto as características da população demandatária da Assistência Social, como as características dos profissionais se relacionam e se influenciam reciprocamente, em que a ação do profissional objetiva a mudança no processo vivido pela família, mas que neste processo o mesmo sofre mudanças pela experiência vivida com a família e pela inserção no contexto de vulnerabilidade social, lembrando Bronfenbrenner (1996), na sua visão de mundo e de homem, que sofre alterações durante seu processo de construção de identidade.

Cabe aqui discutir sobre o trabalho e relação com outros profissionais e sua interferência na construção da identidade profissional. Como observado anteriormente, é o espaço profissional que gera tensões e conflitos, mas também é propulsor de diferenciação, como discutem Pinheiro (2004), Bronfenbrenner (1996) e Erikson (1971; 1987). As experiências demonstram variação entre os aspectos positivos e negativos, que se explicam pela relação de proximidade, disputa por espaço, conceitos preestabelecidos para atuação do profissional. Marcante é que a presença de um profissional de diferente área de saber traz insegurança e questionamentos sobre o conhecimento do psicólogo que atua na Assistência Social, levando-o a busca de respostas a si mesmo e ao outro, de acordo com Erickson (1987).

Os relatos demonstram ações em equipe, que, embora a Política Nacional de

Assistência Social (2004) denomine como interdisciplinares na prática, não se configuram como tal. Poucos conseguem a postura interdisciplinar explicitada por Aspesi, Dessen e Chagas (2005), podendo ser observadas nas tentativas de articulação com a rede de serviços, discussões ampliadas sobre as famílias, não avançando quanto ao atendimento direto às mesmas que continuam sendo destacados mediante grau de complexidade. Para exemplificar, observam-se as falas dos participantes sobre o trabalho: **“Então a gente tem discutido o seguinte: olha nós temos que trabalhar junto, porque a situação é grave então você vai dar sua contribuição eu vou dar contribuição também, e atender situações não é isto.”** e **“[...] numa situação de família onde a complexidade do caso é uma gravidade muito grande convoca-se o psicólogo”**.

A visão dos profissionais está em desacordo com as ideias de Eidelwein (2007) à medida que existe uma forte tendência de separação de conhecimentos profissionais ao invés da sua integração e renovação de saberes. Não existem, como característica significativa da amostra, convergência e intercâmbio entre as disciplinas que se configuram como fazer e pensar interdisciplinar, de acordo com Fortes (2009).

É importante pensar conforme Fazenda et al (2009), para os quais o movimento da interdisciplinaridade acontece na prática e não depende exclusivamente da formação acadêmica. Essa pode ser facilitadora, mas, o dia a dia, a transformação de crenças, valores e modos de agir, o estabelecimento das parcerias são essenciais para a sua concretização. Assim os psicólogos verbalizam quanto à atuação: **“Nesses dez anos tive que buscar formação (...); (...) foi construindo (...) a gente fez muito, mas intuitivamente; (...) atualizando conceitos porque os conceitos dizem muito do que você acredita para sua atuação.”**

No grupo pesquisado, percebem-se aspectos desse movimento, na tentativa de estabelecer novos diálogos entre os profissionais, mas que acontece de forma rudimentar e num vai e vem com o posicionamento disciplinar tradicional, com confusões geradas pela não compreensão do espaço interdisciplinar. Para mostrar tal contradição há, nas entrevistas, falas direcionadas a interdisciplinaridade: **“(...) a gente pega nos fundamentos para todas as profissões, questões de ética (...); (...) dentro desse contexto de vulnerabilidade são muitas as necessidades das famílias, uma área só não vai dar conta, então, na realidade, é uma união de esforços”,** e outras sobre suas dificuldades: **“A dificuldade é assim (...) tentar igualar psicólogo e assistente social, e nós não somos iguais (...) é como se todo mundo fizesse tudo igual (...)”**.

Outro aspecto que leva a reflexão é o entendimento diferenciado que cada profissional tem sobre o significado da interdisciplinaridade. Lenoir (2005-2006) discute tal polissemia.

Os relatos variam entre atuações em conjunto, discussões em equipe e articulação de rede, grupo específicos da Psicologia, como respaldo ao Serviço Social, referências diferenciadas para cada situação da família e família mais complexas direcionadas à Psicologia. Indistintamente essas ações são tratadas como interdisciplinares, diferenciando do conceito tratado por Fazenda (2002) e Fazenda et al. (2009).

Ressalta-se também que, na discussão, os profissionais retratam a interdisciplinaridade como importante forma de atender integralmente a família na solução de problemas globais, como afirma Fazenda (2008), mas na prática as ações encontram-se estanques, aparentemente no início do modelo discutido por Pombo (2003) do *continuum* em que se encontram os conceitos de pluri ou multi, inter e transdisciplinar.

Vale lembrar que na discussão sobre o processo de construção de identidade profissional do psicólogo, observa-se, na população da amostra, uma lacuna durante a formação acadêmica quanto ao trabalho interdisciplinar, em que esta experiência inicial pode ser um facilitador ao profissional. Entretanto não é considerado fator preponderante, já que a aprendizagem não acontece apenas durante sua formação acadêmica, envolvendo inclusive aspectos anteriores ao seu ingresso na graduação. Conforme discute Fazenda (2002), interdisciplinaridade se desenvolve na vivência, na prática, num movimento constante e envolvido com o cotidiano do trabalho.

Pensando no discutido por Fazenda (2005-2006), a ação interdisciplinar na área da Assistência Social pode possibilitar conhecimento traduzido por ações que levam a quebra de valores e crenças, tanto dos profissionais como das famílias atendidas, facilitando a formação de um contexto de trabalho que possibilite a profissionais e famílias novas construções sobre o contexto vivenciado e a busca de alternativas para o seu desenvolvimento e superação de adversidades.

Verificou-se também que, entre os profissionais, a dificuldade na leitura ampliada da relação entre os processos globais da sociedade e a desigualdade social e vulnerabilidades vivenciadas pela família, de acordo com o discutido por Gomes e Pereira (2005), Vignolli (2006), Lavinias e Nicoll (2006), Munoz, Sanches e Bertollozzi (2007). Marandola Jr e Hogan (HOGAN; MARANDOLA JR., 2006; MARANDOLA JR.; HOGAN, 2006), apresentam o componente social permeando todos os processos e dinâmicas representantes da vulnerabilidade. Os profissionais, por sua vez, retratam a vulnerabilidade decorrente de uma dimensão multicausal em que as famílias apresentam diversos fatores considerados de risco, dificuldades relacionadas a questões socioeconômicas e culturais e uma dimensão sujeita ao julgamento de valores pelo profissional, o que implica vigilância sobre suas próprias ações

para garantir imparcialidade no trato com a família, vivenciando, assim, grandes conflitos.

De um modo geral, a visão dos profissionais vai ao encontro do discutido pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS (BRASIL, 2004a) e Vignolli (2006) sobre o contexto de vulnerabilidade, porém apresenta dificuldades na efetivação do atendimento à família sob os requisitos apresentados por Gomes e Pereira (2005), tendo como consequência a culpabilização da família, conforme aponta Yamamoto (1987). No que tange ao aspecto histórico-político, observa-se uma ampliação da compreensão do profissional sobre o contexto em que está situado, que não é, necessariamente, transformado em ações voltadas à população como discutido anteriormente. Esse macrossistema pode exercer influência sobre as ações, porém observa-se que as influências do micro e mesossistema predominam em sua concepção de mundo nos atendimentos à família.

O macrossistema, marcado pela reestruturação produtiva do trabalho, não influencia apenas as famílias e o contexto de vulnerabilidade social ao qual estão inseridas; as relações de desigualdade, desemprego e perdas que permeiam ainda influenciam as escolhas dos profissionais. Formados para atuação clínica e valores da classe ao qual pertencem, também sofrem as consequências do desemprego e das dificuldades quanto ao mercado de trabalho e buscam, por meio do concurso público, amenizar essas dificuldades, estabilizar-se no trabalho, mostrando outro aspecto que permeia as relações entre macro e microsistema, ou seja, a estabilidade econômica valor que perpassa os sistemas.

Assim, as escolhas de atuação na área da Assistência Social não são necessariamente marcadas pelo interesse vocacional que, a princípio, leva à formação acadêmica, mas pela estabilidade que o emprego público oferece, o que mostra a interferência de outros valores e crenças ligadas ao micro e macrossistemas.

Durante o desenvolvimento desse processo, foram e são constantes os questionamentos pessoais e da equipe sobre o que constitui o trabalho do profissional da Psicologia na Assistência Social, mas nesse percurso, com experiência/prática, novos conhecimentos, novas relações profissionais, contatos com ambientes diferenciados, o profissional conseguiu compreender seu papel na Assistência Social, mudando sua forma de atuação com vistas ao atendimento à família e equipe, sua visão de mundo, adquirindo consistência e fortalecimento na sua atuação e assim percebendo esta realidade com mais serenidade e compreendendo melhor sua inserção.

Assim, houve a identificação de uma preponderância de aspectos positivos que o levaram a desenvolver sua identidade profissional na área da Assistência Social, segundo preceitos discutidos por Erikson (1971; 1987).

O fortalecimento da prática do Psicólogo “X” permitiu uma revisão do papel da formação acadêmica, identificando aspectos positivos, tais como: o modo subjetivo de entenderem a família; professores como modelo de atuação. E também aspectos negativos que contribuíram ou dificultaram para a construção da identidade profissional, tais como: a inconsistência teórico-prática e o desconhecimento da realidade, que refletiu em sua vida profissional, vulnerabilizando-o.

Isso o levou ao questionamento da prática e suas novas inserções, reforçando o apontado por Dimenstein (2000) quanto ao caráter hegemônico da formação de Psicologia e sobre os padrões preestabelecidos que os psicólogos utilizam na prática com famílias. Apesar da Resolução CNE/CES nº8/2004 (BRASIL, 2004b) possibilitar flexibilidade na formação; as afirmações de Freitas (1998) e Silva, Oliveira e Franco (1998) que a Psicologia foi chamada a ocupar novos espaços, verifica-se que, no caso dos profissionais participantes, a formação não atendeu a esses chamados, mantendo-se direcionada a uma área específica, corroborando dados das pesquisas do Conselho de Classe encontrados em WHO/CFP (2001), Pereira e Pereira Neto (2003) e IBOPE/CFP (2004). Essa constatação levou esses profissionais a perceberem a necessidade contínua de formação para atuação na área da Assistência Social junto à demanda de famílias em contexto de vulnerabilidade social.

Assim, como o apontado por Erikson (1971, 1987), que converge com as ideias de Pinheiro (2004) e Souza e Cerveny (2006b), apoiados por Bronfenbrenner (1996) e Martins e Szymanski (2004), pode se observar como se deu o processo de construção de identidade do Psicólogo “X”, na interação entre os ambientes mediado por influências recíprocas, superação de crises por adversidades, conflitos, obstáculos, relações pessoais e profissionais, ressignificações e a identificação da necessidade de uma formação contínua.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo foram delimitadas as relações de microambiente circunscritas as relações de trabalho e formação acadêmica, não sendo investigado o microambiente pessoal/familiar do psicólogo. Ainda, não se avaliou como o psicólogo vê o potencial das famílias em contexto de vulnerabilidade social e seu processo de resiliência, como ele percebe seu desenvolvimento humano e como está planejando sua atuação junto ao seu processo de identidade em reconstrução. Todos esses são dados podem ser explorados em pesquisas posteriores.

No memorial circunstancial foi apresentado o resultado sintetizado das entrevistas realizadas com o grupo de psicólogos pesquisado.

Foi possível descrever, com o auxílio dos dados emergidos das entrevistas, o processo de desenvolvimento da identidade dos psicólogos que atuam na área da Assistência Social com famílias em contexto de vulnerabilidade social. Identificou-se também que as dificuldades, desafios, obstáculos, reflexões, enfrentamentos, significações e prática acontecem simultaneamente no estabelecimento de sua identidade profissional.

A formação acadêmica da população da amostra, graduados antes da Resolução nº 8 de 2004 (BRASIL, 200b), influenciou a atuação numa perspectiva de atendimento individualizado e leitura subjetiva das famílias atendidas, não oferecendo instrumento para o trabalho na área da Assistência Social, nem viabilizando estratégias e instrumentalização para a prática, trabalho em equipe, visão de contexto e conhecimentos necessários para atuação junto a famílias em vulnerabilidade social. Nesse sentido, essa realidade enfraquece o desenvolvimento de novas práticas profissionais ao privilegiar uma área de atuação como o observado nos resultados da pesquisa. Assim, torna-se necessária uma revisão dessa formação acadêmica, visando o conhecimento teórico e prático para atuação nesse contexto de adversidades apresentados pela Assistência Social.

Ao estabelecer uma diretriz unidirecional para a formação, as instituições de ensino dificultam a própria condição do profissional de pensar em outras formas de atuação pela forte vinculação com os preceitos estabelecidos e que, portanto tornam-se obstáculos ao seu rompimento e ampliação para o surgimento de uma nova construção identitária.

Assim, faz-se necessário a reafirmação de nossa estranheza na aparente imutabilidade apresentada na formação acadêmica, fixada em conceitos predefinidos sobre a identidade e o papel do psicólogo e seu não direcionamento as novas demandas que a Psicologia vem sendo chamada a desenvolver. Fator esse que merece amplo estudo e discussão, bem como o estabelecimento de diretrizes que possam aproximar a formação acadêmica à realidade atual

dos profissionais chamados ao campo de atuação em políticas públicas.

A manutenção de uma caracterização estereotipada de atuação pode ser observada na preservação da formação acadêmica com valorização do modelo restrito, elitista e individualizado praticado pelas instituições formadoras.

Os profissionais, como mostram as pesquisas realizadas pelo Conselho de Classe até 2004 (WHO/CFP, 2001; IBOPE/CFP, 2004), em sua grande maioria, formam-se para a atuação no campo da saúde e nele direcionam-se, inicialmente, à prática clínica, conforme também observado nos dados sociodemográficos da amostra desta pesquisa. As novas Diretrizes Curriculares Nacionais, discutidas na Resolução nº 8/2004 do CNE/CES (BRASIL, 2004b), mesmo permitindo e estimulando o desenvolvimento de novos campos de atuação e contemplando outras áreas e não apenas a da saúde, parece apresentar dificuldade para tal ampliação da formação.

Reforçando esse aspecto, foi possível constatar que, no momento da coleta de dados, apenas um serviço da área da Assistência Social possuía estagiário de Psicologia, o que mostra que a atuação de estagiários, na prática da Assistência Social, ainda é muito insipiente, com pequena procura em nível de formação acadêmica, embora as novas diretrizes curriculares prevejam a inserção em campos inovadores emergentes, como o da própria Assistência Social.

Isto traz um forte obstáculo à reconstrução dessa identidade do psicólogo pelos valores trazidos e valorizados socialmente, que o fizeram escolher pelo curso de Psicologia, essa interação ocorre de forma tão intensa que leva o profissional a sofrer um choque cultural que desencadeia toda uma busca de respostas e mudanças de valores e que permeia toda sua história profissional. No entanto, isso também faz o psicólogo manter-se em alerta para que seus valores pessoais não interfiram na qualidade de atendimento a demanda e possa, de fato respeitar e valorizar a cultura das famílias, e, a partir daí, produzir novas construções que as levem ao desenvolvimento social e humano.

Assim, pode-se observar que são grandes as interferências, na formação da identidade do psicólogo, do contexto de vulnerabilidade social e da relação com a família atendida. E essas interferências o levam a uma reflexão da sua prática e vida, concepção profissional, visão de mundo e de homem, sua inserção no contexto, ampliando sua visão da realidade em que está incluído. Sendo perceptível uma mudança no seu modo de perceber a família e na forma de trazê-la ao atendimento diferente do apreendido durante a sua formação acadêmica. Apesar dessa identificação, há uma resistência do profissional em perceber a influência da família no seu modo de ver o mundo e as interações existentes na construção de sua

identidade cujos fatores podem ser diversos como a própria resistência pessoal, choque de valores, paradigma profissional da neutralidade do psicólogo, seu papel de “cuidador” da família, processo de resiliência, defesas internas para atuar neste contexto, diferença e diferença cultural existente e outros, que merecem dedicação em futuras pesquisas para respostas mais aprofundadas.

Outra constatação é a de que a influência de um profissional de outra área interfere na sua construção identitária à medida que, pela diferenciação de papel e espaço, o ajuda a delimitar o que não lhe pertence e assim auxiliando na construção do seu pertencimento e identidade. A troca de experiência e articulação entre saberes acrescenta suas significações pessoais e profissionais e fomenta reflexão na construção de uma nova prática e identidade profissional. Há que se lembrar que não é possível afirmar que a relação estabelecida se caracteriza como interdisciplinar, estando mais voltada para a multidisciplinaridade, mas é fato que é importante na formação da identidade do psicólogo na área da Assistência Social.

Essa atuação apresenta momentos interdisciplinares tênues que podem ser caracterizados por ações voltadas à articulação e discussão de rede sobre ao atendimento à família, mas, no âmbito de cada serviço, a atuação é majoritariamente multidisciplinar, em que cada área delimita seu papel e atuação sem articulação ou planejamento conjunto sobre as metas para o atendimento.

Dessa forma chega-se a conclusão de que a interdisciplinaridade exerce influência na construção de identidade do profissional, permeando relações de limites e trocas, disputa por espaço, reforço do esperado para atuação do profissional, questionamentos, tentativas de conciliação de conhecimentos e ações junto às famílias. O psicólogo inicialmente atua de forma disciplinar, delimitando seu espaço, mas ao mesmo tempo faz tentativas de interdisciplinaridade, que não avançam, permanecendo no início do *continuum* entre multidisciplinaridade e transdisciplinaridade.

Observa-se também que a interdisciplinaridade aparece em dois níveis: o primeiro, marcado pela política que a retrata, enquanto composição de equipe e dos profissionais participantes, e o segundo, marcado pela compreensão que cada profissional tem sobre o conceito, fazendo surgir diversas interpretações e atuações que no geral tem iniciativas interdisciplinares, mas configurando-se como multidisciplinares.

Vale ressaltar que no contexto da construção da Política Nacional de Assistência Social, quando as diretrizes foram pensadas, não se traduziu de imediato num tipo de psicólogo ou características específicas que os profissionais precisavam ter para a atuação, mas sim nas necessidades globais que as famílias precisavam ser atendidas, considerando o

Brasil como um todo. Dessa forma, as normas de operacionalização, que foram subsequentes a criação da política, vêm construindo aos poucos o papel e características dos profissionais que atuam nos variados níveis do seu contexto, apoiadas pelas discussões das categorias profissionais previstas em sua regulamentação.

Assim, é possível informar que a identidade profissional do psicólogo que atua junto a famílias em vulnerabilidade social ocorre num processo de desenvolvimento em espiral crescente, através do tempo; inicia-se na formação acadêmica colocada em “xeque” pela prática na Assistência Social, que gera crises de valores, conceitos e conhecimentos levando a ressignificações e a reconstrução da identidade profissional, que o leva a uma revisão da formação e constatação de uma necessidade de formação continuada.

São muitos os desafios encontrados na prática profissional do psicólogo que atua com famílias em contextos de vulnerabilidade social, dentre eles a insuficiência de conhecimentos específicos e afins, o rompimento com o modelo profissional apreendido, o desconhecimento do macrocontexto da Política Nacional ao qual está inserido, dificuldades de atuação com profissionais de outras áreas em equipe, a vulnerabilidade social vivenciada pela família, diferença de sua realidade e de seus valores pessoais e culturais em relação às famílias atendidas e percepção de não pertencimento a área da Assistência Social. Ao enfrentar esses obstáculos o profissional caminha em direção a construção de sua identidade profissional.

Dentre os recursos que o profissional desenvolve destacam-se: aquisição de novos conhecimentos, busca por formação contínua, desenvolvimento de trabalho e integração com equipe, revisão de valores pessoais e culturais, superação de deficiências teóricas e práticas, construção de um trabalho para desenvolvimento humano da família, superação dos paradigmas pessoais e profissionais, novas concepções teóricas e compreensão da vulnerabilidade social.

Pode-se considerar que o psicólogo, dirigido para outras práticas, no caso, a Assistência Social, realiza um processo de desenvolvimento/reconstrução de sua identidade profissional, superando o paradigma de atuação clínica, estabelecido pelas instituições formadoras em Psicologia e reafirmado pela sociedade, desenvolve novas formas de atuação e apreende a necessidade de uma formação continuada decorrente dos estímulos do próprio contexto de vulnerabilidade social complexo e do macroambiente da Política Nacional de Assistência Social.

Pode-se observar a intensa interação e reciprocidade entre os ambientes na constituição desta nova identidade. O profissional que adentra a área da assistência realiza uma mudança de visão de seu modelo pessoal de ver o mundo e de atuar, na troca com as

famílias, no contato com profissionais de outras áreas e as reflexões e questionamentos que estes contextos possibilitam, assim como contribui para o desenvolvimento dessas famílias e na forma de desenvolver trabalhos na área que são considerados importantes pelo contexto e trabalho.

Dessa forma, os profissionais conseguem nesse processo de revisão e crescimento, permeado por buscas teóricas e construção de novas estratégias de atuação sair do modelo estereotipado para a Psicologia, apesar das dificuldades que encontra nessa trajetória.

Pelo observado nos resultados, é fundamental que as instituições formadoras revejam seu modelo e invistam na aproximação as novas práticas, conforme propõe Resolução nº 8/2004 do CNE/CES (BRASIL, 2004b), possibilitando, além de conhecimento, vivências *in loco* pelos profissionais em formação nesses campos.

A diversidade de formas e estratégias de atuação durante a formação acadêmica devem ser as mais amplas possíveis e favorecedoras dessa atuação profissional, instrumentalizando para o trabalho em equipe e formando para a superação de obstáculos. O psicólogo precisa ter todas as condições de atendimento individual, familiar, grupal, e a utilizar as mais diversas estratégias possíveis desde grupos, visitas domiciliares e outros que se fizerem necessários, enfim possibilitando a formação de profissionais criativos e abertos a busca e mudança constante.

Deve-se repensar o modelo subjetivo da Psicologia, incluir o contexto de vulnerabilidade social nas discussões, ampliar seu olhar para além do foco individual, incluir e aprofundar a questão da defesa de direitos, enfim rever a visão de mundo atualizando-a com as mudanças ocorridas na sociedade.

O preparo para o trabalho em equipe é fundamental, assim o exercício e treino para trabalho com outros profissionais tais como atendimentos conjuntos, coordenação de grupos, discussões, articulações e outros devem ser incentivados na formação como facilitador das relações estabelecidas futuramente no desenvolvimento da prática profissional.

Quanto mais a formação acadêmica possibilitar diversidade de conteúdos e experiências diversificadas em locais e com profissionais de outras áreas que imponham aos alunos reflexões diferenciadas sobre a prática, maior será favorecido o desenvolvimento de características necessárias ao processo de resiliência, que influencia no fortalecimento de busca por superação e enfrentamento de dificuldades.

São poucas as contribuições na área científica de pesquisas voltadas ao profissional como esta e, no que tange a este estudo, entende-se que as contribuições ao processo de formação se dá em dois sentidos, no micro e macros espaços. O primeiro dirige-se a divulgação

nos microambientes dos resultados da pesquisa, que podem se concretizar em apresentações para estudantes, grupos de discussão sobre atuação do psicólogo, mostras de trabalhos científicos e outros. O segundo está direcionado à divulgação dos resultados em macroambientes, que podem se caracterizar por divulgação em congressos, conferências, seminários e produções científicas de âmbito nacional, como contribuição a visualização de necessidades que devem ser abordadas pelos órgãos de regulamentação da formação em Psicologia, no contexto nacional.

Dessa forma, o desprendimento de valores pessoais e da própria formação, a relação interdisciplinar e a compreensão do contexto em que o trabalho é desenvolvido mostram-se fundamentais na construção da identidade do profissional psicólogo que trabalha com famílias em contexto de vulnerabilidade social.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, S. História da Psicologia no Brasil – origens nacionais. Parte IV - Jogos de verdade e saberes psi. In: JACÓ-VILELA; A. M.; JABUR, F.; RODRIGUES, H. de B. C. (org.) *Clio-Psyché: história da psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, 1999. p. 237-246. Disponível em: <<http://www.cliopsyche.uerj.br/livros/clio1/historiadapsicologia.htm>>. Acesso em 20 mar. 2011.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas ciências sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.
- ANTONI, C. D. *Vulnerabilidade e resiliência familiar na visão de adolescentes maltratadas*. 2000. 179f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2000.
- ANTONI, C. D.; KOLLER, S. H. O psicólogo ecológico no contexto institucional: uma experiência com meninas vítimas de violência. *Psicol. cienc. Prof.* [online]. Brasília, vol.21, n.1, p. 14-29, 2001. Versão impresa 1414-9893. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932001000100003&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 20 mar. 2011.
- ASPESI, C. C. ; DESSEN, M. A. ; CHAGAS, J. F. A ciência do desenvolvimento humano: uma perspectiva interdisciplinar. In: DESSEN, M. A.; COSTA JUNIOR, A. L. *A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras*. Porto alegre: Artmed, 2005. p.19-36.
- AZNAR-FARIAS, M., SILVARES, E. F. M. ; SCHOEN-FERREIRA, T. H. A construção da identidade em adolescentes: um estudo exploratório. *Estudos de Psicologia*, v.8, n. 1, p.107-115, 2003.
- BAUER, M. A. L.; MESQUITA, Z. As concepções de identidade e as relações entre indivíduos e organizações: um olhar sobre a realidade da agricultura ecológica. *RAC Eletrônica*, v. 1, n. 1, art. 2, p. 16-30, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/rac-e>>. Acesso em: 20 mar. 2011.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política Social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2006.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BILAC, E. D. Gênero, vulnerabilidade das famílias e capital social: algumas reflexões. In: CUNHA, J. M. P. (org.). *Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: Unicamp/Nepo, 2006.

BOCK, A. A psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. *Estudos em Psicologia*, Natal, v.4, n. 2, p-315-239, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v4n2/a08v4n2.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2011

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 mar. 2011

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES 8/2004 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. *D. O. U.*, Brasília, Seção 1, p. 16, 18 de maio de 2004b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces08_04.pdf>. Acesso em 20 mar. 2011.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. *Capacitação para implementação do Sistema Único e Assistência Social – SUAS – e do Programa Bolsa Família – PBF*. / Coordenação Geral: Tereza Cristina Barwick Baratta ... [et al.]. – Rio de Janeiro: IBAM / Unicarioca; Brasília: MDS, 2008. 484 p.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. *Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social /NOB- SUAS*. Brasília: SNAS/CNAS, 2005.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS*. Brasília: SNAS/CNAS, 2006.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. *Política Nacional de Assistência Social/PNAS*. Brasília: SNAS/CNAS, 2004a. <<http://www.sedest.df.gov.br/sites/300/382/00000877.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2011.

_____. Presidência da República. *Lei nº 4.119/62*. Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicólogo. Brasília, 27 de agosto de 1962. [Regulamentada pelo Decreto nº 53464, de 21 de janeiro de 1964.]

_____. Presidência da República. *Lei nº 5766/71*, de dezembro de 1971. Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências. Brasília, *D. O. U.*, 20 dez. 1971.

_____. Presidência da República. *Lei nº 6.683*, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. Brasília, *D. O. U.*, de 28 de agosto de 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm>. Acesso em 20 mar. 2011.

_____. Presidência da República. *Lei nº 8.069*, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, *D.O.U.* 16.7.1990 [retificado no D.O.U. de 27.9.1990].

_____. Presidência da República. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, *D. O. U.*, de 8 dez. 1993, p. 18769. [Lei Orgânica da Assistência Social/LOAS. Atualizada pela Lei nº 9.720, de 30 de novembro de 1998; Medida Provisória nº 1.799-5, de 13 de maio de 1999 e Decreto nº 2.298, de 12 de agosto de 1997.]

BRONFENBRENNER, U. *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados.*/ Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CAMBAÚVA, L. G.; SILVA, L. C.; FERREIRA, W. Reflexões sobre o estudo da História da Psicologia. *Estudos de Psicologia*, Natal, v.3, n.2, p.207-227, 1998.

CFESS/CRP. *Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social.* Brasília: Conselho Federal de Serviço Social. Conselho Regional de Psicologia, 2007.

CHAMON, E. M. Q.O. (org). *Gestão de organizações públicas e privadas: uma abordagem interdisciplinar.* Rio de Janeiro: Brasport, 2007.

CHAMON, E. M. Q.O. *Formação e (re)construção identitária: estudo das memórias de professores do ensino básico inscritos em um programa de formação continuada.* 2003. Tese (PhD em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas/SP, 2003.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. Universidade do Minho. *Redalyc. Revista Portuguesa de Educação*, Braga (Portugal), v. 16, n.2, p.221-236, 2003.

CIAMPA, A. C. Identidade. In: LANE, S. T. M., CODO, W. (org.) *Psicologia Social: o homem em movimento.* 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CODO, W. Relações de trabalho e transformação social. In: LANE, S. T. M., CODO, W. (org.) *Psicologia Social: o homem em movimento.* 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COLE, M. Prefácio. In: BRONFENBRENNER, U. *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados.*/ Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

COUTINHO, M. C.; KRAWULSKI, E. e SOARES, D. H. P. Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre, v. 19, n. spe, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000400006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 mar. 2011. [<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822007000400006>.>]

DIMENSTEIN, M. A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. *Estud. psicol.*, Natal, v. 5, n. 1, p. 95-121, jun. 2000. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2000000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 abr. 2011. [doi: 10.1590/S1413-294X2000000100006.]

_____. O psicólogo e o compromisso social no contexto da saúde coletiva. *Psicol. Estud.* Maringá, v. 6, n. 2, p. 57-63, dez. 2001. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722001000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 jul. 2010. [doi: 10.1590/S1413-73722001000200008.]

DUBAR, C. *A Socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. Porto: Porto Editora, 1997.

EIDELWEIN, K. Psicologia social e serviço social: uma relação interdisciplinar na direção da produção de conhecimento. *Revista Textos & Contextos*. Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 298-313, jul./dez., 2007.

ERIKSON, E. H. *Identidade: juventude e crise* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

_____. *Infância e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. [Original publicado em 1963.]

EWALD, A. P.; SOARES, J. C. Identidade e subjetividade numa era de incerteza. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 12, n. 1, p. 23-30, 2007. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v12n1/a03v12n1.pdf>>. Acesso em 20 abr. 2011.

FALEIROS, V. P. Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). *Capacitação em serviço social e política social - Módulo 3*. Brasília: Editora da UnB/CEAD, 2000. p. 41-56.

FAZENDA, I. C. A. A formação do professor pesquisador – 30 anos de pesquisa. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v.1, n.1, dez. 2005-2006. Disponível em:

<<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/766/76610119.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2011.

_____. *Dicionário em construção*. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

_____. *Didática e interdisciplinaridade*. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

_____. *Interdisciplinaridade: qual é o sentido?* São Paulo: Paulus, 2003.

_____. *O que é interdisciplinaridade*. São Paulo: Cortez, 2008.

FAZENDA, I. C. A. et al. Avaliação Interdisciplinar. *Revista Internacional d'Humanitats, CEMOrOC-Feusp/Univ. Aut3noma de Barcelona*, 17 set-dez, 2009. Dispon3vel em: <<http://www.hottopos.com/rih17/ivani.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2011.

FERREIRA, A. B. H. *Novo Dicion3rio Aur3lio*. Novo Dicion3rio da L3ngua Portuguesa. 15^a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FORTES, C. C. Interdisciplinaridade: origem, conceito e valor. UFSM. *Revista Acad3mica Senac On-line*, Minas Gerais, v. 6, set./nov. 2009. <<http://www3.mg.senac.br/NR/rdonlyres/eh3tcog37oi43nz654g3dswloqyejkbfxkjpbgehjepnlzyl4r3inoxahewtpql7drvx7t5hhxkic/Interdisciplinaridade.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2011. [Revista Acad3mica Senac On-line ISSN 1980-8356]

FREITAS, M. F. Q. Inser3o na comunidade e an3lise de necessidades: reflex3es sobre a pr3tica do psic3logo. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 11, n. 1, 1998. Dispon3vel em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721998000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 jul. 2010. [doi: 10.1590/S0102-79721998000100011]

FREITAS, N. E. de. *A materializa3o do SUAS no DF: o Estado garantido a primazia do setor privado*. 2011. 197 f. Disserta3o (Mestrado em Pol3tica Social)–Universidade de Bras3lia, Bras3lia, 2011. Dispon3vel em: <<http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/9524>>. Acesso em: 07 jul. 2010.

GARCIA, I. Vulnerabilidade e resili3ncia. *Adolesc. Latinoam.* [online]. v.2, n.3, abr. 2001. Dispon3vel em: <http://ral-adolesc.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-71302001000300004&lng=es&nrm=iso>. ISSN 1414-7130. Acesso em 6 jul. 2010.

GOMES, A. A. A constru3o da identidade profissional do professor: uma an3lise de egressos do curso de pedagogia. In: CONGRESSO PORTUGU3S DE SOCIOLOGIA: MUNDOS SOCIAIS: SABERES E PR3TICAS, 7., 2008. Lisboa. *Anais...* Lisboa: Universidade de Lisboa. Faculdade de Ci3ncias Sociais e humanas, 2008. (3rea tem3tica – Educa3o e Aprendizagens Sociais, s3rie 590). Dispon3vel em: <<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/590.pdf>>. Acesso em 20 mar. 2010.

_____. *Identidades profissionais e representa3es sociais: a constru3o das representa3es sociais sobre “ser professor”*. In: PARDAL, L. et al.(org) *Educa3o e trabalho: representa3es. Compet3ncias e trajet3rias*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2007.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. Fam3lia em situa3o de vulnerabilidade social: uma quest3o de pol3ticas p3blicas. *Ci3nc. sa3de coletiva* [online]. 2005, v.10, n.2, p. 357-363. ISSN 1413-8123.

GRIGOROWITSCHS, T. O conceito “socializa3o” caiu em desuso? uma an3lise dos processos de socializa3o na inf3ncia com base em Georg Simmel e George H. Mead. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 29.n. 102, p. 33-54, jan./abr., 2008.

HALL, C. S.; LINDZEY, G. *Teorias da personalidade*, Vol.1. São Paulo: EPU, 1984.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 5ªed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HOGAN, D.; MARANDOLA JR. Para uma conceituação Interdisciplinar da vulnerabilidade. In: CUNHA, J. M. P. (org.). *Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: Unicamp/Nepo, 2006. Parte I, Capítulo 1, p. 21-50. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/livros/vulnerabilidade/arquivos/arquivos/vulnerab_cap_I_pgs_21-50.pdf> Acesso em: 20 mar. 2011.

IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico 2010*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares_amostra/default_resultados_preliminares_amostra.shtm>. Acessado em novembro de 2011.

IBOPE/CFP. *Pesquisa de opinião com psicólogos inscritos no Conselho Federal de Psicologia*. 2004. Disponível em: <http://www.pol.org.br/atualidades/materias>.

JAPIASSU, H. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KOLLER, S.(org.) *A ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

LAVINAS, L.; NICOLL, M. Atividade e vulnerabilidade: quais os arranjos familiares em risco? *Dados*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582006000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 mar. 2011. [doi: 10.1590/S0011-52582006000100004.]

LEITE, W. S. Lei 5766: uma cara conquista. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Democratização no Sistema Conselhos de Psicologia: mudanças na Lei 5.766/71*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia/Conselhos Regionais de Psicologia, 2008.

LENOIR, Y. Três interpretações da perspectiva interdisciplinar em educação em função de três tradições culturais distintas. *Revista e-Curriculum*, PUCSP, São Paulo, v.1, n.1, dez-jul. 2005-2006. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/3109/2049>>. Acesso em: mar. 2011.

LIMA, A. F. Para uma reconstrução dos conceitos de massa e identidade. *Rev. psicol. polít.* [online], v.7, n.14, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/seer/ojs/viewarticle.php?id=37>>. Acesso em: 07 jul. 2010. [Revista Psicologia Política. ISSN: 1519-549X. ISSN eletrônico: 2175-1390]

LIMA, M. Atuação psicológica coletiva: uma trajetória profissional em unidade básica de saúde. *Psicol. estud.*, Maringá, v. 10, n. 3, dez., 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n3/v10n3a10.pdf>>. Acesso em 07 jul. 2010. [doi: 10.1590/S1413-73722005000300011]

LINDSTRÖM, B. O significado de resiliência. *Adolesc. Latinoam.*, Porto Alegre, v.2, n.3, abr. 2001. Disponível em: <http://ral-adolesc.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-71302001000300006&lng=%C3%A9&nrm=iso>. Acesso em: 07 jul.2010.

LONARDONI, E. et al. O processo de afirmação da assistência social como política social. *Serviço Social em Revista* [on line], v.8, n.2. jan./jun. 2006. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2_sonia.htm>. Acesso em: 07 jul.2010.

LOPES, J. R. Os caminhos da identidade nas ciências sociais e suas metamorfoses na psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, v.14, n.1, p.7-27; jan./jun., 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v14n1/v14n1a02.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2010.

LUDKE, M.; BOING, L. A. Caminhos da profissão e da profissionalidade docentes. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 25, n. 89, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22616.pdf>>. Acesso em: 09 dez. 2010.

MACHADO, H. V. A identidade e o contexto organizacional: perspectivas de análise. *Rev. adm. contemp.*, Curitiba, v. 7, n. spe, p. 51-73, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v7nspe/v7nespa04.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2011.

MARANDOLA JR.; HOGAN, D. As dimensões da vulnerabilidade. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.20, n.1, p.33-43, jan./mar. 2006. Disponível em: <http://www.seade.sp.gov.br/producao/spp/v20n01/v20n01_03.pdf> Acesso em 20 mar. 2011.

MARTÍN-BARÓ, I. O papel do Psicólogo. *Estud. psicol.* (Natal) [online], v. 2, n. 1, pp. 7-27, jun. 1997. ISSN 1413-294X. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v2n1/a02v2n1.pdf>>. Acesso em 20 mar. 2011.

MARTINS, E.; SZYMANSKI, H. A abordagem ecológica de Urie Bronfenbrenner em estudos com famílias. *Estud. pesqui. psicol.* [online], v.4, n.1, p.63-77, jun. 2004. ISSN 1808-4281. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v4n1/v4n1a06.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2010.

MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MONTALI, L. Família e trabalho na reestruturação produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online], v.15, n.42, p. 55-71, 2000. ISSN 0102-6909. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n42/1736.pdf>>. Acesso em: 09 dez. 2010.

MORÉ, C. L. O. O. et al. As representações sociais do psicólogo entre os residentes do programa de saúde da família e a importância da interdisciplinaridade. *Psicologia Hospitalar*, v.1, n.1, p.59-75, 2004. Disponível em: <<http://www.labsfac.ufsc.br/documentos/representacoesSociaisPsicologoResidentes.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2010.

MORÉ, C. O. O.; LEIVA, A. C.; TAGLIARI, L. V. A representação social do psicólogo e de sua prática no espaço público-comunitário. *Paideia*, Ribeirão Preto, v. 11, n. 21, p. 85-98, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v11n21/10.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2010.

MUNOZ SANCHEZ, A. I.; BERTOLOZZI, M. R. Pode o conceito de vulnerabilidade apo a construção do conhecimento em Saúde Coletiva? *Ciênc. saúde coletiva* [online], rio de Janeiro, v.12, n.2, p. 319-324, 2007. ISSN 1413-8123. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/csc/v12n2/a07v12n2.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2010.

NAFFAH NETO, A. O Psicólogo clínico. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (org.) *Psicologia Social: o homem em movimento*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

OLIVEIRA, Y. C. Identidade, subjetividade e sintoma na era contemporânea. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, Fortaleza, v. 16, n.1-2, 2003.

PACHÁ A. M.; VIEIRA JUNIOR, E. G.; OLIVEIRA NETO, F. *Novas regras para a adoção: guia comentado*. Brasília: AMB - Associação dos Magistrados Brasileiro, 2009. Disponível em: <http://www.amb.com.br/docs/noticias/2009/adocao_comentado.pdf>. Acesso em; 20 mar.2010.

PANDOLFI, D. C. Os anos 1930: as incertezas do regime. In FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. *O Tempo do Nacional-Estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2. Ed. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

PATTO, M. H. S. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: TA Queiroz, 1990.

PEREIRA, F. M.; PEREIRA NETO, A. O psicólogo no Brasil: notas sobre seu processo de profissionalização. *Psicol. estud.* [online], Maringá, v. 8, n. 2, p. 19-27, dez. 2003. ISSN 1413-7372. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v8n2/v8n2a02.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2011. [doi: 10.1590/S1413-73722003000200003]

PETTENGILL, M. A. M.; ANGELO, M. Vulnerabilidade da família: desenvolvimento do conceito. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 13, n. 6, p. 982-988, dez. 2005. ISSN 0104-1169. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v13n6/v13n6a10.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2011. [doi: 10.1590/S0104-11692005000600010.]

PINHEIRO, D. P. N. A resiliência em discussão. *Psicol. estud.*, Maringá, v. 9, n. 1, p. 67-75, abr. 2004. ISSN 1413-7372. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v9n1/v9n1a09.pdf>>. Acesso em 07 jul. 2010. [doi: 10.1590/S1413-73722004000100009.]

POLONIA, A. C.; DESSEN, M. A. ;SILVA, N. L. P. O Modelo Bioecológico de Bronfenbrenner: contribuições para o desenvolvimento humano. In: DESSEN, M. A.; COSTA JUNIOR, A. L. *A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras*. Porto alegre: Artmed, 2005.

POMBO, O. Epistemologia e interdisciplinaridade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINARIDADE, HUMANISMO, UNIVERSIDADE. 2003. Porto (Lisboa). *Anais...* Porto. Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Cátedra Humanismo Latino, 12 a 14 de Novembro 2003. Disponível em: <http://www.humanismolatino.online.pt/v1/pdf/C002_11.pdf>. Acesso em: mar. 2011.

_____. Interdisciplinaridade: conceito, problema e perspectiva. Capítulo 1. In: POMBO O.; LEVY, T.; GUIMARÃES, H., *A interdisciplinaridade: reflexão e experiência*. Lisboa: Editora Texto, 1993. 96p. Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/mathesis/interdisciplinaridade.pdf>>. Acesso em: mar. 2011.

RANGEL, E. F. *A implementação e implantação dos CRAS – Centros de Referência de Assistência Social – em São José dos Campos: um estudo do CRAS – Eugênio de Melo*. 2009. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – PUCSP, São Paulo, 2009.

ROGERS, W; BALLANTYNE, A. Populações especiais: vulnerabilidade e proteção. *R. Eletr de Com Inf Inov Saúde*, v. 2, n. sup 1, p. 31-41, 2008.

ROSA, M. *Psicologia evolutiva*. Petrópolis: Editoras Vozes, 1990.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (Prefeitura Municipal). Secretaria de Desenvolvimento Social. *Plano Municipal de Assistência Social 07/09*. São José dos Campos: PMSJC/SDS, 2009. Disponível em: <http://www.sjc.sp.gov.br/secretarias/planejamento_urbano/noticia>. Acesso em: out. 2011.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (Prefeitura Municipal). Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente. *Atlas das condições de vida em São José dos Campos*. São José dos Campos: PMSJC/SPMA, 2004. Disponível em: <<http://www.sjc.sp.gov.br/media/26424/atlas.pdf>>. Acesso em: out.2011.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (Prefeitura Municipal). Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente. *São José em dados 2008: informações sobre a cidade de São José dos Campos*. São José dos Campos: PMSJC/SPMA, 2008. Disponível em: <http://www.sjc.sp.gov.br/secretarias/planejamento_urbano/publicacoes.aspx>. Acesso em: nov. 2011.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (Prefeitura Municipal). Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente. *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado: PDDI 2006 – diagnóstico*. São José dos Campos: PMSJC/SPMA, 2006. Disponível em <http://www.sjc.sp.gov.br/media/24560/2006_pd_diagnostico.pdf>. Acesso em: nov. de 2011.

- SEIDEL, J. V. *The Ethnograph v5.0: Qualitative Data Analysis*. Colorado Springs-Colorado: Qualis Research, 1998. Disponível em: <<http://www.qualisresearch.com>>. Acesso em: 20 mar. 2011.
- SERAPIONI, M. O papel da família e das redes primárias na reestruturação das políticas sociais. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. supl.0, p. 243-253, set/dez. 2005. ISSN 1413-8123. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/csc/v10s0/a25v10s0.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2011. [doi: 10.1590/S1413-81232005000500025.]
- SIFUENTES, T. R.; DESSEN, M. A.; OLIVEIRA, M. C. S. L. Desenvolvimento humano: desafios para a compreensão das trajetórias probabilísticas. *Psic.: Teor. e Pesq.* [online], v.23, n.4, p. 379-385, out./dez. 2007. ISSN 0102-3772. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v23n4/03.pdf>>. Acesso em: mar 2011. [doi: 10.1590/S0102-37722007000400003.]
- SILVA THIESEN, J. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. *Revista Brasileira de Educação* [on line], v. 13, n. 39, set./dez. 2008. ISSN 1413-2478. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n39/10.pdf>>. Acesso em: 20 mar.2011.
- SILVA, L. A. V.; OLIVEIRA, R. F.; FRANCO, A. L. S. Inserção do psicólogo em programas de atenção primária à adolescência: uma experiência em Salvador-Bahia. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 11, n. 3, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721998000300017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 jul. 2010. [doi: 10.1590/S0102-79721998000300017]
- SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, pp.73-102.
- SLAP, G. B. Conceitos atuais, aplicações práticas e resiliência no novo milênio. *Adolescência Latino-Americana*, v.2, n.3, p.173-176, abr. 2001.
- SOUZA, M. T. S.; CERVENY, C. M. O. Resiliência: introdução à compreensão do conceito e suas implicações no campo da psicologia. *Revista de Ciências Humanas*, Taubaté, v.12, n. 2, p.21-29, jun./dez. 2006b.
- SOUZA, M. T. S.; CERVENY, C. M. O. Revisão da Literatura e Análise da Produção Científica. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, v. 40, n. 1, p. 119-126, 2006a.
- STRAUSS, A.; CORBIN, J. *Pesquisa Qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

VIGNOLLI, J. R. Vulnerabilidade sociodemográfica: antigos e novos riscos para a América Latina e o Caribe. Cap. 4. In: CUNHA, J. M. P. (org.). *Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: Unicamp/Nepo, 2006, pp. 96-142.

Disponível em:

<http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/livros/vulnerabilidade/arquivos/arquivos/vulnerab_cap_4_pgs_95-142.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2011.

WHO/CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Pesquisa perfil do psicólogo*. 2001.

<Disponível em http://www.pol.org.br/atualidades/materias.cfm?id_area=300>. Acesso em: 20 mar. 2011.

YAMAMOTO, O. H. *A crise e as alternativas da Psicologia*. São Paulo: EDICON, 1987.

YUNES, M. A. M.; GARCIA, N. M.; ALBUQUERQUE, B. M. Monoparentalidade, pobreza e resiliência: entre as crenças dos profissionais e as possibilidades da convivência familiar.

Psicol. Reflex. Crit., Porto Alegre, v. 20, n. 3, pp. 444-453, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v20n3/a12v20n3.pdf>>. Acesso em 20 mar. 2011. [doi: 10.1590/S0102-79722007000300012.]

APÊNDICE A - MODELO DE ENTREVISTA

Identificação

Idade:

Tempo de Formação:

Experiência:

Tempo de Atuação na área da assistência social:

Local de atuação:

Data da entrevista:

Tempo de duração:

Roteiro de Entrevista

- 1) Como vem construindo sua prática? Fale um pouco.
- 2) Faça uma breve exposição sobre as reais contribuições da formação acadêmica, respaldando sua atuação.
- 3) Você deparou-se com algum(s) desafio(s) no trabalho na área da Assistência Social? Se existiram, como os enfrentou?
- 4) Quais características o profissional precisa ter/desenvolver para atuar junto a famílias em contexto de vulnerabilidade social?
- 5) Como foi para você, atuar com profissionais de outra área, atendendo famílias em contexto de vulnerabilidade social?

ANEXO A – DECLARAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Universidade de Taubaté
Autarquia Municipal de Regime Especial
Reconhecida pelo Dec. Fed. nº 78.924/76
Redeenciada pelo CEE/SP
CNPJ 45.176.153/0001-22

UNITAU

www.unitau.br
0800.557255

DECLARAÇÃO Nº 394/10

Protocolo CEP/UNITAU nº 395/10 (Esse número de registro deverá ser citado pelo pesquisador nas correspondências referentes a este projeto)

Projeto de Pesquisa: *Desenvolvimento Humano: Formação e atuação profissional na intervenção psicológica junto a famílias em contexto de vulnerabilidade social.*

Pesquisador(a) Responsável: Edna Maria Querido Oliveira Chamon

Pesquisador(es) Aluno(s): Alissandra Calderaro Soares da Silva

O Comitê de Ética em Pesquisa, em reunião de **10/09/2010**, e no uso das competências definidas na Resolução CNS/MS 196/96, considerou o Projeto acima **Aprovado**.

Taubaté, 10 de setembro de 2010



Prof. Robison Baroni

Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté

ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Modelo a ser utilizado com instituição)

Solicitamos autorização desta Instituição para uma pesquisa, que está sendo realizada por Alissandra Calderaro Soares da Silva no programa de Mestrado da Universidade de Taubaté - UNITAU. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de autorizar, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: Desenvolvimento Humano: Formação e atuação profissional na intervenção psicológica junto a famílias em contexto de vulnerabilidade social.

Protocolo CEP/UNITAU nº 395/10: Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em 10/09/2010 através de Declaração nº 394/10.

Pesquisador Responsável: Alissandra Calderaro Soares da Silva.

Orientadora: Marilza Terezinha Soares de Souza.

Telefone para contato (inclusive ligações a cobrar): (12) 7898 - 3184

UNITAU - (12) 3625 – 4283

Nesta pesquisa temos o objetivo de compreender como se constrói a identidade profissional do Psicólogo que atua na área da assistência social junto a famílias em contexto de vulnerabilidade social.

Realizaremos uma entrevista semiestruturada que será agendada diretamente com os profissionais participantes, sendo realizada em sala reservada, que mantenha condições de privacidade e sigilo ao profissional. Será gravada para posterior transcrição e análise de dados, e arquivadas pelo pesquisador pelo período de cinco anos, resguardando o sigilo das informações pessoais. Salientamos que o participante tem o direito retirar seu consentimento a qualquer tempo, caso deseje.

Informamos também que a instituição não será identificada em nenhum relatório posterior, bem como a identidade dos participantes. A instituição poderá ter acesso ao relatório final da pesquisa previsto para o final do ano de 2011. Não haverá benefícios ou pagamentos aos participantes da pesquisa. Não oferecerá riscos aos participantes.

Este estudo pode contribuir para adequações e apontamentos quanto à direção da formação acadêmica dos profissionais psicólogos e identificar possíveis lacunas desta formação, ou até contribuir para o surgimento de outros fatores diagnósticos das dificuldades encontradas para a atuação na área da assistência social.

A realização deste estudo compõe uma importante dimensão para a produção e sistematização de conhecimentos através de um olhar diferenciado pela prática profissional, indicando subsídios para a atuação do Psicólogo na área da Política Nacional de Assistência Social suprimindo uma lacuna existente.

Nome e Assinatura do pesquisador: _____

Alissandra Calderaro Soares da Silva
R.G. 20.337.378-9

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COMO SUJEITO

Eu, _____, RG _____, abaixo assinado, Autorizo o estudo sobre Desenvolvimento Humano: Formação e atuação profissional na intervenção psicológica junto a famílias em contexto de vulnerabilidade social, com os profissionais desta instituição (Nome Instituição*). Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador Alissandra Calderaro Soares da Silva sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento.

Local e data _____ / _____ / _____ / _____

Nome: _____

Assinatura do sujeito ou responsável: _____

* Prefeitura Municipal de São José dos Campos.

ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Modelo a ser utilizado com o participante)

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: Desenvolvimento Humano: Formação e atuação profissional na intervenção psicológica junto a famílias em contexto de vulnerabilidade social.

Protocolo CEP/UNITAU nº 395/10: Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em 10/09/2010 através de Declaração nº 394/10.

Pesquisador Responsável: Alissandra Calderaro Soares da Silva.

Orientadora: Marilza Terezinha Soares de Souza.

Telefone para contato (inclusive ligações a cobrar): (12) 7898 – 3184

UNITAU - (12) 3625 - 4283

Nesta pesquisa temos o objetivo de compreender como se constrói a identidade profissional do Psicólogo que atua na área da assistência social junto a famílias em contexto de vulnerabilidade social.

Realizaremos uma entrevista semiestruturada que será agendada diretamente com os profissionais participantes, sendo realizada em sala reservada, que mantenha condições de privacidade e sigilo ao profissional. Será gravada para posterior transcrição e análise de dados, e arquivadas pelo pesquisador pelo período de cinco anos, resguardando o sigilo das informações pessoais. Salientamos que o participante tem o direito retirar seu consentimento a qualquer tempo, caso deseje. Não haverá pagamento para participação e nem danos ao participante.

Informamos também que o profissional não será identificado em nenhum relatório posterior, bem como a instituição. O participante poderá ter acesso ao relatório final da pesquisa previsto para o final do ano de 2011. Não haverá benefícios ou pagamentos aos participantes da pesquisa. Não oferecerá riscos aos participantes.

Este estudo pode contribuir para adequações e apontamentos quanto à direção da formação acadêmica dos profissionais psicólogos e identificar possíveis lacunas desta formação, ou até contribuir para o surgimento de outros fatores diagnósticos das dificuldades encontradas para a atuação na área da assistência social.

A realização deste estudo compõe uma importante dimensão para a produção e sistematização de conhecimentos através de um olhar diferenciado pela prática profissional, indicando subsídios para a atuação do Psicólogo na área da Política Nacional de Assistência Social suprimindo uma lacuna existente.

Nome e Assinatura do pesquisador: _____

Alissandra Calderaro Soares da Silva

R.G. 20.337.378-9

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, RG _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo Desenvolvimento Humano: Formação e atuação profissional na intervenção psicológica junto a famílias em contexto de vulnerabilidade social, como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador Alissandra Calderaro Soares da Silva sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade ou dano.

Local e data _____/_____/_____

Nome: _____

Assinatura do sujeito ou responsável: _____